

**UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP**

**LUCIANA CORREIA DIETRICH**

**SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE NATURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SERVIÇOS TURÍSTICOS: CORRELAÇÕES EXISTENTES NA SERRA DA  
BODOQUENA – MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE – MS**

**2017**

**Luciana Correia Diettrich**

**Sustentabilidade do ambiente natural, políticas públicas e serviços  
turísticos: correlações existentes na Serra da Bodoquena – Mato Grosso  
do Sul**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Orientação:

Prof. Dr. Ademir Kleber Morbeck de  
Oliveira

**CAMPO GRANDE – MS**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Anhanguera-Uniderp

D566s           Diettrich, Luciana Correia.  
                  Sustentabilidade do ambiente natural, políticas públicas e serviços  
                  turísticos: correlações existentes na Serra da Bodoquena – Mato Grosso  
                  do Sul. / Luciana Correia Diettrich. -- Campo Grande, 2017.  
                  193f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Anhanguera-Uniderp, 2017.  
“Orientação: Prof. Dr. Ademir Kleber Morbeck de Oliveira.”

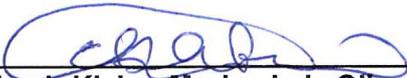
1. Desenvolvimento sustentável. 2. Turismo – Bonito, Mato Grosso  
do Sul. 3. Meio ambiente. 4. Recursos naturais. 5. Atividades turísticas.  
6. Conservação. I. Título.

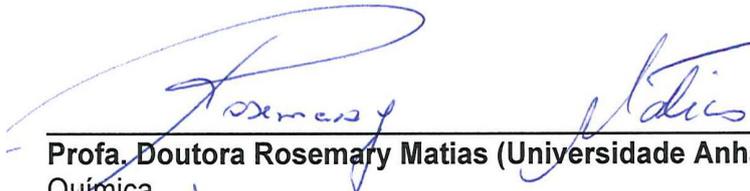
CDD 21.ed. 363.7  
338.47918171

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Candidata: **Luciana Correa Diettrich**

Tese defendida e aprovada em 25 de agosto de 2017 pela Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Doutor Ademir Kleber Morbeck de Oliveira (Orientador)**  
Ecologia de Recursos Naturais

  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Doutora Rosemary Matias (Universidade Anhanguera - Uniderp)**  
Química

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Doutor Milton Augusto Pasguotto Mariani (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)**  
Geografia

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Doutor Erick Pusch Wilke (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)**  
Turismo

  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Doutora Cleonice Alexandre Le Bourlegat (Universidade Católica Dom Bosco)**  
Geografia

Dedico,

Aos meus filhos Pedro Vinícius e Felipe,  
minhas maiores razões para eu tentar ser melhor;

À minha avó Maria Antônia (*in memoriam*),  
minha mãe Alaíde e minha irmã Sandra, minhas  
melhores referências de amor, força e coragem.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha amada família que, como sempre, me serviu de alicerce.

Ao meu orientador professor doutor Ademir Kleber Morbeck de Oliveira que, com generosidade e competência, partilhou comigo seus conhecimentos. Reconheço toda sua contribuição na minha formação como doutora. A você, minha admiração e profundo agradecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação por me proporcionar conhecimento, amadurecimento e crescimento científico. Agradeço a todos os professores e, especialmente, à professora doutora Rosemary Matias por ter ultrapassado suas atribuições e mantido sua sala sempre aberta e ao professor doutor Celso Correia de Souza pelas contribuições diretas neste trabalho. A todos os demais profissionais que fazem parte deste Programa, em especial, à Alinne Signorelli, pelo atendimento atencioso sempre que solicitado.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de estudo concedidas.

Aos gestores e empreendedores de turismo de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito que se dispuseram a contribuir com este estudo por meio das informações disponibilizadas.

Ao professor doutor Junior Vagner Pereira da Silva, por discutir comigo políticas públicas.

Ao professor Flávio Cabreira dos Santos, pela disposição e prontidão na confecção dos mapas.

Ao Danilo Guedes Rocha pela deliciosa parceria durante as coletas de dados.

Aos professores e parceiros de estudos e discussões turísticas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, grandes motivadores deste estudo: Lilian da Silva Paiva, Milton Augusto Pasquotto Mariani e Erick Pusch Wilke.

A todos os amigos que permaneceram ao meu lado ou que souberam me esperar, como também àqueles que surgiram durante esta trajetória, suporte essencial.

Enfim, a Deus que me permitiu trilhar esse caminho.

## SUMÁRIO

<b>1. Resumo Geral</b> .....	7
<b>2. General Summary</b> .....	8
<b>3. Introdução Geral</b> .....	9
<b>4. Revisão de Literatura</b> .....	12
<b>4.1 Sustentabilidade do meio natural e turismo</b> .....	12
<b>4.1.1 Meio ambiente</b> .....	12
<b>4.1.2 Ambiente natural e natureza</b> .....	15
<b>4.1.3 Sustentabilidade do meio natural e desenvolvimento sustentável</b> ...19	
<b>4.1.4 Sustentabilidade, recursos naturais e turismo</b> .....	24
<b>4.1.5 Ambiente natural como atrativo turístico</b> .....	29
<b>4.2 Políticas públicas</b> .....	31
<b>4.2.1 Políticas públicas: definições e processos</b> .....	31
<b>4.2.2 Políticas públicas de turismo e sustentabilidade</b> .....	37
<b>4.2.3 Cenário nacional das políticas públicas de turismo e sustentabilidade</b> .....	40
<b>4.3 Turismo, meio ambiente e políticas públicas</b> .....	45
<b>4.3.1 Turismo, ambiente e políticas públicas na Serra da Bodoquena</b> .....	45
<b>4.3.2 Turismo, ambiente e políticas públicas em Bonito</b> .....	47
<b>4.4 Prestadores de serviços turísticos no contexto da sustentabilidade</b> ..	60
<b>4.4.1 Prestadores de serviços turísticos e a relação com a sustentabilidade ambiental</b> .....	60
<b>4.4.2 Agências de turismo e sustentabilidade</b> .....	69
<b>4.4.3 Meios de hospedagem e sustentabilidade</b> .....	73
<b>4.4.4 Atrativos turísticos e sustentabilidade</b> .....	76
<b>5. Referências Bibliográficas</b> .....	80
<b>6. Artigos</b>	
<b>Artigo I</b> .....	96
<b>A sustentabilidade do ambiente natural da Serra da Bodoquena no contexto das políticas públicas de turismo de Mato Grosso Sul</b> .....	96
<b>Resumo</b> .....	96
<b>Abstract</b> .....	96
<b>Introdução</b> .....	97
<b>Procedimentos Metodológicos</b> .....	101

<b>Resultados e Discussão</b> .....	103
<b>Conclusão</b> .....	120
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	121
<b>Artigo II</b> .....	126
<b>Análise das ações dos prestadores de serviços turísticos pela perspectiva da sustentabilidade do ambiente natural de Bonito – MS</b> .....	126
<b>Resumo</b> .....	126
<b>Abstract</b> .....	126
<b>Introdução</b> .....	127
<b>Procedimentos Metodológicos</b> .....	129
<b>Resultados e Discussão</b> .....	133
<b>Conclusão</b> .....	150
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	150
<b>Artigo III</b> .....	156
<b>Políticas públicas de turismo, serviços turísticos e sustentabilidade do ambiente natural: as correlações existentes em Bonito, Mato Grosso do Sul</b> .....	156
<b>Resumo</b> .....	156
<b>Abstract</b> .....	156
<b>Introdução</b> .....	157
<b>Procedimentos Metodológicos</b> .....	162
<b>Resultados e Discussão</b> .....	164
<b>Conclusão</b> .....	180
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	182
<b>7. Conclusão Geral</b> .....	185
<b>Apêndices</b> .....	187

## 1. Resumo Geral

As políticas públicas de turismo, via de regra, são ferramentas que norteiam as ações do setor, as quais (políticas, ações e setor) devem vislumbrar a conservação do meio ambiente, pois deste depende a existência da atividade turística. Dentre os elementos que compõem o turismo, os serviços turísticos sobressaem-se na medida em que promovem, em atendimento à demanda turística e suas necessidades, a concretização desta atividade. Na Serra da Bodoquena, especialmente no município de Bonito, os recursos naturais são os principais elementos de atratividade turística. Diante disto, objetivou-se com esta pesquisa analisar a relação entre os serviços turísticos ofertados em áreas da Serra da Bodoquena e as políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e de Bonito, relacionadas à sustentabilidade ambiental, o que contempla a linha de pesquisa do curso, Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável. A metodologia utilizada se constituiu, primeiramente, no levantamento das políticas junto aos órgãos públicos de turismo no âmbito estadual e municipal por meio de um questionário semiestruturado e de trabalhos publicados, com o propósito de analisá-las nas perspectivas da sustentabilidade do meio natural. Um outro questionário foi também utilizado, aplicado aos serviços turísticos, com a finalidade de, entre outros aspectos, identificar e analisar as ações sustentáveis desenvolvidas pelos empreendimentos turísticos, além de verificar e compreender as correlações existentes entre as mencionadas ações e as políticas. A coleta foi realizada em 2016 e os dados referentes às ações e suas relações com os serviços foram analisados com o auxílio do *software Sphinx*. Os resultados alcançados constataram que tanto as políticas de turismo do Estado e de Bonito, quanto as ações desenvolvidas pelos serviços turísticos nesse município, pela vertente da sustentabilidade do ambiente natural, são ainda inexpressivas. As políticas não objetivam, verdadeiramente, a proteção do meio, e a quantidade de ações realizadas bem como sua efetividade está muito aquém do necessário. Além disso, constatou-se que são poucas e superficiais as relações existentes entre as ações e as políticas aqui tratadas.

**Palavras-chave:** Turismo, Ambiente sustentável, Sustentabilidade, Bonito.

## **2. General Summary**

The public politics of tourism, as a rule, are tools that orientate the actions of the section, the ones (politics, actions and section) which they should glimpse the preservation of the environment, because of him it depends the existence of the tourist activity. Among the elements that compose that activity, the tourist services stand out in the measure that they promote, in service to the tourist demand and their needs, the materialization of that activity. In the Serra of Bodoquena, especially in the municipal district of Bonito, the natural resources are the main elements of tourist attractiveness. Before this, this research established as objective analyzes the relationship among the tourist services offered in areas of the Serra of Bodoquena, the public politics of tourism of the State of Mato Grosso do Sul, and of Bonito, related to the environmental sustainability, what contemplates the line of research of the course: Society, Atmosphere and Maintainable Regional Development. The methodology used was, firstly, in the rising of the politics in the public organs of tourism, in the state and municipal extent, through a questionnaire semi structured and of published works, with the purpose of analyzing them in the perspective of the sustainability of the natural way. Another questionnaire was applied to the tourist services, with the purpose of to identify and to analyze the maintainable actions developed by the tourist enterprises, besides to verify and to understand the existent correlations among mentioned them actions and the politics. The collect was accomplished in 2016, and the data regarding the actions and their relationships with the services were analyzed with the aid of the software Sphinx. The reached results verified that so much the politics of tourism of the State and of Bonito, as the actions developed by the tourist services in that municipal district, for the slope of the sustainability of the natural atmosphere, they are still inexpressive. The politics do not have the objective of protecting the environment, and the amount of accomplished actions, as well as his effectiveness, is very on this side of the necessary. Besides, it was verified that are few and superficial the existent relationships between the actions and the politics here treated.

**Keywords:** Tourism, Sustainable living, Sustainability, Bonito.

### **3. Introdução Geral**

As interações do homem com o ambiente por meio das atividades por ele desenvolvidas resultam em transformações, na maioria das vezes, prejudiciais à sustentabilidade deste meio. Em se tratando da atividade turística, esta se relaciona com o meio na medida em que converte seus elementos em fonte de lazer, entretenimento e conhecimento para os visitantes.

Além disso, o meio ambiente preservado significa ainda condição primordial para a permanência do turismo, representando assim a matéria prima necessária para sua existência e, desta maneira, possuem ambos uma relação de dependência. Portanto, torna-se relevante a busca de um ponto de equilíbrio entre ambos para que os recursos naturais não se tornem vítima de degradação.

Ressalte-se que as interações entre o turismo e o ambiente, e os consequentes impactos decorrentes desta atividade são, por vezes, provocados pelos serviços turísticos. Estes, por outro lado, têm também a capacidade de, através de ações sustentáveis, contribuir para a proteção e conservação do meio, quando promovem a valorização do mesmo.

Em relação aos impactos causados pela atividade turística, é possível afirmar que estes são inevitáveis e dentre os diversos tipos (social, cultural, econômico, entre outros), estão os relacionados ao meio natural.

Cabe, desta forma, ao setor do turismo, preocupar-se e responsabilizar-se pela sustentabilidade e consequente melhoria da qualidade de vida do homem e do planeta, devendo esta sustentabilidade subsidiar as ações das organizações que constituem a área, dentre elas as prestadoras de serviços.

Corroborando a perspectiva de um turismo sustentável, compete às políticas públicas do setor a promoção de normas, diretrizes, estímulos, entre outros meios, que apoiem e/ou orientem as ações adotadas pelos serviços turísticos.

Em Mato Grosso do Sul, algumas regiões (especialmente a Serra da Bodoquena e o Pantanal) buscam na atividade turística uma forma de desenvolvimento econômico. Entre os diversos tipos ofertados pelas localidades receptoras estão as modalidades relacionadas ao ambiente natural (ecoturismo, turismo rural, de pesca, de contemplação, entre outros), devido às

potencialidades e peculiaridades nelas existentes, as quais necessitam de atenção especial no que se refere tanto ao seu desenvolvimento quanto a sua conservação.

Na região da Serra da Bodoquena, o município de Bonito se encontra estruturado por meio da oferta de diversos serviços turísticos (além de outros elementos necessários para compor um destino de turismo) que exploram a potencialidade dos atrativos naturais locais. Agências de viagem, meios de hospedagem e de transporte, serviços de alimentação, de recreação e lazer expandiram-se nas últimas décadas a fim de atender a demanda de turistas e suas necessidades.

Diante deste cenário (impactos ambientais causados pela atividade turística, importância da sustentabilidade tanto para o turismo como para a vida humana, relação dos serviços turísticos com o desenvolvimento sustentável através de suas ações, papel das políticas públicas do turismo em relação ao turismo sustentável e as características turísticas da Serra da Bodoquena – município de Bonito) é que se justificam e se propõem os objetivos:

**Geral:**

Analisar a relação entre os serviços turísticos ofertados em áreas da Serra da Bodoquena e as políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, relacionadas à sustentabilidade ambiental.

**Específicos:**

- a) Avaliar a sustentabilidade ambiental no município de Bonito, no âmbito das políticas públicas de turismo, e seu potencial de efetividade para este município;
- b) Analisar as ações dos prestadores de serviços turísticos, pela perspectiva da sustentabilidade do ambiente natural de Bonito;
- c) Compreender as relações entre as políticas públicas de turismo e as ações dos serviços turísticos em Bonito, sob a ótica da sustentabilidade do ambiente natural.

Estes objetivos geraram os seguintes artigos:

Artigo I: A sustentabilidade do ambiente natural da Serra da Bodoquena no contexto das políticas públicas de turismo de Mato Grosso do Sul.

Artigo II: Análise das ações dos prestadores de serviços turísticos pela perspectiva da sustentabilidade do ambiente natural de Bonito – MS.

Artigo III: Políticas públicas de turismo, serviços turísticos e sustentabilidade do ambiente natural: as correlações existentes em Bonito, Mato Grosso do Sul.

## 4. Revisão de Literatura

### 4.1 Sustentabilidade do meio natural e o turismo

#### 4.1.1 Meio ambiente

Abordar o tema ambiente torna-se importante, uma vez que o mesmo subsidia a compreensão sobre sustentabilidade ambiental. São duas discussões acerca deste assunto, sendo que uma delas relaciona-se à expressão “meio ambiente” e a outra, à sua conceituação.

Tal expressão é originada do francês “*milieu ambiente*”, da qual *milieu* diz respeito a lugar onde está ou se movimenta um ser vivo e *ambiente* quer dizer o que rodeia esse ser. O termo aparece, pela primeira vez, na obra do naturalista francês Geoffrey de Saint - Hilaire, “*Études progressives d'un naturaliste*”, em 1835 (MILARÉ, 2001).

A discussão relacionada à expressão meio ambiente se dá em torno da redundância entre as duas palavras que a compõem, uma vez que as mesmas contêm, para alguns estudiosos, significados similares. Em alguns países como Itália e Portugal, por exemplo, usa-se apenas a palavra ambiente, mas no Brasil ainda se adota “meio ambiente”, sendo seu uso, muitas vezes criticado (FREITAS, 2001).

Todavia, a expressão meio ambiente no Brasil já é popularmente difundida como sendo a designação para os assuntos da natureza, além de ter sido incorporada por vários organismos às suas siglas, como é o caso do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre outros (FREITAS, 2001).

Para MILARÉ (2001), além de não haver redundância entre os termos meio e ambiente, tal expressão já está consagrada na língua portuguesa e é, pacificamente, usada pela doutrina, lei e jurisprudência brasileira. O autor também explica que nenhum dos vocábulos (meio e ambiente) detém um único significado. Enquanto meio pode significar metade de um inteiro, um dado contexto físico ou social, um recurso ou insumo para se alcançar ou produzir algo, ambiente pode representar um espaço geográfico ou social, físico ou psicológico, natural ou artificial.

Porém, segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004), dentre as definições de meio estão: “[...] lugar onde se vive, com suas características e condicionamentos geofísicos; ambiente. [...] Esfera social ou

profissional onde se vive ou trabalha; ambiente [...]” (FERREIRA, 2004, p. 1303). Sobre o vocábulo ambiente, o dicionário apresenta: “[...] que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas, por todos os lados; envolvente: meio ambiente [...] aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas; meio ambiente. [...] Meio” (FERREIRA, 2004, p. 116). Deste modo, meio e ambiente poderiam ser considerados um pleonasma, se o mesmo dicionário não anunciasse ainda a expressão meio ambiente, para o qual dá o seguinte significado: “[...] conjunto de condições naturais e de influências que atuam sobre os organismos vivos e seres humanos” (FERREIRA, 2004, p. 1304).

Em se tratando da conceituação de meio ambiente (ou meio, ou ambiente apenas), é possível verificar, muitas vezes, certas limitações quanto à sua abrangência, relacionando-o apenas aos elementos da natureza.

Este entendimento já está sendo desconstruído pela ciência e não é de hoje que conceituações mais abrangentes são apresentadas, as quais envolvem, não apenas os elementos naturais e artificiais, mas também as correlações entre estes componentes. Neste sentido, POUTREL e WASSERMAN (1977) *apud* CORIOLANO *et al.* (2009) defendem que meio ambiente diz respeito ao conjunto dos elementos físicos, químicos, biológicos e culturais, além dos fatores socioeconômicos. Nele os seres vivos e as atividades humanas estão passíveis dos efeitos destes elementos.

Há ainda uma visão que envolve, além dos elementos e as relações acima mencionadas, o papel do meio com a sua manutenção, equilíbrio e qualidade (COIMBRA 1985; COIMBRA, 2002).

Em 1985, COIMBRA (2002) já entendia meio ambiente como um conjunto de elementos que se influenciam reciprocamente. Deste conjunto fazem parte os elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais (no qual o homem, individual ou socialmente, integra). Esse processo respeita o desenvolvimento das atividades humanas, mas prima pela preservação dos bens naturais.

Sob o entendimento da legislação brasileira, diz respeito a “[...] conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981). Talvez aqui o mais importante seja destacar a interpretação que se faz deste conceito. Enquanto para SILVA (2009) esta definição diz respeito a “[...]”

um conceito restrito ao ambiente natural, sendo inadequado, pois não abrange de maneira ampla todos os bens jurídicos protegidos”, GRAU (1994) *apud* PINTO (1998, p. 13), ao contrário, afirma que a legislação adotou um conceito amplo, o qual “não se resume apenas aos recursos naturais, mas, ademais, está relacionado também com tudo quanto “permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Além de que, os significados de meio ambiente são ainda interpretações susceptíveis também às intuições, paixões, expectativas e incompreensões dos especialistas devido à riqueza e complexidade que o envolve e, desta forma não se encontram em plena concordância (MILARÉ, 2001).

Todavia, para o autor acima mencionado, é possível reconhecer dois pontos de vista acerca do ambiente: a visão estrita e a ampla. A visão estrita compreende apenas o patrimônio natural (recursos naturais) e as relações com e entre os seres vivos. A ampla envolve tanto o meio ambiente natural (constituído pelo solo, pela água, pelo ar, pela energia, pela fauna e pela flora) quanto o artificial ou humano (formado pelas edificações, equipamentos e alterações produzidos pelo homem no meio ambiente natural).

Para SILVA (2004), porém, meio ambiente é constituído por três aspectos. O ambiente natural ou físico (constituído pelo solo, água, ar atmosférico, flora, dentre outros) e a relação entre as espécies com o meio físico em que habitam; o artificial (formado pelo espaço urbano construído) e o cultural (composto pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e turístico).

Em relação a essa classificação, FONSECA e PRADO (2008) alertam que tanto os elementos naturais quanto os antrópicos são encontrados em praticamente todos os ecossistemas da Terra, razão pela qual se torna imprudente classificar um ecossistema como natural.

Além dessas categorias, há ainda o ambiente de trabalho, o qual se refere ao conjunto de diversos fatores que influenciam o local de trabalho (SILVA, 2004). Está definido pela Constituição Federal de 1988 como “[...] conjunto de fatores físicos, climáticos ou qualquer outro que interligados, ou não, estão presentes e envolvem o local de trabalho da pessoa” (BRASIL, 1988).

Com isto, observa-se que o conceito de ambiente é complexo, pois ao se considerar, além da natureza (como ar, o solo, a água, as plantas, os animais e o homem), os resultados da dinâmica humana (social, cultural e econômica), amplia-se, talvez imensuravelmente, o alcance que envolve a definição de meio ambiente. Além dos elementos já apontados e a título de exemplificação, o ambiente pode considerar ainda as construções, máquinas, estruturas e objetos feitos pelo homem ou objetos geográficos, assim como sólidos, líquidos, gases, odores, cores, calor, sons, vibrações, radiações e ações resultantes das atividades culturais e naturais (CORIOLANO *et al.*, 2009).

Os autores supracitados, enfim, asseveram que o meio diz respeito a espaço e às interações nele existentes. Porém, ao se referirem a espaço, não se limitam apenas ao geográfico, mas envolvem também o natural, o social, o econômico, o político e o cultural, trincados de ideologias, conceitos e preconceitos, pois neles estão inseridos todos os seres que se integram e desenvolvem atividades, as quais estão submetidas a transformações. Nele, a natureza não se encontra de forma passiva e nem infinita, mas submetida aos modos capitalistas de produção e consumo, transformando-se em espaço reproduzido e reprodutor.

#### **4.1.2 Ambiente natural e natureza**

Desconsiderando a discussão existente acerca da expressão meio ambiente, mas considerando principalmente que todas as abordagens encerram notoriamente o ambiente natural e seus recursos, julga-se ser importante compreender melhor o aspecto da natureza dentro deste contexto. Além do mais, é dos elementos naturais que o homem, de fato, depende para sua sobrevivência.

Sobre ambiente natural, o qual também é chamado por SILVA (2004) de ambiente físico, o mesmo é considerado como um dos três aspectos que integram o ambiente, sendo este composto pelo “[...] solo, a água, o ar atmosférico, a flora; enfim, pela interação dos seres vivos e seu meio, onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações destas com o ambiente físico que ocupam” (SILVA, 2004, p. 21). Tal concepção (definição de ambiente natural) é também defendida por FIORILLO e RODRIGUES (1996) e

REBELLO FILHO e BERNARDO (1998) que, em suma, consideram que os elementos da natureza (solo, água, ar atmosférico, flora e fauna) promovem o equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o ambiente.

Para FONSECA e PRADO (2008, p. 109), é considerado ambiente natural “[...] o ambiente que, conserva sua fisionomia natural, apresenta características bióticas e abióticas próximas a situação original, que apresenta poucos ou nenhum indício de ação antrópica (lixo, urbanização, espécies exóticas, etc.) [...]”

A legislação brasileira utiliza o termo recursos ambientais e entende como tal a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora (BRASIL, 1981).

Quanto ao significado de natureza, é importante frisar que a literatura apresenta diversas definições as quais acompanham diferentes linhas e áreas de estudos, grupos sociais, contexto histórico, processo de evolução da ciência e suas tendências, as quais são distintas no tempo e no espaço. A natureza se apresenta para a ciência, ora externa ao homem, ora como produto da sociedade e se torna um outro termo bastante complexo e abrangente (LENOBLE, 1969; SILVA, 2012).

O termo natureza, quanto a sua etimologia, origina-se do latim, da palavra *natura*, que por sua vez está ligada à raiz *nasci* (nascer) e significa a ação de fazer nascer (LENOBLE, 1969).

Para o presente estudo e seus objetivos, um conhecimento sucinto sobre a evolução do conceito de natureza já é considerado suficiente. Desta forma pode ser esquematizado (Quadro 1).

**Quadro 1.** Conceitos de natureza de acordo com correntes, teóricos e/ou períodos diversos

<b>Perspectiva (corrente, teórico e/ou período)</b>	<b>Conceito de natureza</b>
<b>Cartesiana (Descartes)</b>	É algo divinizado, é sistema ordenado e coordenado de leis que regulamentam a matéria, mas dependente da força de Deus.

<b>Bacon, Galileu, Pascal, Kepler e Copérnico</b>	Passa para o campo científico. A ciência a revela, estuda, detalha, matematiza e a domina, ou seja, racionaliza.
<b>Séculos XVI e XVII</b>	Avança do empirismo para adentrar as filosofias políticas e econômicas. É explicada pela racionalidade e estudos que evoluem também sistemas com vistas à sua utilização.
<b>Século XVIII</b>	Sua mecânica passa a considerar o ser humano. É estudada em partes que contêm causas e efeitos, enquanto unidade matemática por meio de suas fórmulas e provadas por evidências empíricas a fim de compreender a natureza desconsiderando o lugar e o papel do homem.
<b>Emanuel Kant</b>	O homem é inserido nos estudos da natureza. A compreensão da natureza só é possível pela soma do que existe externamente e do eu.
<b>Geografia clássica (ex: Humbolt e Ritter)</b>	Vínculos entre a natureza orgânica e a não orgânica. Investigava a natureza em partes buscando as correlações e a harmonia entre elas.
<b>Cassetti (1995)</b>	Se relaciona com o homem por meio do trabalho. Procurou demonstrar a relação dialética entre a natureza e o homem, que se dá através da sua força produtiva.
<b>Positivista</b>	Sua existência não é influenciada pelo homem e suas atividades. A natureza é estudada pela ciência natural que é supostamente independente das atividades humanas e dispensa a natureza humana dentro da natureza externa.
<b>Materialismo histórico (Marx)</b>	Apresenta uma opção unificada pela qual existem dois momentos: primeira natureza (precedente à história humana) e segunda (com o aparecimento do homem e de suas forças produtivas). A transformação ocorre quando o homem se apropria e transforma a natureza, quando incorpora seus recursos em seu dia-a-dia e a socializa.
<b>Revolução Industrial</b>	Concepções de organização e movimentos da natureza validadas e baseadas nos métodos da física. É transferido para cada ciência o método experimental e a concepção de natureza como um sistema de corpos ordenados num espaço cartesiano orientados nas leis do movimento mecânico com que opera.

Fonte: Adaptação de SILVA (2012).

Voltando à questão estrita de conceituação, para LENOBLE (1969), natureza diz respeito tanto às coisas naturais quanto às artificiais e, desta forma, denomina de natural quando se trata das coisas e fenômenos da natureza, uma ordem independente das coisas humanas e o artificial das coisas e fenômenos do homem, ou seja, resultado de fenômenos humano.

Na visão de SILVA (2012), o conceito de natureza encontra-se num processo de construção. Através das ciências, o homem analisa as dinâmicas, os fins e a relação de domínio que se dá entre ambos (homem e natureza). Para o autor,

“O conceito e/ou noção de natureza, portanto vem sendo construído pelo homem para se colocar como indivíduo dominante ou dominado num espaço global infestado de interrogativas e dúvidas sobre origens e fins, sendo que deste mesmo modo as ciências, dentre elas e principalmente a Geografia, se apropria desta visão construída pelo homem aprimorando-a filosoficamente para adquirir as respostas sobre as origens e os fins, analisando, assim, suas dinâmicas de funcionamento e inter-relação com o próprio homem e seus processos de organização social” (SILVA, 2012, p. 53).

A relação entre homem e natureza, na visão de MORIN (1988), é possibilitada pela cultura que o ambiente sociocultural lhe compete, o que possibilita relacionar-se com ela de forma autônoma, dependente e organizadora.

Por outro lado, é também uma relação de domínio do homem sobre os recursos naturais, a qual, por muito tempo, esteve pautada no “progresso” da humanidade que considerava principalmente a dimensão e a valorização econômica, desconsiderando os limites ambientais. Tal comportamento, somado à interpretação de natureza ilimitada e subserviente a todos os propósitos humanos, vem aproximando a Terra dos seus limites (OLIVEIRA, 2009).

Considerando o vínculo existente entre a natureza e o homem ao fazer parte dela, pensar em uma natureza 100% natural, seria apenas um ideal. À

medida que o homem avança com seu conhecimento (processo constante) e modifica a natureza que passa a ser vista como natureza modificada, afasta-se progressivamente do “natural” (DULLEY, 2004).

#### **4.1.3 Sustentabilidade do meio natural e desenvolvimento sustentável**

Assentado na discussão acerca de meio ambiente e de natureza aqui já realizada, a qual admite uma relação de dependência mútua entre eles e a vida, a promoção da sustentabilidade torna-se fundamental aos cuidados e atenção que os encerram.

Porém, o desalinhamento entre as concepções existentes somado à abrangência, à complexidade, à multiplicidade de interpretações e abordagens sobre sustentabilidade, refletem, conseqüentemente, na ordenação e suas correlações.

No entendimento de CORRÊA *et al.* (2009, p. 9),

“[...] a sustentabilidade como um novo paradigma é uma concepção muito ampla, pois leva em conta a relação de todas as atividades econômicas, científicas e tecnológicas com o meio ambiente, em escala planetária. É um meio ambiente que considera o físico-ecológico, mas também o social, o cultural, o político. ”

Contudo, destaca-se que a discussão e as divergências maiores não se associam ao estrito significado do termo sustentabilidade, mas, sobretudo, em torno de suas causas, conseqüências, responsabilidades e aplicabilidade.

Quanto à sua origem, foram as ciências ambientais e ecológicas que iniciaram os estudos teóricos acerca da sustentabilidade, utilizando-se, porém, da Economia, Sociologia, Filosofia, Política e Direito, entre outras disciplinas como subsídio de discussão. Já na vertente acadêmica e política, a sustentabilidade ambiental assume papel relevante a partir do final dos anos 1960. Durante a década de 1980, com a conscientização dos países e o interesse por um crescimento com menores danos ao meio e às gerações futuras, é que surge o interesse pela sustentabilidade (SILVA, 2009; SANTOS *apud* BACHA *et al.*, 2010).

O termo sustentável é mencionado pela primeira vez em 1987, na proposta da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e presidida por Gro Harlem Brundtland. Devido a atuação de sua presidente, o relatório produzido foi denominado Relatório Brundtland e publicado sob o título *Our Common Future*, envolvendo os princípios de equidade social, eficiência econômica e prudência ecológica (CORIOLANO *et al.*, 2009).

A partir de então, a sustentabilidade passa a ser alvo das causas sociais e ambientais, principalmente quando relacionadas à sociedade industrial e seu modo de desenvolvimento (BACHA *et al.*, 2010).

Referente à aceção de sustentabilidade, esta trata de uma relação entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores, também dinâmicos, que se modificam. Porém, esta relação e tais mudanças não interferem na continuidade indefinida da vida humana (NORTON, 1992 *apud* IPEA, 2010).

COSTANZA (1992 *apud* IPEA, 2010) relaciona a sustentabilidade com a capacidade de organização, com o vigor e a resiliência de um sistema, mesmo com o passar do tempo.

A sustentabilidade diz respeito à capacidade de se sustentar, de se manter para sempre. Tal significado representa, como característica mais significativa, a justiça em relação às futuras gerações. Nesta perspectiva e, em se tratando de recursos naturais, sua exploração não implica (nunca) seu esgotamento. Importante lembrar que, dentre todos os tipos de recursos, os naturais serão impossíveis de serem reproduzidos (MIKHAILOVA, 2004).

Já, FARIA e CARNEIRO (2001, p.14) declaram que nas inúmeras conceituações existentes sobre sustentabilidade, é possível identificar componentes comuns a todas elas, quais sejam: “[...] a manutenção em certo nível, evitando o declínio; a continuidade de certo recurso, sistema, condição ou relacionamento.”

No entanto, ENRIQUEZ (2008) desconfia que a prática da sustentabilidade é menor que o discurso existente. Além disso, há que se ter um maior cuidado na utilização do termo sustentável para que este não seja utilizado a toda/qualquer atividade que reserve recursos para o futuro pois, utilizando seu sentido estrito e avaliando aprofundadamente os efeitos

decorrentes das atividades, a maioria não poderia ser considerada realmente sustentável (MIKHAILOVA, 2004).

Desta maneira, torna-se necessária uma atenção especial à sustentabilidade dos recursos naturais e conforme as afirmações da autora supracitada, tais recursos destacam-se dentre os demais devido sua importância.

Para SACHS (2002), o conceito de sustentabilidade possui diversas dimensões que são por ele assim enumeradas: sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e sustentabilidade política internacional.

Dentre as dimensões mencionadas, a sustentabilidade ecológica e a ambiental são as que envolvem diretamente os recursos naturais e para tais, o autor estabelece os seguintes critérios (SACHS, 2002, p.86):

**“3. Ecológica:**

- preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis;
- limitar o uso dos recursos não-renováveis;

**4. Ambiental:**

- respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;”

Uma revisão de literatura realizada por BACHA *et al.* (2010) identificou, além de Sachs, outros autores e os enfoques dados por cada um deles à sustentabilidade (Quadro 2), quais sejam:

**Quadro 2.** Enfoques dados à sustentabilidade por diversos autores

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Enfoque</b>
<b>Costabeber</b>	1989	Aspectos econômicos, sociológicos, ecológicos, geográficos e tecnológicos.
<b>Carmano e Muller</b>	1993	Multidimensional: justiça social, viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental, democracia, solidariedade e ética.
<b>Carvalho</b>	1999	Econômico, social, ambiental, política, cultural e institucional.
<b>Darolt</b>	2000	Sociocultural, técnico-agronômica, econômica, ecológica e político institucional.

**Fonte:** Adaptação de BACHA *et al.* (2010).

É possível identificar que o enfoque natural (ora denominado sustentabilidade ecológica, ora sustentabilidade ambiental) é considerado pelos diversos estudiosos como uma das necessidades humanas. Todavia, a sustentabilidade é resultado das diversas dimensões inter-relacionadas e interdependentes (MENDES, 2009).

Quanto à definição de sustentabilidade nas dimensões ecológica e ambiental, descrita por SACHS (1993, 1997, 2000 *apud* INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010, p.30), esta refere-se a:

“A sustentabilidade ecológica: mediante a intensificação de usos de processos que imponham a redução do volume de substâncias poluentes, por meio da adoção de políticas de conservação de energia e de recursos, da reciclagem, da substituição por recursos renováveis abundantes e inofensivos e do desenvolvimento de tecnologias capazes de gerar um nível mínimo de dejetos e de alcançar um máximo de eficiência em termos dos recursos utilizados.

A sustentabilidade ambiental: relaciona-se à capacidade de suporte, resiliência e resistência dos ecossistemas.”

O conceito de sustentabilidade ecológica está relacionado à natureza externa ao homem na qual as interferências e modificações humanas afetam o

grau de sustentabilidade, ou seja, quanto mais modificações, menor a sustentabilidade e vice-versa. Sendo assim, a atenção deve estar voltada ao controle dos recursos naturais e ao respeito da sua capacidade de renovação (MENDES, 2009).

Também para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2016, p.8), a sustentabilidade ambiental está apenas associada ao aspecto natural, ou seja, é a vertente do desenvolvimento sustentável que “assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos.”

A relevância sobre a sustentabilidade dos recursos naturais aqui mencionada se reforça quando é compreendido que “[...] a conservação da biodiversidade é condição necessária do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p.70). Este mesmo ponto de vista é defendido por MIKHAILOVA (2004, p.28) quando afirma que “[...] pode-se definir a sustentabilidade através do nível do estoque e da composição do capital natural.”

Desta maneira, a preservação dos recursos interfere diretamente, segundo MACHADO (2006), na sadia qualidade de vida a qual depende de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e não poluído.

Sob a ótica da legislação brasileira, o meio ecologicamente preservado é defendido principalmente pela Lei nº 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente a qual tem como objetivo

“[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]”

A mesma Lei considera o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido e, assim sendo, a proteção e o equilíbrio ecológico norteiam os princípios, objetivos, instrumentos e demais conteúdos nela contidos.

Desta forma, infere-se que, embora todas as dimensões da sustentabilidade sejam importantes e necessárias, estas são fortemente

conexas e dependentes das dimensões denominadas ambiental e/ou ecológicas.

Diante do crescimento inevitável (populacional e econômico, entre outros), o desenvolvimento sustentável (pautado na sustentabilidade) torna-se uma condição para se vislumbrar a continuidade da vida e da atividade humana.

Sobre desenvolvimento sustentável, importa primeiramente destacar que o vocábulo desenvolvimento não pode ser substituído por crescimento (ou crescimento econômico), pois são termos com significados distintos: enquanto este último diz respeito ao aumento quantitativo e à multiplicação da riqueza material, desenvolvimento significa aumento qualitativo, objetivando a evolução do ser humano nos diversos aspectos que o realizam sócio-econômica e culturalmente, no que se refere não só à quantidade, mas principalmente à qualidade (ÁVILA, 2000; SACHS, 2002; OLIVEIRA *et al.*, 2008;).

Desenvolvimento sustentável vislumbra melhorar a qualidade de vida do ser humano e, para MIKHAILOVA (2004), esta melhoria depende do respeito à capacidade de produção dos ecossistemas. Já para CAVALCANTI (1998), o desenvolvimento sustentável, além do componente natural/ecológico (através da conservação dos recursos), envolve também o social (por meio da justiça), o econômico (pela viabilidade e equidade) e, sobretudo, o equilíbrio entre estes elementos.

Desta maneira, BACHA *et al.* (2010) chamam a atenção para uma linha tênue estabelecida pela semântica da palavra desenvolvimento, a qual, muitas vezes é utilizada no sentido de progresso produzindo tensão entre crescimento econômico ilimitado e a finitude dos recursos ambientais.

#### **4.1.4 Sustentabilidade, recursos naturais e turismo**

Pelo prisma das leis, é importante observar que a legislação, por meio da Lei 6.938, considera o turismo, descrito como complexos turísticos e de lazer, uma das diversas atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, embora em pequeno grau. Dada esta atenção, reforça-se a relação e a responsabilidade do turismo para com o ambiente.

Ainda pela ótica jurídica, mas na perspectiva da atividade turística, é possível afirmar que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são

umas das preocupações desta atividade estabelecida pela Lei 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, contrapondo ao desenvolvimento econômico também previsto por ela (BRASIL, 2008). Em parágrafo único, esta Lei estabelece que as viagens devem “[...] gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade”.

Porém, a vertente ambiental e sustentável é, por diversas vezes, enfatizada no decorrer do documento, como disposto no Parágrafo Único do Capítulo I, o qual estabelece apoio do poder público ao turismo, entendendo-o, entre outras características, como importante fator de desenvolvimento sustentável e de conservação do patrimônio natural.

A vertente ambiental sustentável também faz parte dos propósitos estabelecidos pela Lei 11.771 que objetiva estimular as atividades turísticas de forma sustentável, e ainda:

“[...] propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural”

O cuidado com o ambiente preservado deve fazer parte do Plano Nacional de Turismo. Cabe a ele, dentre outras obrigações, promover a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico, a atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística e o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais protegidas ou não (BRASIL, 2008).

Além do que está previsto pelas leis, a relação e o compromisso da atividade turística com o desenvolvimento sustentável é também reconhecida pelas áreas as quais se relacionam. Órgãos e estudiosos reconhecem a influência e possíveis contribuições entre ambos.

À vista disso, o turismo se revela temeroso frente às consequências que o ambiente sofre decorrentes das atividades econômicas e, em especial, da degradação dos recursos e pelo grau de irreversibilidade. Para a *World*

*Tourism Organization* (UNWTO), o turismo tem um significativo papel a ser desempenhado em relação ao desenvolvimento sustentável e, se bem gerido, pode beneficiar as comunidades locais e os ambientes naturais e culturais dos quais depende. Em reconhecimento ao potencial apresentado pelo turismo, as Nações Unidas declaram o ano de 2017 como o Ano Internacional de Turismo para o Desenvolvimento Sustentável (UNWTO, 2013, 2015; DIETRICH *et al.*, 2016).

Em 2015,

“A cúpula das Nações Unidas [...] reconheceu o turismo como uma das atividades essenciais para o desenvolvimento sustentável no mundo. Entre os 17 objetivos e 169 metas aprovados [...] para serem cumpridos até 2030, o setor foi considerado essencial pela capacidade de gerar empregos e promover a cultura local, além de estratégico para monitorar os impactos e gerir os recursos naturais” (BRASIL, 2015).

O Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (SCDB) também demonstra admitir o valor do turismo para a biodiversidade e vice-versa. O secretariado publicou um manual cuja finalidade é ajudar os planejadores, empreendedores, gestores e decisores envolvidos com o desenvolvimento do turismo e com a gestão de recursos em áreas de biodiversidade suscetível, a integrar o desenvolvimento do turismo sustentável com os serviços ecossistêmicos e os cuidados com a biodiversidade. O texto é intitulado “Turismo Favorecendo a Biodiversidade: Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo” (SCDB, 2015).

Em nível nacional, pode-se mencionar o Ministério do Turismo, o qual também demonstra certo cuidado com a sustentabilidade do meio natural. Isto ocorre por meio de diversas ações, tais como:

- Ao envolver o equilíbrio do ambiente como uma das perspectivas do Plano Nacional do Turismo. O plano 2013-2016 se insere como referência para a política pública setorial do turismo, que deve ter como perspectiva a efetivação

do potencial da atividade para um desenvolvimento econômico sustentável, ambientalmente equilibrado e socialmente inclusivo;

- Ao elaborar o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Um dos treze cadernos que compõem a coleção contém os passos para que os municípios das regiões turísticas brasileiras se organizem com base nos princípios da sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional. De acordo com o este caderno, “A sustentabilidade deve ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na eficiência econômica, na diversidade cultural, na proteção, conservação do meio ambiente e na equidade social”;

- Ao apoiar o prêmio Braztoa de Sustentabilidade. Realizado desde 2012, o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade visa fortalecer, reconhecer e divulgar práticas ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente ricas, direcionado a empresas e outras organizações do setor de turismo que investem no desenvolvimento de iniciativas mais sustentáveis para o setor (BRAZTOA, 2016);

- Ao criar o guia “Turismo e Sustentabilidade”. O guia tem a finalidade de disseminar conhecimento e práticas de sustentabilidade passíveis de replicação nos empreendimentos, gerando retorno positivo em um ou mais dos aspectos: econômico, social e ambiental (BRASIL, 2016).

Do ponto de vista do MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL, 2007, p. 24), “a sustentabilidade deve ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na eficiência econômica, na diversidade cultural, na proteção, conservação do meio ambiente e na equidade social”.

De forma prática e com vistas ao desenvolvimento sustentável, menciona sete princípios técnicos (respeitar a legislação vigente, garantir os direitos das populações locais, conservar o meio ambiente natural e sua diversidade, considerar o patrimônio cultural e valores locais, estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos, garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes e estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis), dentre os quais destaca-se o de conservar o ambiente natural e sua diversidade.

O Ministério do Turismo ainda alerta que de modo equivocado, por vezes, sugere-se que o turismo sustentável seja simplesmente outro tipo de

turismo, sinônimo de ecoturismo e antítese do turismo de massa. Mas o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser aplicado a qualquer segmento do turismo e em qualquer escala, desde o turismo de massa e seus grandes *resorts* até aquele desenvolvido em pequena escala e em lugares ambientalmente frágeis, de ecossistemas únicos e natureza preservada (BRASIL, 2007; DIETRICH *et al.*, 2016).

Desta forma, é possível considerar que, por parte da legislação e das instituições, a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável e o meio natural são aspectos relevantes e essenciais para a manutenção da atividade turística, assim como o turismo tem capacidade de contribuir com estes aspectos.

Numa visão teórica, a relação entre turismo e ambiente é bastante complexa, envolvendo diversas atividades que podem ter vários efeitos ambientais adversos; porém, a atividade apresenta também potencialidades para contribuir com a conservação ambiental (OLIVEIRA, 2008; DIETRICH *et al.*, 2016).

Em relação à atividade turística e ao desenvolvimento sustentável, destacam-se duas vertentes: se por um lado o turismo possibilita impactos negativos nas localidades receptoras sob as mais diversas circunstâncias, por outro, ele é capaz de proporcionar o contato direto e um maior conhecimento que gera melhor qualidade de percepção das características ambientais locais (MENDONÇA, 2001; DIETRICH *et al.*, 2016).

Neste sentido, ao tratar de turismo relacionado à sustentabilidade, CORIOLANO *et al.* (2009, p.40) admitem que

“É um tipo de consumo do espaço (natureza), portanto fazer turismo significa viver a própria natureza. Mesmo protegendo-a, é sempre uma atividade de risco que implica (in)sustentabilidade ou permanente controle das políticas territoriais ou ambientais.”

Outro ponto de vista é o da sustentabilidade como sendo capaz de provocar a satisfação do turista, interferir na sua decisão em retornar ao destino visitado como também divulgar positivamente o local (PROVINCIALI e SARAIVA, 2009).

Todavia, para OLIVEIRA (2009), o turismo tem se apropriado da sustentabilidade apenas como um princípio norteador de suas ações com vistas à qualidade da atividade e à conservação do meio, pois se dá apenas por meio de ações pontuais e de caráter reducionista (como através de medidas de controle de lixo e saneamento, entre outras), as quais, embora importantes para os impactos, são apenas medidas mitigadoras.

Em se tratando do efetivo desenvolvimento sustentável de destinos turísticos, a sustentabilidade ultrapassa o aproveitamento sustentável de atrativos e operação sustentável das organizações prestadoras de serviços do setor. Envolve ainda toda a infraestrutura que serve não só aos turistas, mas também às próprias comunidades locais, seja pelo suprimento de energia, água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos, como também através de serviços de segurança, comunicações, saúde, educação, entre outros itens (KANNI, 2011).

Ressalte-se, neste sentido, que a sustentabilidade do meio natural e, por consequência, da atividade turística é, por vezes, ameaçada pelos interesses econômicos em detrimento dos ecológicos. Saliente-se também que, cuidar do econômico não implica necessariamente em proteger o ecológico; porém, cuidar deste significa beneficiar aquele a médio e longo prazo (BENI, 2001).

#### **4.1.5 Ambiente natural como atrativo turístico**

Além das formas de correlação entre turismo e ambiente natural apresentadas (e tantas outras existentes) as quais acontecem independentemente da localidade, da tipologia e dos serviços envolvidos, os recursos da natureza são, com frequência, elementos de atratividade turística. Dependendo da forma de utilização desses recursos (naturais) a atividade ganha denominações diferentes, como: ecoturismo, geoturismo, turismo de natureza, espeleoturismo, entre outros.

Não obstante, a natureza tem se tornado cada vez mais elemento de grande interesse turístico, tanto dos turistas quanto (decorrente a isso) do setor.

Neste sentido DIAS (2015, p.5) afirma que “um ambiente natural saudável e funcionando adequadamente é uma importante atração turística e ajuda a elevar a consciência do valor intrínseco da natureza para todos nós.”

As análises de SABINO *et al.* (2012) podem ser a justificativa para este comportamento. Para os autores, o ser humano possui uma ligação emocional inata com a natureza e por isso busca aproximar-se dela resgatando, muitas vezes inconscientemente, sua própria natureza e recuperando elementos da paz interior que perde no cotidiano. A natureza possui o poder restaurador e revigorante e ao aproximar-se dela o homem pode perceber a grande afinidade que tem com a biodiversidade.

Em 1990, BOO (*apud* RODRIGUES, 2003) já havia identificado um aumento na demanda de turistas pelo mundo, por parques e reservas, com a finalidade de compreender e valorizar o ambiente natural.

A atividade turística tem a capacidade de aproximar as pessoas à natureza, permitindo-lhes vivenciar suas maravilhas e desfrutar do prazer de observar e vivenciar suas belezas. Tais experiências lhes abrem a mente em relação ao meio natural e interessam a milhões de turistas (SCDB, 2015).

A partir dos elementos naturais, cada localidade se torna singular, pois são recursos/atrativos impossíveis de serem reproduzidos.

Embora a riqueza da biodiversidade brasileira ocupe posição de destaque em relação ao restante do planeta, há apenas poucos anos a exploração deste potencial turístico tem sido efetuada de forma organizada por meio das agências de viagem, operadoras turísticas e demais profissionais e empresários da área. Atualmente, em algumas localidades do país, este segmento, além de gerar emprego e renda, contribui para a preservação da natureza que passou a ser tratada com mais respeito e apreço, corroborando sua sustentabilidade (WALIGORA, 2012).

Contudo, a natureza por si só não é suficiente para atrair a demanda turística até determinada localidade; uma cadeia de negócios especializados é necessária para transformar os recursos em atrativos através de serviços turísticos seguros e de qualidade. Além do mais, erradicar o preconceito ainda existente de que o turismo de natureza é um tipo de viagem com pouco conforto e serviços, que pode oferecer riscos ou é adequado apenas a jovens aventureiros e esportistas, poderá fortalecer a ampliação do turismo desta vertente (WALIGORA, 2012).

Ao longo da história, o homem viaja por interesses e motivações distintas e de formas também diferenciadas, alterando assim o seu perfil

enquanto viajante ou turista, suas expectativas e exigências. Para o decorrer do século XXI esperam-se turistas cada vez mais exigentes. Estes cada vez mais desejarão agregar mais conhecimento às atividades de lazer, com maior consciência ambiental e social, preocupados com a sustentabilidade dos recursos naturais, culturais e históricos, mais experientes, exigentes e cada vez mais numerosos, entre outras características (SILVA JÚNIOR, 2002). Estes atributos convergem tanto para a atividade turística que envolve o desenvolvimento sustentável, quanto para a melhoria na qualidade da prestação de seus serviços.

## **4.2 Políticas públicas**

### **4.2.1 Políticas públicas: definições e processos**

Ao buscar compreender o conceito de políticas públicas, teórica e conceitualmente, encontram-se, ao menos, duas vertentes: como área do conhecimento e como atividade fim.

No que se refere à política pública como área do conhecimento e disciplina acadêmica, esta surge nos Estados Unidos, nos anos 1930, como subárea da ciência política a fim de entender como e por que os governos optam por determinadas ações. Bem mais tarde, já nas últimas décadas, assim como sua importância, a política pública ressurgiu ao mesmo tempo em que as instituições, regras e modelos que controlam suas decisões, elaborações, implementações e avaliações retomam destaque (SOUZA, 2006).

A política pública, embora seja formalmente um ramo da ciência política, refere-se a campos multidisciplinares que buscam explicações sobre sua natureza e seus processos. Envolve teorias concebidas na área da sociologia, da ciência política e da economia, as quais precisam ainda explicar as interações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal política reflete tanto na economia quanto nas sociedades. Assim, são vários pesquisadores e disciplinas (economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas) que se interessam e contribuem para os avanços teóricos e empíricos desta área (SOUZA, 2006).

A autora supracitada assevera, porém, que a característica holística da política pública a torna um território também de diversas teorias e modelos analíticos, além de suas próprias modelagens, teorias e métodos. Todavia, tal

característica lhe concede a condição de comportar vários “olhares” e não de ser carente de coerência (teórica e metodológica).

Em se tratando do significado de política pública, esta diz respeito a um conjunto de regras e ações elaboradas e executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade (DIAS, 2003). Tais necessidades podem ser de cunho social (como as relacionadas à saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), de natureza macroeconômica (fiscal, monetária, cambial e industrial) além de outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola e agrária) (GELINSK e SEIBEL, 2008).

HEIDEMANN e SALM (2010, p. 29) pelo mesmo ponto de vista, definem política pública como “[...] ações, práticas, diretrizes políticas, fundada em leis e empreendida como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade”. Desta forma, para os autores, trata-se do sentido mais operacional da política que posiciona o Estado, através de sua prática, de forma mais direta com a sociedade.

Pode-se, a partir dos conceitos apresentados acima, estender-se para uma discussão existente acerca de quem se envolve com as políticas públicas no que se refere à sua proposição e/ou execução. Neste sentido, para alguns estudiosos, os governos são os principais atores nestes aspectos, mas para outros, demais instituições participam efetivamente deste processo.

Para HEIDEMANN e SALM (2010), a ideia de política pública não se restringe apenas às decisões dos governos (seja nacional, subnacional ou supranacional), mas envolve também outros atores sociais, principalmente as forças de mercado. Estas são forças vivas da sociedade que, juntamente com os governos, desenvolvem uma sociedade por meio das decisões que formulam e implementam, ou seja, que promovem políticas públicas.

São várias as entidades que podem e/ou se incluem como agentes de políticas públicas, como: associações de moradores, organizações não governamentais (ONGs), empresas concessionárias e outras diversas, além de empresários de empresas privadas. Tais agentes, têm a capacidade de realizar um serviço público movidos pelo senso de bem comum e/ou responsabilidade social, sem que para isso tenha o auxílio de uma instância governamental (HEIDEMANN e SALM, 2010).

Por outro lado, embora os grupos sociais também se envolvam muitas vezes na implementação de políticas públicas, é o Estado que regula suas ações as quais devem objetivar o bem-estar coletivo, ou seja, corresponder a seus propósitos (SAMPAIO e ARAÚJO JR., 2006). Neste sentido, os governos têm encontrado diminuição e limitações na sua capacidade de intervir, formular políticas públicas e governar, mas estas não têm inibido a sua capacidade de gerir e formular tais políticas (PERTERS, 1986 *apud* SOUZA, 2006)

As atividades políticas geralmente giram em torno de instituições governamentais específicas – o Congresso, a Presidência, os Tribunais, os Estados, os Municípios e assim por diante. Essas instituições oficialmente estabelecem, implementam e fazem cumprir as políticas públicas.

A relevância e a dimensão dos governos em relação às políticas públicas, pela interpretação de Thomas R. Dye, são muito grandes. Para este cientista político “[...] uma política não se transforma em política pública antes que seja adotada, implementada e feita cumprir por alguma instituição governamental” (DYE, 2010, p. 101). O cientista explica que por meio dos governos, as políticas ganham três importantes características, quais sejam: legitimidade (somente as políticas governamentais implicam obrigações legais), universalidade (políticas governamentais dizem respeito a todas as pessoas na sociedade enquanto que as demais referem-se somente a uma parte dela) e monopólio do uso legítimo da força (somente o governo pode legitimamente prender os violadores de suas políticas ao passo que as sanções da demais entidades são limitadas).

Retornando à questão da definição de política pública, Dye tem uma visão diferente das aqui apresentadas, a qual acontece não somente quando um governo decide fazer, mas também quando deixa de fazer, pois ao ausentar-se de ações em relação a uma questão é, igualmente, uma decisão que traz consigo consequências (HEIDEMANN e SALM, 2010).

SAMPAIO e ARAÚJO JR. (2006, p.336) advertem que as políticas públicas envolvem bem mais que o campo político e administrativo, abarcam também “[...] uma diversidade de atores e intenções, jogos de poder, recursos financeiros, estruturas políticas e sociais, entre outros” que, dinamicamente, se interagem.

O estado-da-arte sintetizado por SOUZA (2006, p.36), lhe permitiu extrair os elementos principais das várias definições e modelos de políticas públicas, os quais convergem e resumem o exposto até aqui acerca deste tema. São eles:

- “A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.”

Sobre os modelos de política pública, estes visam simplificar e esclarecer as ideias existentes, identificar aspectos importantes de questões político-sociais, direcionar esforços para compreendê-las melhor, sugerir o que é melhor e o que não é importante, propor explicações e prever suas consequências (DYE, 2010).

São vários os modelos desenvolvidos pela ciência política, sendo alguns relacionados às políticas públicas a partir dos estudos realizados por DYE (2010), quais sejam: modelo institucional, de processo, de grupo, de elite, racional, incremental, da teoria de jogos, da opção pública e modelo sistêmico.

Porém, enfatiza-se aqui o modelo de processo, por ser bastante recente e amplamente discutido pelos estudiosos. Comumente chamado de ciclo de políticas, este modelo corresponde a uma forma simples de compreender as políticas públicas mediante sua divisão em fases sequenciais que, agrupadas, formam o processo político (RODRIGUES, 2010).

A mesma autora (p.47), sob a ótica deste modelo, explica que

“[...] as políticas públicas são concebidas como um processo, composto por um conjunto de atividades (“etapas” ou “estágios”) que visam atender às demandas e interesses da sociedade. Estas atividades constituem-se de sistemas complexos de decisões e ações, tomadas por parte da autoridade legítima (ou instituições governamentais), de acordo com a lei”.

Por meio deste processo as políticas públicas, resumidamente, efetuam-se da seguinte forma: são, primeiramente, politicamente decididas com a finalidade de resolver problemas sociais previamente estudados; em seguida, formuladas e implementadas. Ressalte-se que sua implementação acontece quando as políticas são colocadas em ação, desdobrando-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. A partir daí, verifica-se se as partes interessadas foram satisfeitas em suas demandas e, finalmente sujeitas a sistemas de acompanhamento, são avaliadas a fim de continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade (SOUZA, 2006; HEIDEMANN e SALM, 2010).

Como já afirmado, tal processo envolve etapas, as quais são desdobradas diferentemente conforme a percepção dos estudiosos da área, tais como FREY (2000), SARAIVA (2006), SOUZA (2007), RODRIGUES (2010) e HOWLETT *et al.* (2013) (Quadro 3), configurando-se como um ciclo que se constitui num processo dinâmico e de aprendizado (SOUZA, 2007).

Embora os diferentes desdobramentos, é possível notar que as etapas: agenda, formulação, implementação e avaliação, são contempladas por distintos autores (Quadro 3), fazendo parte das diferentes formas de organização do processo das políticas públicas e, sendo assim, consideram-se estas, fundamentais para sua efetivação.

**Quadro 3.** Modelos de processos de políticas públicas, na perspectiva do ciclo de políticas

	<b>Frey</b>	<b>Saravia</b>	<b>Souza</b>	<b>Rodrigues</b>	<b>Howlett et al.</b>
<b>E T A P A S</b>	Percepção e definição de problemas	Agenda	Definição de agenda	Preparação da decisão política	Montagem da agenda
	Agenda <i>setting</i>	Elaboração	Identificação de alternativas	Agenda <i>setting</i>	Formulação da política
	Elaboração de programas e decisão	Formulação	Avaliação das opções	Formulação	Tomada de decisão política
	Implementação de políticas	Implementação	Seleção das opções	Implementação	Implementação da política
	Avaliação e correções	Execução	Implementação	Monitoramento	Avaliação da política
		Acompanhamento	Avaliação	Avaliação	
		Avaliação			

Quanto às mencionadas etapas, a agenda “[...] ocorre quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo” (RUA, 2012, p. 35). Ou seja, quando um problema adquire *status* de “problema político” e as decisões advindas dele vão resultar no desenho de políticas ou programas a serem implementados (RODRIGUES, 2010).

Na fase da formulação se desenvolvem as propostas de políticas; para resolver as questões e os problemas por meio de um planejamento, definem-se objetivos e decide-se o que será implantado e os recursos necessários (DYE, 2010; RODRIGUES, 2010).

É na etapa da implementação que as decisões tomadas passam de apenas intenções para interferirem na realidade, isto é, é o momento operacional do Governo e das diversas organizações envolvidas em uma política (RUA, 2012). Para alguns autores, esta etapa é acompanhada do monitoramento.

A avaliação diz respeito ao julgamento/análise dos resultados de uma política, a fim de indicar em que medida as metas foram, de fato, atingidas ou não, e de subsidiar ou orientar as decisões dos gestores quanto aos ajustes necessários para que as metas sejam alcançadas (RODRIGUES, 2010; RUA, 2012).

Embora este modelo tenha sido considerado por especialistas como uma forma descomplicada de entender o processo de formação das políticas, RODRIGUES (2010) alerta para o fato de que dificilmente o mesmo servirá como referência a um fato real.

Uma das principais causas apontada por SAMPAIO e ARAUJO (2006) é o fato de que há uma desconexão entre o saber dos formuladores e o dos implementadores das políticas. Para estes autores, “as políticas são formuladas por profissionais que têm conhecimentos teóricos e compreendem a problemática em tela, diferentemente dos atores que de fato as implementam.”

Adversidades fazem parte do processo de políticas públicas. Cada uma de suas etapas compreende decisões a serem tomadas as quais estão, muitas vezes, atreladas a interesses, disputas, pressões, negociações, barganhas, disponibilidade de recursos, entre outros fatores que geram tensões e conflitos (BARRET e HILL, 1981 *apud* HILL, 2006; SAMPAIO e ARAUJO, 2006).

Finalmente, é oportuno mencionar a relevância da formalização das políticas públicas, pois é ela que propicia a comunicação e o entendimento entre governo e cidadania, tornando-se a base de referência. Todavia, para que uma política pública ocorra, é preciso, sobretudo, que haja ações que materializem uma intenção oficial (HEIDEMANN e SALM, 2010).

#### **4.2.2 Políticas públicas de turismo e sustentabilidade**

Versar sobre políticas públicas de turismo pela vertente da sustentabilidade exige, antes de mais nada, estar ciente de que diversas outras áreas e suas políticas ingerem-se mutuamente. É possível destacar, como exemplo, as políticas ambientais e de educação.

Segundo o SCDB (2015, p. 9), o turismo sustentável e a sustentabilidade encontram-se dentro de um contexto maior e o impacto da atividade turística para a biodiversidade

“[...] deve ser visto como um elemento de uma gama de impactos ambientais, socioculturais e econômicos inter-relacionados. Muitas pastas, programas, iniciativas e ferramentas destinadas ao desenvolvimento sustentável e à gestão de recursos podem afetar direta e indiretamente a relação entre o turismo e a biodiversidade”.

Contudo, a delimitação desta pesquisa (a qual compreende apenas as políticas públicas de turismo) a exime de aprofundar-se na compreensão das demais áreas e suas políticas.

À vista disso e sob a estrita definição de política pública de turismo, CRUZ (2000, p. 40) a interpreta como

“[...] conjunto de intenções, diretrizes, diretivas e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”.

Para BENI (2001, p. 178), política de turismo se refere ao “conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país”. Logo, aos órgãos públicos são designadas as funções de: determinar prioridades, criar normas, administrar recursos e estímulos, dar as diretrizes e promover as facilidades do planejamento das empresas do setor.

Sendo o turismo um setor da economia e um causador de consideráveis mudanças no ambiente, convém ainda destacar que as políticas públicas têm a responsabilidade de conduzir as transformações advindas desta atividade com vistas ao desenvolvimento sustentável por meio do estabelecimento do ambiente regulatório no qual os negócios relacionados à atividade turística operam. Desta forma, tais políticas corroborarão a perspectiva de uma atividade com menores impactos ambientais negativos (SOLHA, 2006; SILVEIRA *et al.*, 2014).

Porém, o que ocorre é que, tanto o setor público quanto as empresas do ramo do turismo costumemente priorizam a promoção e a comercialização

desta atividade (SILVEIRA *et al.*, 2014). Para MARTÍN (2004) este é um comportamento equivocado, pois a função do Setor Público envolve, além (e antes mesmo) da ordenação do turismo, as questões relacionadas aos serviços públicos destinados aos cidadãos habitantes do destino, os quais dão identidade ao local.

A política de turismo é tão importante para a atividade turística, que é por BENI (2001) considerada como a “espinha dorsal” desta atividade e responsável pelo seu desenvolvimento, bem como de seus produtos finais, seja em nível nacional ou regional. A política de turismo, desta forma, confere sustentação à formulação, à intenção, à execução, à reprogramação e ao fomento desta atividade.

Com o intuito de ordenar a evolução da atividade turística, de potencializar seu crescimento por meio de um ambiente propício, de integrar a organização ao planejamento e gerar melhores resultados, BRASIL *et al.* (2009) apresentam algumas sugestões relacionadas à política de turismo. Estas são:

- A política deve anteceder o plano, pois esta diz respeito a um conjunto de diretrizes e ações;
- A integração dos objetivos econômicos, sociais e ambientais deve ser um dos propósitos dos governos, bem como das organizações e dos planejamentos, e para isto deve: identificar estruturas e processos apropriados; propor metas para políticas eficientes;
- Apresentar um conjunto de ferramentas que possam assegurar o alcance dos objetivos estabelecidos, e os governos devem criar um ambiente favorável ao turismo por meio do apoio e estímulo a iniciativas de produtividade e competitividade.

SILVEIRA *et al.* (2014) salientam que os Governos devem esforçar-se para políticas claras, capazes de administrar o destino de modo sistêmico, incluindo todos os agentes e suas necessidades, pois a política pública de turismo envolve diversos outros setores, como: os serviços básicos, a economia, o meio natural, as relações internacionais, entre outros. O ideal, então, é que tais políticas estejam interligadas a outras políticas públicas (como as da área de transporte, meio ambiente e cultura) (CAMPOS *et al.*, 2010).

Além disso,

“É importante que a coordenação das políticas esteja integrada verticalmente entre todos os níveis de governo. Isso inclui a consolidação ou o desenvolvimento de políticas em um âmbito subnacional (p.e., em regiões, estados e províncias) e *in loco* em um âmbito local” (SCDB, 2015, p. 16).

No entanto, é necessário alertar que cada localidade contém suas especificidades no que diz respeito às suas características socioeconômicas, culturais, tecnológicas, legais, ecológicas e geográficas, entre outras. Por isto, não há modelos de gestão ou fórmulas que sejam universais, ou seja, a generalização de administração, atuação e implementação de políticas públicas é realmente inviável (SILVEIRA *et al.*, 2014).

Quanto à aproximação entre diferentes políticas públicas para o turismo, já se podem constatar áreas que tendem a dialogar, com destaque para os campos ambiental e cultural. Porém, tal relação ainda acontece de forma tímida e incipiente (CORIOLANO *et al.*, 2009).

Em se tratando da defesa do meio ambiente por meio de políticas públicas, PIMENTA e CEZAR (2009) admitem que estas podem se efetivar por meio de incentivos fiscais, legislação orçamentária, apoio a comunidades pequenas e proteção de áreas ameaçadas (seja por exploração econômica ou por ampliação da malha urbana).

Com vistas ao turismo sustentável, a questão política é considerada pelo Ministério do Turismo como um dos aspectos fundamentais para sua efetividade, além de servir como estímulo para a atividade nesse molde (BRASIL, 2007).

#### **4.2.3 Cenário nacional das políticas públicas de turismo e sustentabilidade**

A atividade turística no Brasil é, por Lei, compromisso dos Governos. A Constituição Federal, por meio de seu artigo 180, estabelece que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 1988). Em se tratando legalmente dos aspectos ambientais e sustentáveis

relacionados à atividade turística, estes são incorporados pela Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771).

Sobre a organização da gestão da atividade turística no Brasil, esta nem sempre esteve configurada da forma em que se encontra atualmente. Este cenário sofreu várias transformações que acompanharam as dinâmicas e os interesses políticos. O Turismo já esteve integrado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por exemplo, e a outros diversos órgãos no âmbito do poder público federal. Em 1966, foi criado o Sistema Nacional de Turismo, o qual instaurou a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR - (atualmente Instituto Brasileiro de Turismo) e o Conselho Nacional de Turismo - CNTur (já extinto) (TRENTIN e FRATUCCI, 2011).

Pode-se destacar, como marcos significativos da política de turismo em âmbito nacional: a criação da Política Nacional de Turismo, por meio do Decreto-Lei 448 de 14 de fevereiro de 1992 (revogada e substituída em 2010 pela Lei 7.381); a fundação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003; a implantação do Plano Nacional do Turismo (PNT), do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (TRENTIN e FRATUCCI, 2011).

Dos órgãos anteriormente mencionados e suas funções, o Instituto Brasileiro de Turismo atua na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. Já o Ministério do Turismo tem a incumbência de desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social (BRASIL, 2015).

Na estrutura organizacional do MTur se encontram a Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNET) e a Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo (SNQPT) com seus respectivos departamentos e coordenações. É responsabilidade da SNET o ordenamento e planejamento territorial turístico, o apoio à implantação de infraestrutura turística, a melhoria de ambiente jurídico para o ordenamento e desenvolvimento das regiões turísticas, a atração de investimentos e articulações de linhas de crédito para o turismo. A SNQPT é o órgão encarregado pelo apoio à formalização e pela qualificação de profissionais e de prestadores de serviços turísticos. Atua no

incentivo ao turismo responsável e também na promoção e apoio à comercialização dos destinos e produtos turísticos brasileiros, em âmbito nacional (BRASIL, 2016).

A Política Nacional de Turismo diz respeito ao conjunto de leis e normas voltadas para o planejamento e ordenamento do setor, bem como das diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional de Turismo. As normas sobre a Política Nacional de Turismo estão estabelecidas pela Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008, 2010).

Quanto ao Plano Nacional de Turismo, este se refere ao conjunto de diretrizes, metas e programas que orientam a atuação do Ministério do Turismo, em parceria com outros setores da gestão pública nas três esferas de governo e com as representações da sociedade civil, iniciativa privada e terceiro setor, relacionadas ao turismo. Deve ser elaborado pelo Ministério do Turismo, ouvidos os segmentos públicos e privados interessados, inclusive o Conselho Nacional de Turismo, e aprovado pelo Presidente da República. Suas metas e programas são revistos a cada quatro anos (ou quando necessário) com o objetivo de ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2008, 2010).

O Programa de Regionalização do Turismo é uma política adotada pelo Ministério do Turismo em 2004, focada no desenvolvimento regional. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2016), o Programa objetiva “[...] apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País” por meio da “[...] convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros. ”

Em 2013 o PRN foi reformulado, adotando oito eixos de atuação, sendo: gestão descentralizada do turismo; planejamento e posicionamento de mercado, qualificação profissional dos serviços e da produção associada; empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; infraestrutura turística e informação ao turista. Suas estratégias de implementação são seis: mapeamento (define o território a ser trabalhado), categorização (divide os municípios no Mapa do Turismo Brasileiro – base de atuação dessa política), formação (prevê capacitação de gestores públicos e a publicação de cartilhas de orientação), fomento à regionalização (prevê apoio financeiro), comunicação

(engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do Programa) e monitoramento (avalia a evolução do Programa e garante as correções) (BRASIL, 2016).

Em 1992, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) – por meio do então Ministério do Esporte e Turismo, cria o Plano Nacional de Municipalização do Turismo. Tal programa, instituído apenas em 1994, teve suas atividades iniciadas em 1995, perdurando até o ano de 2001. A EMBRATUR foi o órgão responsável pela execução deste programa que tinha como objetivo estimular o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política e com enfoque participativo (BRUSADIN, 2005).

Embora mudanças tenham ocorrido, o Brasil, no que diz respeito às políticas públicas de turismo, ainda não alcançou o nível desejado. Atualmente, já existem políticas de governo para o turismo; políticas de turismo quanti-qualitativa (antes apenas quantitativa), associando-se às políticas econômicas e assimilando temas ambientais, tais como a minimização de impactos e o bem-estar das comunidades receptoras (PIMENTEL, 2014).

Além do mais, comissões interdisciplinares têm elaborado os planos de turismo, os quais se esforçam na tentativa de desenvolvimento e de crescimento por meio da desconcentração de renda, enfatizando a regionalização, a interiorização e a segmentação da atividade turística (PIMENTA e CEZAR, 2009).

Porém, ainda não há políticas de Estado que definam os caminhos do desenvolvimento turístico desejado para além mandatos políticos. Neste sentido, SILVEIRA *et al.* (2014, p.88) afirmam:

“[...] nossa política é partidária no sentido de agrupamento, mas não em termos de filosofia ou linha de pensamento [...]. A continuidade de projetos esbarra na necessidade de deixar marcas de gestão e mudanças de mandatários e, mesmo em situações em que haja sequência partidária, a continuidade das políticas fica comprometida”.

Além do mais, conforme os mencionados autores, o Brasil, assim como outros diversos países, se concentra na promoção e desenvolvimento de

produtos turísticos diversificados. Suas políticas públicas têm, em sua maioria, evidenciado o negócio e a atividade em si e desconsiderado todos os demais agentes sociais responsáveis pela atividade (FRATUCCI, 2014).

Para LOBO e MORETTI (2009), a partir das análises feitas do Plano Nacional de Turismo e do Plano Plurianual 2004-2007, a política nacional de turismo diverge das propostas de sustentabilidade, pois estas se preocupam mais com questões de emprego e renda e visam, sobretudo, ao desenvolvimento regional e local e ao crescimento sócio-econômico.

NOGUEIRA (2011, p. 90), ao observar a história das políticas públicas de turismo no Brasil, entendeu que “[...] a intervenção estatal gradativamente se empobreceu e se restringiu a ações de indução (fomento) e de controle (regulamentação).”

Mesmo assim, de acordo com BRASIL *et al.* (2009), é possível encontrar no país tanto estruturas de turismo extremamente organizadas, com planejamento bem definido, quanto gestão ineficiente ou até mesmo sem nenhum planejamento.

Sobre as questões ambientais, ao analisar as políticas e programas de desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, NOGUEIRA (2011) constatou que, desde a década de 1980, o governo federal procura estabelecer metas favoráveis ao desenvolvimento deste segmento, ora com base no desenvolvimento econômico gerado pela atividade, ora na preservação ambiental. O autor averiguou também obstáculos para o desenvolvimento do ecoturismo, os quais podem servir às demais tipologias relacionadas ao turismo de natureza. São eles:

“[...] a insuficiência de regulamentações e de incentivos que orientem empresários, investidores e o próprio governo no estímulo e no uso do potencial dos patrimônios naturais e culturais e que, ao mesmo tempo, promovam a sua conservação e o desenvolvimento do ecoturismo”.

Ademais, para a autora supracitada, não é incomum a existência de conflitos entre as políticas públicas e as realidades locais, dificultando a atuação dos órgãos governamentais em conjunto com os administradores locais.

### 4.3 Turismo, meio ambiente e políticas públicas

#### 4.3.1 Turismo, meio ambiente e políticas públicas na Serra da Bodoquena

Em Mato Grosso do Sul, na região sudoeste do Estado, encontra-se a Serra da Bodoquena, a qual possui características naturais *sui generis*, o que, para a atividade turística, é bastante interessante.

Quanto ao relevo desta região, este se destaca em relação ao contexto geral do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo formado principalmente de rochas de origem carbonática, pertencentes ao Grupo Corumbá, do período Pré Cambriano, sustentadas por calcários calcínicos. Vegetações características do bioma Cerrado, tais como cerrado, cerradão, campo cerrado e campo limpo, além da ocorrência de floresta estacional semidecidual e decidual submontana fazem parte da paisagem desta região (LOBO e MORETTI, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Os rios destacam-se entre os elementos da natureza e como atratividade turística, sendo os principais, Prata, Perdido, Sucuri, Formoso, Salobra e Betione (LOBO e MORETTI, 2009).

A região é composta pelos municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho (Quadro 4). Na área também se encontra o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, com 76.481 ha, com área de influência nos municípios de Bonito, Bodoquena, Porto Murtinho e Jardim (ICMBio, 2013).

**Quadro 4.** Evolução demográfica da população e área dos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, Mato Grosso do Sul

Município	População 2000	População 2010	População 2016*	Área (km <sup>2</sup> )
Bodoquena	8.367	7.985	7.859	2.507,319
Bonito	16.956	19.587	21.267	4.934,414
Jardim	22.542	24.346	25.617	2.201,515
Porto Murtinho	13.316	15.372	16.686	17.744,405

Fonte: IBGE (2017). \*População estimada.

O turismo na Serra foi disseminado a partir do município de Bonito, que conquistou espaço na mídia e despontou como um dos mais importantes destinos ecoturísticos do país. Bodoquena, Bonito e Jardim compõem o Polo

Ecoturístico da Serra da Bodoquena, e Bonito funciona como polo regional de ecoturismo, atraindo a maioria dos visitantes (LOBO e MORETTI, 2009, 2013). Por outro lado, Porto Murtinho explora o turismo pantaneiro e pesqueiro na área de influência do rio Paraguai (PRODETURSUL, s/d *apud* ICMBio, 2013), não utilizando a Serra como ponto de atração de turistas.

No município de Jardim estão localizados três atrativos ecoturísticos importantes (a Lagoa Misteriosa, o Recanto Ecológico Rio da Prata e o Buraco das Araras), os quais, segundo a Folha de São Paulo (JARDIM, 2016), estão entre os mais visitados na região. Além destes, há outros menos conhecidos.

Em Bodoquena esta atividade ainda acontece de forma incipiente e o município possui apenas um atrativo de renome (o Boca da Onça Ecotour), além de muitos balneários de menor expressão.

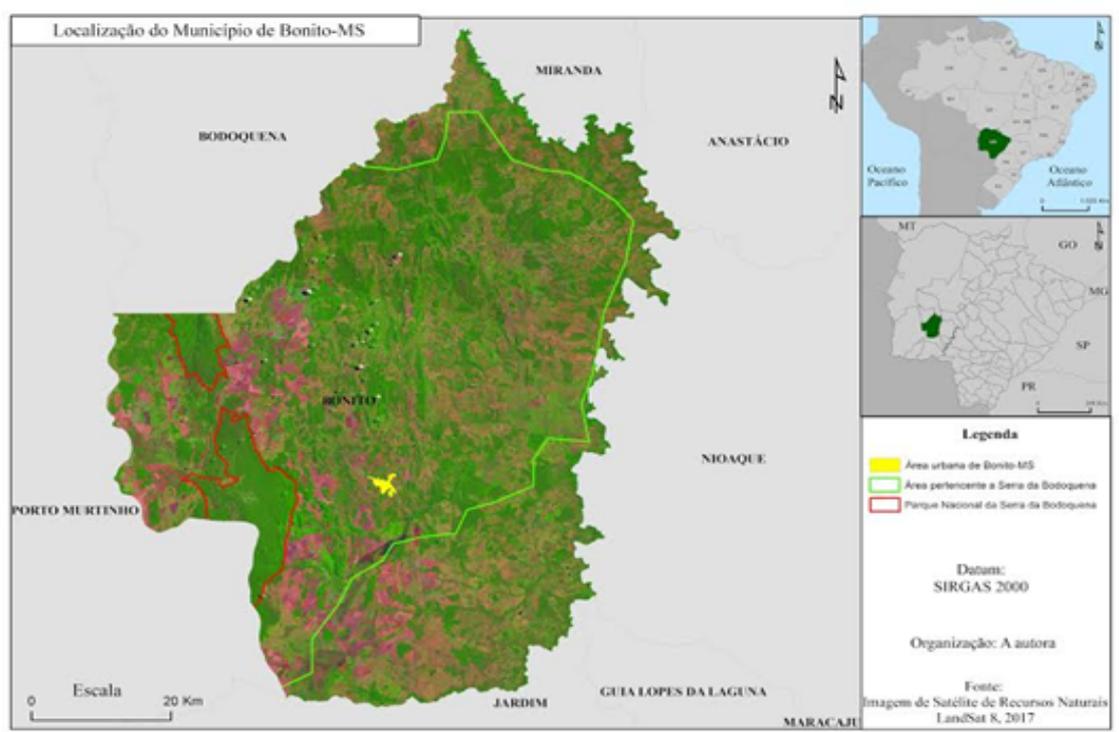
Quanto ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena, este corresponde a uma área que possui um imenso patrimônio natural, em boas condições de preservação, abrigando a maior extensão de florestas naturais do Estado de Mato Grosso do Sul. É formado por duas áreas não contiguas; a Norte, com 27.797 ha, engloba parte da Bacia do Rio Salobra, e a Sul, com 48.684 ha, parte da Bacia do Rio Perdido (BRASIL, 2013).

A respeito das políticas públicas de turismo para a região da Serra, TRENTIN e SAN SOLO (2006), ao analisarem o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, identificaram dificuldades durante o processo de implantação, tais como a falta de integração política na região, o distanciamento político e o menor interesse político pelos municípios de Bodoquena e Jardim, além de outras.

LOBO e MORETTI (2009) também estudaram políticas públicas para a região na perspectiva do ecoturismo, do planejamento turístico e da conservação ambiental. Concluíram que, embora o turismo na região da Serra da Bodoquena venha se consolidando e possua forte relação de dependência com as áreas naturais, as políticas não têm respaldado um turismo com vistas à efetiva conservação do ambiente natural. Os autores ainda identificaram contradições entre as poucas propostas de sustentabilidade ambiental e as ações ocorridas na referida região, além de ações e estratégias não alcançadas pelo setor turístico.

#### 4.3.2 Turismo, meio ambiente e políticas públicas em Bonito

A cidade de Bonito está localizada no sudoeste de Mato Grosso do Sul, a 265 Km de distância de sua capital, Campo Grande (Figura 1), e a 1.399 Km de Brasília, fazendo limite com os municípios de: Bodoquena e Miranda ao norte; Aquidauana e Nioaque a leste; Guia Lopes da Laguna e Jardim ao sul e Porto Murtinho a oeste (BONITO, 2016). Quanto à vegetação, esta é constituída de Cerrado (predominância), florestas estacionais decíduais e semidecíduais; o clima da região é o tropical úmido com temperatura média de 22 °C (período de seca entre 3 a 4 meses) (SILVA, 2015).



**Figura 1.** Localização do município de Bonito, Mato Grosso do Sul e Serra da Bodoquena. Elaboração: Flávio C. Santos (2017).

A natureza destaca-se como o principal potencial e atrativo turístico do município, pela sua beleza e pela riqueza de sua biodiversidade. A partir desta, desenvolvem-se atividades e roteiros diversificados, sendo que a maioria são realizados em áreas naturais.

São grutas, rios de águas cristalinas, cachoeiras, fauna e flora, entre outros elementos naturais que viabilizam atividades de interação. Estes locais permitem diferentes atividades, como trilhas, mergulhos, flutuação e rapel,

entre outras, em atrativos que, em sua maioria, encontram-se localizados em propriedades privadas nas áreas rurais. Além das atividades relacionadas à natureza, há ainda roteiros culturais, os quais apresentam as lendas, músicas e costumes regionais.

Tal beleza é resultado das peculiaridades geográficas da região que, por sua localização (borda sudeste do Pantanal Mato-Grossense, Estado de Mato Grosso do Sul, em uma área de transição entre o Cerrado e o Pantanal), assenta-se “[...] predominantemente sobre rochas carbonáticas - calcários e dolomitos - das Formações Cerradinho e Bocaina, do Grupo Corumbá, no topo e rochas do grupo Cuiabá, na base, arcabouço geológico da Serra da Bodoquena” (DIAS, 2000 *apud* CAMARGO *et al.*, 2011, p. 68).

Da associação desse tipo de rocha com o sistema hidrográfico em Bonito, emergem rios subterrâneos, sumidouros, ressurgências e cascatas. São águas cristalinas decorrentes da grande quantidade de calcário que possuem e que promovem a deposição de partículas nos sedimentos. Dentre os diversos rios que banham o município estão o Formoso, o Prata, o Miranda, o Peixe, o Sucuri e o Perdido e, entre os córregos, Olaria, Restinga, Mutum e o Taquaral (SILVA, 2015).

O município de Bonito nem sempre teve sua economia com grande inserção da atividade turística em seu PIB. Porém as diversas transformações no panorama econômico-social na região se deram principalmente com a inserção do turismo.

Em relação às bases econômicas, o município nasce (em outubro de 1948) oriundo de três atividades principais: extração mineral, pecuária e agricultura. Porém, nos anos de 1960 aparecem (assim como ocorre em outras regiões do país), advindos da modernização agrícola, problemas relacionados ao ambiente natural, quais sejam: desmatamento, queimada e caça de animais silvestres (VARGAS, 2001; CAMARGO e JOIA, 2004).

É na década de 1970 que a atividade turística começa a se inserir em Bonito. A Gruta do Lago Azul, descoberta pelo proprietário da fazenda onde ela se localiza, na década de 1940, juntamente à Ilha do Padre, na beira do rio Formoso, são os únicos atrativos nesse período e recebem suas primeiras visitas, sendo que estas são realizadas apenas pelos moradores do

município e por seus amigos e parentes de outras regiões (VARGAS, 2001; TRENTIN e SANSOLO, 2006).

É possível observar (Quadro 5) que neste período a distribuição espacial em Bonito começa a apresentar uma transformação. Enquanto a população urbana cresce de 483 habitantes em 1950 para 16.159 em 2010, na área rural a demografia apresenta uma pequena queda, baixando de 3.877 habitantes em 1950 para 3.428 em 2010. Para VARGAS (2001), tal modificação corresponde às exigências da nova ordem econômica regional e segue a tendência dos países subdesenvolvidos: a crescente urbanização e o esvaziamento do campo, além de corresponder aos avanços do capital.

**Quadro 5.** Evolução demográfica e comparativa da população urbana e rural de Bonito, Mato Grosso do Sul

População	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2016*
Urbana	483	863	1.563	5.110	10.322	12.928	16.159	---
Rural	3.877	4.929	6.350	5.904	5.221	4.028	3.428	---
Total	4.360	5.792	7.913	11.014	15.543	16.956	19.587	21.267

Fonte: Vargas (2001); IBGE (2017). \*População estimada.

A cidade, porém, não se encontrava preparada para tal demanda e, portanto, enfrentou inúmeros problemas de infra-estrutura, os quais afetaram sua imagem de “paraíso ecológico” (VARGAS, 2001).

Concomitante ao crescimento populacional urbano e a introdução da atividade turística, a agropecuária continuou se desenvolvendo (Quadro 6).

Enquanto isso, as Grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida são tombadas pelo então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IPHAN), em 13 de outubro de 1978. Neste mesmo ano, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Secretaria de Indústria e Comércio de Mato Grosso e com a EMBRATUR elaboraram o primeiro programa turístico que recomendava a utilização de um turismo científico-cultural na área sudoeste do Estado de Mato Grosso (OLIVEIRA, 2010).

**Quadro 6.** Características relacionadas à agropecuária do município de Bonito, Mato Grosso do Sul, anos 1970, 1985 e 2006

<b>Características</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>1970</b>	<b>1985</b>	<b>2006</b>
Estabelecimentos rurais	Unidades	371	712	821
Área ocupada	Ha	299.734	459.237	462.766
Tratores no campo	Unidades	18	552	607
Máquinas para o plantio	Unidades	0	209	---
Máquinas para colheita	Unidades	6	80	---
Capacidade de armazenamento de grãos	Toneladas	28	8.315	---
Efetivo bovino	Cabeças	58.523	236.267	340.070

**Fonte:** VARGAS (2001); IBGE (2017).

Ainda no que se refere à atividade turística, pode-se entender que a década de 1980 foi definitivamente marcante no que diz respeito ao seu desenvolvimento, devido às várias iniciativas voltadas para esta atividade. Em meados desta década foram apresentados projetos de infraestrutura para visitação em algumas cavernas, os quais preconizavam a preocupação ambiental. Dentre estes projetos, alguns tiveram a parceria da Empresa de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) e da Fundação Nacional Pró Memória (BOGGIANI, 2001), o que permite inferir a existência de interesse dos governos pela atividade turística nesta região.

Já no final dos anos de 1980 foi editado pela primeira vez, pela prefeitura municipal, o folheto de divulgação de Bonito, ressaltando seu potencial turístico (MARIANI, 2003).

Outro fato apontado para contribuir com as mudanças no citado município foi a desapropriação da área do atual Balneário Municipal, no intuito de fornecer novas perspectivas de lazer aos munícipes. Porém, inicialmente, o atrativo não limitava o número de seus visitantes e nem os orientava em relação à sustentabilidade de seus recursos naturais, causando a redução de algumas formações de tufas calcárias existentes (COSTA, 2010).

BOGGIANI *et al.* (2011, p.1) explicam que tufas “são sedimentos e rochas carbonáticas que se desenvolvem pela precipitação de carbonato de cálcio associada à atividade biológica, motivo pelo qual dependem da qualidade das águas.” Os autores ainda esclarecem que as tufas são bastante frágeis e necessitam das condições físico-químicas e biológicas de suas águas. A Serra da Bodoquena possui um dos maiores conjuntos de tufas das Américas as quais se encontram entre as maiores do mundo. Em Bonito, os balneários e atrativos com cachoeiras de tufas são os mais procurados.

Mesmo não havendo nenhuma preocupação em relação à exploração profissional do turismo e nenhuma infraestrutura voltada para este fim, o número de visitantes nos atrativos de Bonito começa a aumentar discretamente até meados desse período. Outros atrativos inserem-se neste cenário e algumas atividades e serviços passam a ser explorados. O Aquário Natural, o Rio do Peixe e o Rio Sucuri, além da Gruta do Lago Azul e a Ilha do Padre passam a ser visitados com regularidade, em geral por pessoas da região. Passeios de botes e em fazendas com cachoeiras são oferecidos e as três primeiras agências de turismo são instaladas (OLIVEIRA, 2010).

Assim, foram diversas iniciativas ocorridas na década de 1980 que interferiram de forma direta e/ou indireta no fomento da atividade turística. Os diversos estudos, projetos, envolvimento do governo municipal e do Estado, organização de conselhos e comissões, iniciativas com vistas à organização das estruturas, dos serviços e das atividades oferecidas aos visitantes que deram novas direções e dimensões para o desenvolvimento turístico e econômico na região (OLIVEIRA, 2010).

Ao final da década de 1970, mapeamentos geológicos realizados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais apontaram a região da Serra da Bodoquena como uma das mais promissoras do Estado quanto ao potencial mineral. Bonito, na década de 1980, viveu ainda a esperança de prosperidade que esta nova fonte de recursos, as jazidas de mármore, traria. No entanto, as pesquisas desenvolvidas com este fim não foram suficientes para efetivar esta atividade (SILVA *et al.*, 1986; NOGUEIRA *et al.*, 1978 *apud* BOGGIANI, 2001).

Observa-se que nessa época a atividade turística em Bonito, embora de forma ainda incipiente, inicia-se sem desprezar outras formas econômicas de desenvolvimento. Até então a economia ainda era baseada principalmente em

atividades do setor primário, com pecuária de corte. A extração de madeira também se apresentava de forma bastante significativa. A agricultura, principalmente a cultura da soja, apresentou um aumento nos anos de 1980. Já na década de 1990, a agricultura de modo geral, sofreu um grande declínio, sendo que a área plantada em Bonito reduziu-se drasticamente de 1990 até o início da década de 2000 (Quadro 7) (BOGGIANI, 2001; OLIVEIRA, 2010; LOMBA, 2011).

**Quadro 7.** Área colhida (ha) dos principais produtos agrícolas de 1982 a 2002, município de Bonito, Mato Grosso do Sul

<b>Produto</b>	<b>1982</b>	<b>1986</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>
Soja	10.100	18.400	19.500	11.500	10.000	7.500
Milho	3.500	8.000	6.000	8.260	3.500	3.000
Arroz	4.272	6.000	-	350	150	140
Trigo	325	10.121	2.200	1.000	-	120
Feijão	829	520	400	950	250	115
Café	1.447	220	-	-	-	5
Mandioca	480	530	550	-	-	200

**Fonte:** LOMBA (2011, p.13).

Para LOMBA (2011), a crise na agricultura mencionada anteriormente, foi ocasionada pelo cenário econômico e político da época, caracterizada pelas altas taxas de inflação e pelo confisco da poupança, ou seja, a falta de crédito foi um dos motivos para o declínio do setor. Outra razão é o fato de muitas terras terem sido arrendadas e, neste período, grande parte dos contratos de arrendamento foram finalizados e as terras voltaram a ser utilizadas pela pecuária. Sendo assim, juntamente com a introdução de tecnologias mais avançadas, nos anos de 1990, a pecuária se estabilizou.

Nesta mesma década (1990) cogitou-se a implantação em Bonito de uma indústria extrativista de cimento; porém, devido à mobilização da população a fim de impedir tal acontecimento, a ideia não prosperou (COSTA, 2010).

Por outro lado, o turismo expandiu-se significativamente. Neste sentido a situação é marcada por diversas iniciativas e acontecimentos tanto em nível local, estadual quanto nacional, direta e/ou indiretamente, os quais envolveram tanto a iniciativa privada como a pública, com a finalidade de impulsionar, organizar e profissionalizar tal atividade com base no equilíbrio do ambiente. Organizaram-se vários grupos em forma de associações, ONGs, Conselhos e Cooperativas para representar os diversos setores econômicos públicos e/ou privados e leis foram promulgadas e ações tomadas, como a de limitação do número de visitantes em passeios e atrativos, entre outras.

A partir de 1992, quando espeleólogos brasileiros e franceses exploraram algumas grutas, cresceu consideravelmente o número de turistas nacionais e, posteriormente, internacionais (FRATA *et al.*, 2007).

Os resultados desta expedição foram divulgados pelo programa Globo Repórter, da Rede Globo de Televisão, por meio de imagens e informações inéditas sobre Bonito e, especialmente, sobre a Gruta do Lago Azul. Tal ocorrido deu uma nova dimensão ao turismo da região de Bonito; a partir deste fato, inicia-se um processo de auto-organização (OLIVEIRA, 2010).

Ainda nesse ano, cursos de Formação de Guias de Turismo especializados em atrativos naturais foram iniciados (totalizando três). Tal iniciativa se deu por meio da parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (COSTA, 2010). Posteriormente, tal parceria foi ampliada, corroborando o crescimento da atividade turística (LE BOURLEGAT, 2008).

Por outro lado, neste mesmo ano, as obras de pavimentação da rodovia MS-382, que liga a cidade de Guia Lopes da Laguna a Bonito, considerada por CAMARGO e JOIA (2004) como infraestrutura importante para a atividade turística, contribuíram para a degradação do ambiente da região, pois os desmatamentos ocorridos alcançaram, inclusive, a mata ciliar entre os rios Formoso e Formosinho, próximos ao Balneário Municipal. Tal problemática desencadeou discussões acerca do dilema entre o atraso da obra e consequente impedimento para o desenvolvimento do turismo (em 1996 ainda não estava concluída) e a limitação do fluxo de turistas que representavam uma ameaça ambiental (CAMARGO e JOIA, 2004).

Em se tratando da expansão da infraestrutura turística, a partir de 1993 começou o crescimento do número de hotéis, restaurantes e agências são instalados em Bonito. Este número cresce vertiginosamente, assim como o número de empregos gerados diretamente do turismo e o fluxo de turistas (Quadro 8). Em 1996 a região já contava com 24 atrativos turísticos e em 1997, a cidade possuía 19 agências de turismo locais; em 1999 a Gruta do Lago Azul recebia a visitação de 42.233 pessoas, um significativo número de pessoas.

**Quadro 8.** Indicadores da expansão da atividade turística do município de Bonito, Mato Grosso do Sul, entre 1993 e 2003

Indicadores	1993	2003
Número de visitantes	---	227.963
Meios de hospedagem	06	77
Disponibilidade de leitos na rede hoteleira	300	4.188
Número de agências de turismo	06	30
Guias de turismo	30	80
Número de empregos diretos	10	2.500

**Fonte:** BRASIL (2006).

Em relação à política para o turismo em Bonito, foi também nesse ano que o deputado Sérgio Cruz elaborou o importante projeto de lei que declara o município de Bonito como área especial de interesse turístico.

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Fundo Municipal de Turismo foram criados em 1995 pela lei municipal 695/95. Para COSTA (2010, p.147), a mencionada lei pode ser considerada um marco na história do turismo em Bonito. De acordo com a autora, o Conselho atuava como “[...] órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o poder público e a sociedade civil, capaz de promover o turismo como fator de desenvolvimento social, econômico e cultural”. Além do mais, a mencionada Lei “[...] deu suporte legal a ações que já vinham sendo desenvolvidas no âmbito da academia e no setor empresarial [...]”.

Também em 1995 é instituído o *Voucher* Unificado, instrumento para viabilizar o ordenamento da atividade turística, emitido e controlado pela

Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito (VIEIRA, 2003). Esta secretaria também foi implantada em 1995.

Em 23 de maio de 1996 foi instituída a Associação de Atrativos Turísticos de Bonito (ATRATUR) com objetivos de “[...] incentivar, estimular, promover a sustentabilidade da atividade turística e ecológica, de forma íntegra e harmônica, defendendo a preservação e a conservação do meio ambiente, promovendo assim o desenvolvimento sustentável e a humanização do trabalho como função social junto à coletividade” (COSTA, 2010, p. 160).

O governo estadual e a prefeitura municipal de Bonito promovem em 1997 o 1º Festival de Inverno de Bonito, com apoio financeiro principalmente da Petrobrás e de alguns empresários locais (COSTA, 2010).

Levando em consideração que as décadas de 1980 e 1990 foram de alavanque e estruturação da atividade turística em Bonito, os anos 2000 foram mais tímidos; todavia, de certo modo, desenvolveram-se ações que buscaram melhorar o turismo no município. Neste sentido, pode-se mencionar a aprovação de um Plano Diretor para organizar o uso e ocupação do solo em 2002, melhorias de infraestrutura na área central da cidade, inauguração do Centro de Convenções, definição de padronização de cobrança de preços nos atrativos e nos meios de hospedagem, inauguração do aeroporto, investimentos em marketing e em divulgação (RIZZO, 2010) e lançamento do *Voucher* Digital em 2010 (a emissão do *voucher* unificado passa a ser feita pelo seu *site*) (SILVA, 2015).

Atualmente, a população do município é predominantemente urbana e seus moradores vivem da agropecuária, do extrativismo do calcário e do turismo. O município conta com 46 agências de turismo, 70 meios de hospedagem e 33 atrativos turísticos. Em 2015, recebeu 204.299 turistas e até o mês de junho deste ano, 2017, 91.118 pessoas já visitaram Bonito. O número de empregos gerados é de aproximadamente 4.000, direta e indiretamente, representando cerca de 40% do PIB do município (BONITO, 2015/2016; 2017; SILVA e PADILHA, 2012).

Importante ressaltar que políticas de turismo de âmbito estadual e nacional (muitas já mencionadas neste trabalho), em sua maioria, também atingem os rumos da organização do turismo em Bonito (assim como os de outros destinos turísticos).

Para equilibrar o desenvolvimento do turismo e a preservação da natureza, Bonito conta com equipes que organizam a atividade e esta condição é apontada por SILVA (2012) como responsável por tornar a cidade um dos mais importantes polos do ecoturismo nacional.

De forma geral e resumida sobre a política de turismo e sua organização e gestão em Bonito nos dias de hoje, pode-se afirmar que é ordenada pelo COMTUR e pela Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Indústria e Comércio.

ALMEIDA (2013) atribui o êxito do turismo em Bonito e a qualidade do ambiente no município à união das instituições em benefício da organização e gestão desta atividade. Para o referido autor (p. 99), “As instituições de Bonito contribuíram muito para que o desenvolvimento da atividade chegasse ao nível de qualidade e reconhecimento que se encontra atualmente”. E complementa:

“O poder público municipal também teve papel fundamental, pois em conjunto com as instituições participou e apoiou todas as iniciativas em prol da atividade e em defesa do meio ambiente. A importância que essas instituições deram à valorização do meio ambiente também foi fator decisivo para o reconhecimento do público externo”.

Entre as diversas entidades que compõem este quadro, destacam-se aquelas que arrecadam, garantidamente, com o *Voucher* Unificado, quais sejam: Associação de Guias de Turismo de Bonito - MS (AGTB), Associação dos Proprietários de Atrativos Turísticos de Bonito e Região e Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo (ABAETUR). Além destas, a Associação Bonitense de Hotéis (ABH) e a AGTB também se distinguem, pois, representam segmentos relacionados diretamente ao turismo (ALMEIDA, 2013).

Sobre o COMTUR, seu principal objetivo é

“[...] fomentar o turismo de maneira organizada e sustentável no município, apoiando ações que visem divulgar o município de Bonito para outras regiões, dando apoio ao *trade* e à comunidade, seja na implantação de

alguma atividade ou na parceria de projetos de cunho social” (CAMARGO e JOIA, 2004, p.4).

Para LUNAS (2006, p. 219), a organização da atividade turística em Bonito deve muito ao sistema no qual o COMTUR possui papel fundamental. Neste sentido, o autor afirma que:

“Dentro deste sistema turístico regional, o município de Bonito se destaca na organização de uma arena de debates que pode ser considerado modelo [...]. Não se trata do fato de existir o Conselho Municipal de turismo – COMTUR, mas do fato de a maior parte dos atores já terem conseguido institucionalizar seus órgãos associativos e de os debates internos carregarem as características da autogestão, uma vez que o poder executivo não constitui maioria dentro deste órgão e pelo fato de o COMTUR ter poder efetivo para gerir os recursos do Fundo Municipal de Turismo e de suas resoluções manterem *status* de lei no que diz respeito à gestão do turismo local”.

Nos dias de hoje, são membros do COMTUR: ABAETUR, ABH, ACEB (Associação Comercial e Empresarial de Bonito), ATRATUR, ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Bonito/MS, SINDTURMS (Sindicato dos Guias de Turismo de Mato Grosso do Sul), BCVB (Bonito Convention & Visitors Bureau, ICMBio, IPHAN – MS, Sindicato Rural e Patronal de Bonito, UFMS, Poder Público e IASB (Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (BONITO, 2016).

Quanto à Secretaria Municipal de Turismo, esta tem por objetivo coordenar e implementar ações para o desenvolvimento do turismo local que, a partir de 2002, com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável se restringem a:

“[...] aumentar as possibilidades de financiamento a projetos formulados pela municipalidade e pela comunidade para o desenvolvimento de atividades de caráter turístico no Município; melhorar a infraestrutura

viária e de transporte, ampliar as áreas de uso turístico (hotelaria, restaurantes, outros serviços e comércio) aumentando o potencial e o volume máximo da construção em relação a usos não turísticos na Área de Interesse Econômico; identificar novos pontos turísticos, garantindo a inclusão das comunidades locais na sua exploração, de forma compatível com a preservação ambiental e oferecendo treinamento adequado a essa população; viabilizar a comercialização dos produtos das comunidades indígenas da região de forma ética, criando programas que possibilitem a divulgação dessas culturas” (CAMARGO e JOIA, 2004, p. 5).

Os autores supracitados ainda comentam que à Secretaria Municipal de Turismo cabe o cumprimento de tarefas básicas, pois sob o COMTUR fica a responsabilidade do planejamento e organização do setor, caracterizando-se como um órgão de maior poder do município.

Diante do relato aqui exposto, depreende-se que as características do ambiente natural de Bonito, assim como as atividades econômicas desenvolvidas neste município indicam cuidado para com a sustentabilidade dos recursos naturais. Isto ocorre especialmente por meio da atividade turística através de todos os seus componentes, os quais, porém, possuem condições de impactar positivamente o meio e propagar a importância da natureza preservada.

Contudo, percebe-se ainda que, juntamente ao surgimento e expansão da atividade turística, a gestão e as políticas públicas foram igualmente se conduzindo e que, as questões ambientais têm permeado esse desenvolvimento.

O documento denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional, elaborado em 2015 pelo Ministério do Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a finalidade de analisar o nível de desenvolvimento do turismo em Bonito, sob a ótica da competitividade por meio de diversos fatores, concluiu: em relação aos aspectos ambientais, os índices vêm crescendo desde 2008 e

nos dois últimos anos se encontram acima da média nacional. Em relação às políticas públicas, esta dimensão também se apresentou em crescimento, com maior expressividade no ano de 2013, permanecendo estável e acima da média nacional desde esta data (BRASIL, 2015).

O relatório apresenta ainda os fatores que influenciaram o resultado de cada uma das dimensões e os desafios a serem enfrentados pelas mesmas (Quadro 9):

**Quadro 9.** Fatores que influenciaram as dimensões ambientais e de políticas públicas e os desafios enfrentados no município de Bonito, Mato Grosso do Sul, de acordo com o Índice de Competitividade do Turismo Nacional

ASPECTOS AMBIENTAIS		POLÍTICAS PÚBLICAS	
Fatores que influenciaram o resultado da dimensão	Desafios enfrentados	Fatores que influenciaram o resultado da dimensão	Desafios enfrentados
Existência de um C.M.A. ativo e de política municipal de meio ambiente.	Inexistência de um P.M.M.A.	Presença de um órgão municipal – S.M.T.I.C. - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo.	O fato de órgão gestor (S.M.T.I.C.) não ser exclusivo da pasta turismo.
Presença de rede pública de distribuição e tratamento de água, que atende a mais de 90% da população local.	Carência de um P.M.R.S., em conformidade com a P.N.	Existência do C.M.T., há 20 anos, ativo e existência do fundo de turismo (recursos oriundos da taxa de entrada na Gruta do Lago Azul e Balneário Municipal)	Inexistência de informações institucionais na página oficial de turismo.
Disponibilidade de sistema público de coleta e tratamento de esgoto que atende mais de 80% da	Não há destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário.	Existência de P.D.M. (Lei Municipal 085 de 1/12/10) que contempla o turismo.	Ausência de investimentos diretos do governo federal em projetos ligados ao turismo, no ano

população.			anterior.
Existência de serviços de coleta seletiva de resíduos, realizada pelo poder público.	Não há correta destinação (coleta, transporte, classificação e tratamento) dos Resíduos dos Serviços de Saúde no destino.	Presença de planejamento formal específico para o setor de turismo em vigor, instituído pela Lei 1302 de 20 de setembro de 2013 (2013 a 2017).	
Presença de U.C. no município, como o P. N.S.B., que possui conselho gestor ativo e P.M. em vigor.		Execução de ações e projetos pelo poder público em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor.	

C.M.A.= Conselho de Meio Ambiente; P.M.M.A.= Plano Municipal de Meio Ambiente; S.M.T.I.C.= Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio; P.M.R.S.= Plano Municipal de Resíduos Sólidos; P.N.= Política Nacional; C.M.T.= Conselho Municipal de Turismo; P.D.M.= Plano Diretor Municipal; U.C.= Unidades de Conservação; P.N.S.B.= Parque Nacional da Serra da Bodoquena; P.M.= Plano de Manejo.

**Fonte:** Adaptação de BRASIL (2015).

#### 4.4 Prestadores de serviços turísticos no contexto da sustentabilidade

##### 4.4.1 Prestadores de serviços turísticos e a relação com a sustentabilidade ambiental

Considera-se que compreender o significado de serviços seja condição preliminar para as abordagens sobre serviços turísticos e prestadores de serviços turísticos. Desta forma, conforme estudos de FITZSIMMONS e FITZSIMMONS (2014), das diversas definições de serviços, duas características são comuns a todas elas, quais sejam: a intangibilidade e o consumo simultâneo.

Dentre os conceitos revelados pelos autores supramencionados (p.4), está o de QUINN *et al.*, elaborado em 1987, sobre a abrangência do setor de serviços, a qual corresponde a

“[...] todas as atividades econômicas cujo produto não é um bem físico ou fabricado; em geral, ele é consumido no momento em que é produzido e fornece um valor agregado

em formas que representam essencialmente interesses intangíveis do seu comprador (como conveniência, diversão, oportunidade, conforto ou saúde)”.

Na definição de Gronroos, criada em 1990, o serviço se equivale a “[...] uma atividade ou uma série de atividades de natureza mais ou menos intangível que, normalmente, mas não necessariamente, ocorre nas interações entre consumidores e empregados e/ou recursos físicos ou bens e/ou sistemas do fornecedor do serviço, que são oferecidos como soluções para os problemas do consumidor” (GRONROOS, 1990 *apud* FITZSIMMONS e FITZSIMMONS, 2014, p. 4)

Para KOTLER (1998), serviço significa o ato ou desempenho que uma parte pode oferecer a outra e que seja essencialmente intangível, não resultando na propriedade de nada, podendo ou não estar vinculado a um produto físico.

Na visão do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC (2001), o serviço é uma espécie de produto que normalmente não se apresenta de forma concreta, resultado de, no mínimo, uma atividade desempenhada na interface do fornecedor com o cliente.

Os serviços (em geral) são bastante significativos para a economia das sociedades, contribuindo sobremaneira para com sua “saúde” e funcionamento. Vale esclarecer que, embora a prestação de serviço seja uma atividade bastante antiga, tal relevância corresponde aos dias atuais, características da sociedade pós-industrial (FITZSIMMONS e FITZSIMMONS, 2014) (Quadro 10).

É possível notar também, por meio dos dados abaixo, que o lazer (um dos objetivos e segmentos do turismo) inseriu-se como elemento para o padrão e a qualidade de vida da sociedade pós-industrial.

**Quadro 10.** Características de diferentes sociedades de acordo com alguns quesitos

QUESITOS	SOCIEDADES/CARACTERÍSTICAS		
	Pré-industrial	Industrial	Pós-industrial
<b>Disputa</b>	Contra a natureza	Contra a natureza fabricada	Entre pessoas
<b>Atividade predominante</b>	Agricultura e mineração	Produção de bens	Serviços
<b>Uso do trabalho humano</b>	Força física	Operação das máquinas	Artístico, Criativo Intelectual
<b>Unidade de vida social</b>	Doméstica	Individual	Comunidade
<b>Medida do padrão de vida</b>	Subsistência	Quantidade de bens	Qualidade de vida em termos de saúde, educação e lazer
<b>Estrutura</b>	Rotineira tradicional autoritária	Burocrática Hierárquica	Interdependente, Global
<b>Tecnologia</b>	Ferramentas simples e manuais	Máquinas	Informação

**Fonte:** Adaptação de FITZSIMMONS e FITZSIMMONS (2014).

Ao se direcionar este estudo para a compreensão de serviços turísticos, não é necessário nenhum esforço para identificar as características conceituais de serviços nesta atividade, como: a intangibilidade, o consumo simultâneo, o contato direto entre o prestador de serviço e o cliente, entre outras.

Todavia, destaca-se que os serviços turísticos se referem àqueles prestados exclusivamente para o turista durante toda a cadeia de produção, como os diversos oferecidos pelas agências de viagens e pelos guias de turismo. Os demais, aqueles que estão disponíveis também para a população residente (mas não menos importantes para os visitantes) são considerados serviços e/ou equipamentos de apoio ao turista (como: táxis, linhas de

transportes regulares, serviços bancários e serviços médico-hospitalares) (MOLETTA e GARCIA, 2000).

Para LOHMANN e PANOSSO NETTO (2008), os serviços turísticos estão associados, envolvem e dependem dos equipamentos turísticos para serem oferecidos. Os autores, sendo assim, exemplificam: as agências de viagens são equipamentos turísticos que oferecem os serviços de venda de passagens, reservas de tickets para shows, pacotes turísticos e consultoria para uma determinada viagem; os meios de hospedagem (hotéis, albergues, pensões e pousadas, entre outros) são equipamentos turísticos que oferecem os serviços de hospedagem e outros serviços e comodidades, e assim por diante.

Em se tratando da atividade turística, os consumidores esperam não apenas aquilo que foi acordado entre eles e os prestadores dos serviços (aquilo que foi comprado), mas também outros serviços agregados, como: cortesia, simpatia e atenção dos funcionários, conforto e segurança, entre outros. Nestes casos, para o SENAC (2001), “[...] o consumidor está adquirindo muito mais do que um produto, ele está comprando algo mais complexo – que não se pode pegar com as mãos [...]”

Assim, os serviços turísticos são tanto necessários quanto importantes componentes da atividade turística, pois fazem parte/proporcionam a experiência aguardada e desejada pelo turista. Ou seja, a experiência turística está estreitamente relacionada ao consumo de serviços, principalmente dos serviços turísticos (BENI, 2001).

Sendo então as agências de viagens, os meios de hospedagem e outros empreendimentos turísticos responsáveis por oferecer os diversos serviços necessários para a efetivação da atividade turística, podem estes também ser considerados prestadores de serviços turísticos.

Conceitualmente, a Lei nº 11.771 de 2008 (Art.21) estabelece como prestadores de serviços turísticos

“[...] as sociedades empresárias, sociedade simples, os empresários individuais e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:

- I - meios de hospedagem;
- II - agências de turismo;
- III - transportadoras turísticas;
- IV - organizadoras de eventos;
- V - parques temáticos; e
- VI - acampamentos turísticos”

Tais serviços, entre outras obrigações, devem estar cadastrados no Ministério do Turismo. No entanto, este cadastro é facultativo a outras várias sociedades empresárias, entre elas, os “prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades”. Compreende-se que nesta categoria poderão estar inseridos os atrativos turísticos de Bonito.

São diversos tipos de empresas com suas diversas atividades que compõem o setor de turismo. CAVASSA (1994) *apud* PIMENTA (2004) apontou as seguintes características comuns/gerais às empresas turísticas: objetivos básicos de serviços e lucro, estrutura bastante rígida, unidade econômica que gera riqueza, baixa diversificação de operações e tarefas, mercado nacional e internacional, demanda intermitente (não contínua), flexível e elástica, mercado de massa, produto turístico elaborado e consumido no local e pessoal qualificado.

Diferentemente do que é comum nas discussões e estudos sobre turismo e sustentabilidade do ambiente natural (comumente envolvem apenas os segmentos relacionados à natureza como o ecoturismo por exemplo), os prestadores de serviços turísticos (todos) se relacionam de alguma forma com o meio e, portanto, também são responsáveis pela sua preservação (todos são).

Tal ênfase é preocupante na medida em que promove uma certa conotação de isenção de responsabilidades dos demais segmentos do turismo para com o ambiente e sua sustentabilidade. Importante lembrar que, independentemente do segmento turístico e da localidade onde o turismo está sendo desenvolvido, o meio (inclusive o natural) estará sofrendo seus impactos

(negativos ou positivos), direta ou indiretamente, por meio dos serviços que permitem que tal atividade se efetive (DIETRICH *et al.*, 2016).

Sendo assim, é correto afirmar que tanto o ecoturismo, o espeleoturismo, o turismo de pesca, o turismo de aventura, entre outros, quanto o turismo histórico, o turismo de compras, o turismo de eventos, etc, através de suas práticas, possuem potencialidade, responsabilidade e condições para a proteção do meio, o que pode e deve ser realizado em diversos momentos, de diferentes formas por meio dos seus diversos serviços (DIETRICH *et al.*, 2016).

A própria legislação turística (considerando a Lei 11.771 e o Art. 5º) reforça esta relação restrita apenas entre a sustentabilidade do ambiente e o segmento turístico em áreas naturais, quando um dos objetivos do PNT é

“VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural.”

Tal relação é reforçada pela mesma Lei (Art. 6º) quando estabelece que o PNT deve promover, entre outras coisas.

“VI - a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico;  
VII - a atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística;  
VIII - o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas protegidas ou não;”

Um dos deveres dos prestadores de serviços turísticos constantes na Lei sobre a política nacional de turismo é o de que tais empresas devem, na prática de suas atividades, obediência à legislação ambiental.

Por outro lado, mesmo que de forma ainda incipiente, já é possível identificar alguns “olhares” para a correlação existente entre os serviços turísticos e a sustentabilidade do ambiente natural. A exemplo disto, o manual elaborado pela CDB - “Turismo Favorecendo a Biodiversidade: Um manual

para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo”, publicado em 2015, menciona vários estudos e trabalhos que abrangem as empresas de turismo, principalmente os meios de hospedagem, além de recomendar ações e posturas a esses empreendimentos que confluem à sustentabilidade da biodiversidade.

Dentre as iniciativas de gestão para apoiar a biodiversidade, apresentadas pela CDB, está o engajamento das empresas de turismo por meio de atividades que incluem, entre outras: a verificação das ações de manejo e de mitigação exigidas das empresas como uma condição para a aprovação dos empreendimentos; o incentivo aos funcionários das empresas de turismo a atuar como defensores da conservação da biodiversidade em suas comunidades; a criação e promoção de oportunidades específicas para as empresas de turismo patrocinarem projetos locais de conservação ou proporcionarem administração voluntária das áreas e o incentivo ou exigência às empresas para que cobrem uma taxa de seus visitantes, por exemplo em nome das comunidades locais, para apoiar suas atividades de manejo e de conservação ou seu bem-estar geral.

Para a SCDB, as ações tomadas pelas empresas privadas do setor turístico têm uma grande influência sobre a biodiversidade, bem como sobre os consumidores e, portanto, são consideradas agentes de mudança.

O Programa de Regionalização do Turismo, quando trata do turismo relacionado à sustentabilidade, sugere, dentre outras várias atitudes, que os empreendimentos turísticos adotem práticas sustentáveis, seja por meio das suas atividades, seus produtos, seja pelos seus serviços. Os objetivos e as metas estabelecidas devem ser compatíveis com as políticas local e global. Tais sugestões demonstram que essas empresas têm papel relevante no que diz respeito à preservação do meio e podem corroborar a efetivação de políticas públicas (BRASIL, 2007).

Estas relações (entre serviços turísticos, sustentabilidade ambiental e políticas públicas), na percepção de HEIDEMANN e SALM (2010), possuem base no papel social e no interesse econômico das empresas privadas. Para estes autores (p. 32),

“[...] a crescente conscientização sobre a função social do capital (econômico) transforma o próprio empresário ou o

executivo da empresa privada em agente de políticas públicas, sobretudo por força de sua responsabilidade social e da necessária produtividade dos recursos e dos sistemas produtivos que privativamente administra. Quando está em jogo a própria sustentabilidade do ambiente natural, a postura do empresário torna-se ainda mais crítica, pois não faz sentido algum que os ganhos do processo econômico ponham a perder a própria base de sustentação da empresa e da sociedade. Afinal, as empresas não são tolas nem santas. Elas têm o papel legítimo na sociedade e devem ser coerentes com ele”.

Ademais, vem aumentando o número de consumidores que prefere empreendimentos engajados na defesa da sustentabilidade (BRASIL, 2016).

O Ministério do Turismo, através da elaboração de um guia voltado para os prestadores de serviços turísticos (sejam eles proprietários, funcionários e/ou colaboradores) e para práticas sustentáveis, objetiva que os empreendedores adotem medidas capazes de tornar os estabelecimentos mais sustentáveis, tornando-se, assim, agentes e multiplicadores de práticas que beneficiem o meio ambiente, as comunidades locais e os destinos. São quatro princípios que embasam o mencionado guia na busca do desenvolvimento sustentável: sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional, por meio de ações simples e de baixo custo, como: redução do consumo de energia, de água, destinação correta de resíduos, valorização da cultura local, dentre outras (BRASIL, 2016).

Contudo, a preocupação dos empreendimentos deve ser, realmente, com o ambiente. O Ministério do Turismo, desse modo, ressalta que

“[...] as ações de sustentabilidade aplicadas nos empreendimentos não devem ser apenas atitudes superficiais que visem sua promoção aproveitando o chamado “Marketing Verde”. As práticas adotadas devem apresentar resultados concretos e significativos para o meio ambiente e a sociedade” (BRASIL, 2016, p. 9).

Sobre as dicas do Ministério do Turismo, estas envolvem ações a serem adotadas pelos empreendimentos turísticos com vistas às mudanças de comportamento e à sustentabilidade do ambiente natural. Dentre elas estão:

- Relacionadas à água: uso consciente e consumo otimizado, redução do desperdício nos afazeres diários e a aquisição de produtos mais eficientes;
- Relacionadas à energia: consumir apenas o necessário, sem desperdícios, adoção de sistemas de certificação e etiquetagem que avaliam o desempenho de produtos, buscar fontes alternativas de energia;
- Relacionadas ao efeito estufa: compensação ou neutralização de carbono por meio da compra de créditos de carbono que financiam projetos que reduzem emissões de gases do efeito estufa;
- Relacionadas à gestão dos resíduos sólidos: destinar apropriadamente os resíduos, sejam estes orgânicos ou inorgânicos; reduzir o consumo por meio de escolhas conscientes (como: adquirir produtos com pouca ou nenhuma embalagem, comprar equipamentos de qualidade para que não precisem ser trocados constantemente, entre outras); adquirir somente o necessário; reaproveitar embalagens e outros “lixos”, reciclar; recusar produtos que causem danos ao meio ambiente; preferir produtos feitos de materiais recicláveis ou biodegradáveis; dar preferência às mercadorias de empresas que tenham compromisso com a sustentabilidade.

Pode-se entender que o Código Mundial de Ética para o Turismo, publicado pela Organização Mundial do Turismo em 1999, envolve também os prestadores de serviços turísticos como responsáveis pela sustentabilidade do meio à medida que afirma que “todos os agentes de desenvolvimento turístico têm o dever de proteger o meio ambiente e os recursos naturais [...]”.

Outro exemplo a ser mencionado é a campanha Passaporte Verde, lançada em 2008 por meio de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo do Brasil, o Ministério Francês do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, além de outros parceiros.

Tal campanha visa sensibilizar o turista sobre sua potencialidade de colaborar com a sustentabilidade e disseminar informações sobre turismo sustentável. São diversas as ações realizadas pela campanha e estas não se restringem ao segmento turismo de natureza, muito pelo contrário, envolvem

efetivamente todos os segmentos e os seus serviços, principalmente os meios de hospedagem, operadoras turísticas e bares e restaurantes.

Vale ressaltar que, embora se compreenda a relação e a importância dos serviços turísticos com a sustentabilidade do meio natural, encontram-se com mais facilidade projetos que envolvam tal temática do que pesquisas científicas nesta vertente.

#### **4.4.2 Agências de turismo e sustentabilidade**

A literatura apresenta diversas nomenclaturas para as organizações de agenciamento, quais sejam: agências maioristas, minoristas, mistas, agências de viagens, de turismo e agências de viagens e turismo, causando incertezas quanto às suas definições e funções. Além disso, o *trade*, no dia-a-dia, não tem se preocupado em convergir com conclusivos estudos.

Desta forma, interessa aqui apoiar-se numa definição corrente e com validação jurídica. Sendo assim, o termo adotado será o de agência de turismo que, de acordo com a legislação brasileira, por meio da Lei Nº 11.771 de 2008, refere-se à “pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de intermediação remunerada entre fornecedores e consumidores de serviços turísticos ou os fornece diretamente”.

A Lei nº 12.974 de 2014 (SENADO FEDERAL, 2015), que dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo é mais específica e as conceitua como aquelas que cumprem o exercício das atividades descritas pelos incisos I, II, IV e V desta mesma Lei (o inciso III foi vetado), quais sejam:

“I - venda comissionada ou intermediação remunerada na comercialização de passagens, passeios, viagens e excursões, nas modalidades aérea, aquaviária, terrestre, ferroviária e conjugadas;

II - assessoramento, planejamento e organização de atividades associadas à execução de viagens turísticas ou excursões;

IV - organização de programas, serviços, roteiros e itinerários de viagens, individuais ou em grupo, e intermediação remunerada na sua execução e comercialização; e,

V - organização de programas e serviços relativos a viagens educacionais ou culturais e intermediação remunerada na sua execução e comercialização.”

No entanto, a mencionada Lei esclarece que as agências de turismo poderão exercer todas ou algumas das atividades previstas neste artigo.

As agências de turismo são, pela Lei nº 12.974, classificadas em Agências de Viagens e Agências de Viagens e Turismo.

São Agências de Viagens e Turismo as empresas que executarem as atividades referidas nos incisos II, IV e V e poderão utilizar-se da denominação de Operadora Turística.

Desta forma, infere-se que as Agências de Viagens são aquelas empresas que irão exercer as atividades estabelecidas no inciso I, o qual não inclui a organização dos programas, serviços, roteiros e itinerários relativos a passeios, viagens e excursões.

Sobre os serviços de operação de viagens, estes referem-se à organização de excursões e passeios turísticos por meio da contratação e execução de programas, roteiros, itinerários, bem como recepção, transferência e a assistência ao turista. Já as atividades de intermediação das agências dizem respeito à oferta, à reserva e à venda a consumidores de um ou mais dos seguintes serviços turísticos fornecidos por terceiros: passagens, acomodações e outros serviços em meios de hospedagem e programas educacionais e de aprimoramento profissional (BRASIL, 2008).

Além dos serviços já mencionados, os quais são privativos às agências de turismo, estas poderão exercer ainda (sem caráter privativo) as seguintes atividades (SENADO FEDERAL, 2015, p. 38):

- “I - obtenção e legalização de documentos para viajantes;
- II - transporte turístico de superfície;
- III - desembarço de bagagens nas viagens e excursões de seus clientes;
- IV - intermediação remunerada de serviços de carga aérea e terrestre;
- V - intermediação remunerada na reserva e contratação de hospedagem e na locação de veículos;

VI - intermediação remunerada na reserva e venda de ingressos para espetáculos públicos, artísticos, esportivos e culturais;

VII - (Vetado)

VIII - representação de empresa transportadora, de meios de hospedagem e de outras empresas fornecedoras de serviços turísticos;

IX - assessoramento, organização e execução de atividades relativas a feiras, exposições, congressos e eventos similares;

X - venda comissionada ou intermediação remunerada de seguros vinculados a viagens e excursões e de cartões de assistência ao viajante;

XI - venda de livros, revistas e outros artigos destinados a viajantes; e

XII - outros serviços de interesse de viajantes.”

Embora a opção feita nesta pesquisa pela expressão agência de turismo (pois este envolve os dois tipos de agências), é importante acentuar que é comum pelo *trade* turístico a utilização da expressão agência de viagens, haja vista a própria nomenclatura da associação deste segmento como Associação Brasileira de Agências de Viagens .

A partir da compreensão do significado e das funções das agências de turismo, pode-se entender que estas cumprem importante papel na promoção da atividade turística através da sua articulação com os demais segmentos e com os turistas. Sobre suas funções, para PETROCCHI e BONA (2003, p. 54), estas vão além da simples comercialização e da intermediação entre empresas turísticas e consumidores,

“Elas orientam as pessoas que desejam viajar, estudam as melhores condições tanto em nível operacional quanto financeiro e assessoram os clientes acerca da definição de itinerários. A agência de viagens e turismo desempenha, então, uma função de assessoria ao público, pois pesquisa,

filtra e classifica as informações, cumprindo papéis de facilitadora [...]"

Por consequência e em conformidade com o pensamento de LOHMANN e PANOSSO NETTO (2008), os agentes de viagens (profissionais que atuam nas agências de turismo) têm grande poder de influenciar e persuadir o consumidor a optar por um determinado destino ou produto turístico, ou seja, pode ser considerado um formador de opinião.

Lavando-se em conta que todos os segmentos e prestadores de serviços se relacionam com o ambiente natural e considerando o papel das agências de turismo, é possível acreditar que tais agências podem, através de suas ações, ser determinantes para a sustentabilidade do meio.

Neste sentido, RUSCHMANN (1997), considerando os operadores turísticos, sugere que elaborem roteiros ecologicamente ajustados às práticas de proteção ambiental e assumam uma postura de exemplo, a qual irá difundir os preceitos da educação ambiental. Na prática, a autora exemplifica: utilizando papel reciclado em seus folhetos e usando transporte não poluente nos destinos.

Na percepção de NOGUEIRA (2011), as operadoras e as agências de ecoturismo são os principais agentes envolvidos nas atividades do ecoturismo em áreas protegidas no Brasil, seja propondo ações de “*marketing responsável*”, seja sugerindo práticas sustentáveis aos visitantes e às comunidades que habitam as áreas de interesse dessa atividade e, assim sendo, tornam-se fundamentais, não apenas para o desenvolvimento desta atividade, mas também para a conservação de ambientes naturais.

Os estudos da autora acima mencionada apontaram que a maioria das agências de turismo no Brasil está despreparada para atuar com o ecoturismo, pois se limitam apenas às questões operacionais. Para estas agências, este é seu papel. Não priorizam o conhecimento do funcionamento da unidade de conservação do seu programa de visitação e suas normas para oferecer ao público atividades compatíveis com cada uma dessas unidades.

#### **4.4.3 Meios de hospedagem e sustentabilidade**

Dentre os inúmeros serviços que compõem e propiciam a prática da atividade turística, os meios de hospedagem podem ser considerados como um dos principais, uma vez que esta atividade requer a permanência do visitante no local visitado (TRIGO, 1999; BENI, 2001; IGNARRA, 2003; BRASIL, 2008), o que remete à necessidade de alojamento. Além disso, os meios de hospedagem constituem o maior setor dentro da economia turística (DIAS e PIMENTA, 2005).

Conforme a Lei que dispõe sobre a política nacional de turismo, Lei 11.771 de 2008 (SENADO FEDERAL, 2015, p.30),

“Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente da sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviço de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.”

De acordo com MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL, 2015), tais empreendimentos são assim classificados:

“HOTEL: estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária;

RESORT: hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento;

HOTEL FAZENDA: localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo;

CAMA E CAFÉ: hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento reside;

HOTEL HISTÓRICO: instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida;

POUSADA: empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs; e

FLAT/APART-HOTEL: constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.”

Tendo em vista o relevante papel dos meios de hospedagem, a complexidade desses empreendimentos e os diversificados serviços oferecidos, é certo afirmar que sua correlação com o ambiente é intensa e sua responsabilidade, por conseguinte, é grande. Portanto, deve ser parte da responsabilidade, das obrigações e das metas dos meios de hospedagem, a ética ambiental (GONÇALVES, 2004).

Sendo assim, não é difícil se deparar com estudos, projetos, normas e gestões que visem minimizar os impactos negativos e/ou corroborar um ambiente sustentável por meio das atividades vinculadas à rede hoteleira, os quais apontam os benefícios de atitudes responsáveis tanto para o meio natural, quanto para a comunidade local e para o próprio empreendimento.

Tal comportamento, segundo GONÇALVES (2004), deve-se às pressões dos consumidores, dos órgãos de regulamentação e das organizações não governamentais.

MALTA e MARIANI (2013, p.114), sobre os benefícios às próprias empresas hoteleiras ao aderirem ao conceito de sustentabilidade e assumirem ações socioambientais, afirmam que isto pode “diminuir custos, criar diferencial, focalizar público e, principalmente, se autopromover, transformando em renda o patrimônio ambiental e natural”.

Esta ideia é corroborada por BUENO e MATURANA (2015), que afirmam que a gestão ambiental demonstrada por meio de práticas sustentáveis nos empreendimentos hoteleiros, pode representar o diferencial e contribuir para a satisfação e motivação dos hóspedes.

No entanto, ressalte-se que o meio natural e sua sustentabilidade deve estar previsto desde o momento de decisão da implantação do meio de hospedagem, já que as escolhas feitas neste momento irão interferir na gestão futura. Isto ocorre em relação à arquitetura, ao local apropriado para o acondicionamento de resíduos sólidos, ao encanamento que possibilite a reutilização das águas dos chuveiros, entre outros vários aspectos (BELLI *et al.*, 1996).

Após a implantação, as práticas sustentáveis devem permanecer e envolver tanto os hóspedes, cientes que deverão contribuir e colaborar com os preceitos da empresa, quanto os funcionários (colaboradores em geral), preparados, conscientes e incentivados a agirem (todos) com vistas à sustentabilidade. Sendo assim, é possível vislumbrar a continuidade de uma postura ambientalmente ética para além da empresa e a longo prazo (BUENO e MATURANA, 2015).

Na prática, “os hotéis que adotam a postura sustentável procuram atitudes menos danosas ao ambiente por meio da reavaliação de suas ações e da conscientização de seus colaboradores” (MALTA e MARIANI, 2013, p.118), por meio da correta utilização dos recursos como a água e a energia, dos resíduos sólidos e dos efluentes líquidos. Porém, este comportamento demanda monitoramento constante dos impactos e medidas preventivas e/ou corretivas, se necessário (MALTA e MARIANI, 2013). DE CONTO (2005) complementa que o comprometimento dos hotéis se dá ainda por meio do cumprimento da legislação ambiental, da prática da educação ambiental, da parceria com fornecedores com responsabilidade ambiental e acessibilidade de suas políticas e de suas práticas ambientais a qualquer interessado.

Com vistas ao incentivo, auxílio e/ou facilitação de implantação de práticas sustentáveis nos meios de hospedagem, diversos órgãos elaboraram selos, campanhas, entre outros instrumentos que, através do estabelecimento de requisitos classificam as empresas como responsáveis ou não.

Pode-se, neste sentido, citar: a norma ISO 14001 (Norma com diretrizes básicas para o desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental), a norma da NBR 15.401 (Norma Oficial Brasileira que prescreve quais requisitos os meios de hospedagem devem atender para serem considerados como praticantes de gestão sustentável) e a revista Guia Quatro Rodas Brasil (aderiu a critérios sustentáveis para selecionar hotéis sustentáveis), entre outros.

Além dos órgãos já referidos, vale mencionar que o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem, do Ministério do Turismo, considera a sustentabilidade como um dos requisitos a ser atendido pelos empreendimentos que queiram aderir a esta classificação. Neste requisito são considerados os aspectos relacionados com meio ambiente, sociedade e satisfação do hóspede.

Em Bonito há o projeto “Bonito Sustentável”, que objetiva promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade das empresas do setor de turismo de Bonito e região. Este projeto surgiu em 2014, liderado pelo SEBRAE MS até 2015. Embora o público alvo sejam as micros e pequenas empresas do setor de turismo, atualmente as onze empresas participantes são do setor de hospedagem (hotéis e pousadas), as quais assumiram o projeto desde 2016.

#### **4.4.4 Atrativos turísticos e sustentabilidade**

Acredita-se que para compreender a definição de atrativos turísticos é necessário buscar teorias que se complementem e os diferenciem de expressões semelhantes que, por sua vez, não significam ser sinônimos, mas, enquanto componentes da atividade turística, se relacionam. Os termos aqui considerados são: atrativos turísticos, recursos turísticos e pontos turísticos, os quais são de uso bastante comum pelos profissionais da área.

Em relação aos atrativos turísticos, estes dizem respeito a lugares, objetos, acontecimentos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações de interesse turístico capazes de motivar o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los (LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008).

Para IGNARRA (2003), o conceito de atrativos turísticos se torna complexo à medida que o que é atrativo para uns pode não ser para outros, o que é atrativo para o turista pode não ser para a população local e vice-versa.

Importante destacar que estes elementos acima mencionados só poderão ser considerados atrativos turísticos se estiverem formatados como negócios por meio de intervenções no que se refere à infraestrutura, gestão, segurança, promoção e comercialização, ou seja, quando se transformam em produtos comercializáveis e passam a receber fluxos de visitantes. Caso contrário, serão denominados recursos turísticos ou também chamados de atrativos potenciais (SEBRAE SP, s/d).

Os recursos turísticos, são, então, as manifestações da natureza ou da cultura que tenham capacidade de atrair turistas e possam servir de “matéria-prima” para a formação de atrativos turísticos (SEBRAE SP, s/d). Na concepção de BARRETTO (1991, p.53), “os recursos turísticos são aquela *matéria prima* com a qual podemos planejar atividades turísticas”.

Quanto aos pontos turísticos, estes são “[...] locais de visitação turística com relevância cultural e/ou natural, mas que não apresentam condições para se constituírem em negócios, oferecendo somente possibilidade de contemplação” (SEBRAE SP, s/d, p.17). Embora sejam importantes complementos aos passeios e roteiros turísticos contribuindo com o fluxo, os pontos turísticos não são comercializados (exemplos: estátuas, praças, fachadas de casarões, monumentos, marcos históricos, obeliscos, mirantes e paisagens).

Retornando ao assunto acerca dos atrativos turísticos, estes apresentam inúmeras características, as quais permitem classificações diversas por diversos autores como EMBRATUR (1984), SWARBROOKE (1995), MELGAR (2001), MTur (2007) e LOHMANN e PANOSSO NETTO (2008) (Quadro 11).

Dada a capacidade dos atrativos turísticos de influenciar a decisão dos turistas quanto à escolha de um destino e levando-se em conta ainda a sua característica de negócio, os mesmos se tornam muito importantes para a economia, para a atividade turística e para a sustentabilidade ambiental.

**Quadro 11.** Classificações de atrativos turísticos conforme alguns autores

AUTORES					
	EMBRATUR*	Swarbrooke**	Melgar	Mtur	Lhomann e Panosso Netto
C L A S S I F I C A Ç Õ E S	Naturais ou histórico-culturais	Naturais	Sítios naturais	Naturais	Naturais ou construídas
	Manifestações e usos tradicionais e populares	Criados pelo homem sem intenção de atrair visitantes	Históricos	Culturais	Permanentes ou temporárias
	Realizações técnicas e científicas contemporâneas	Criados pelo homem com intenção de atrair visitantes	Culturais	Atividades econômicas	Públicas, privadas ou voluntárias
	Acontecimentos programados	Eventos especiais	Congressos e eventos	Eventos programados	Gratuitas ou pagas
			Educacionais	Realizações técnicas, científicas e artísticas	Autêntica ou artificial
			Recreacionais		Isoladas ou em clusters
			Saúde		Urbana ou rural
			Negócios		De baixa ou alta capacidade

\*apud LHOMANN e PANOSSO NETTO (2008); \*\*apud OMT (2001).

Quanto ao ambiente natural, assim como os demais componentes do turismo, os atrativos podem impactá-lo positiva ou negativamente. É necessário explorar os recursos de forma adequada por meio de uma gestão que entenda

a necessidade deste ambiente preservado, para sua sobrevivência (principalmente os atrativos naturais).

Além disso, poderão ainda estes atrativos ser motivo para a proteção e conservação do meio, pois, à medida que aumenta a demanda de turistas é possível que o poder público local e os empresários do setor invistam em medidas de conservação para manter a qualidade e a conseqüente atratividade do destino e dos atrativos (BRASIL, 2007).

## 5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, N. P. **O processo de turistificação de Bonito**. Campo Grande: UFMS, 2013. 193p.

BRAZTOA. Associação Brasileira das Operadoras de Turismo. **Prêmio Braztoa de sustentabilidade**. 2016. Disponível em: <<http://braztoa.com.br/4386-2/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v.1, n.1, p. 63-76, 2000.

BACHA, M. L.; SANTOS, J.; SCHAUN, A. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 7, 2010, Resende. **Anais eletrônicos...** Resende: AEDB, 2010. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos2010.php?pag=94>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BARRETTO, M. N. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991. 108p.

BELLI, A.; HEINECK, L. F. M; CASAROTTO FILHO, N. C. Análise e avaliação de hotéis. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.7, n. 2, p.5-92, 1996.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001. 517p.

BONITO. Observatório do Turismo e Eventos de Bonito - MS. **Inventário turístico de Bonito e região**. 2015/2016. 18p.

BONITO. Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio/Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. 2016. **Membros do Conselho**. Disponível em: <<http://www.turismo.bonito.ms.gov.br/comtur/membros-do-conselho>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BONITO. Prefeitura de Bonito. **Dados do município**. 2016. Disponível em: <<http://www.bonito.ms.gov.br/bonito/dados-do-municipio>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BONITO. **Observatório de Turismo e Eventos de Bonito**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/22Wymf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. São Paulo: Chronos; Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001. p.151-165.

BOGGIANI, P. C.; TREVELIN, A.C.; SALLUN FILHO, W.; OLIVEIRA, E.C.; ALMEIDA, L. H. S. Turismo e conservação de tufas ativas da Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul. **Tourism and Karst Areas**, Campinas, v.4, n. 1, p.55-63, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Encarte 2. Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade – ICMBio. Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN, 2013. 85p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Vivências Brasil: Aprendendo com o Turismo Nacional**. Bonito. Relatório Final. 2006. Brasil: Ministério do Turismo, 2014. 39p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 126p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: o Turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016**. Brasília, 2013. 115p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Desenvolvimento sustentável depende do turismo, diz ONU**. Publicado: Segunda, 28 de setembro de 2015, 18h30. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5538-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-depender-do-turismo,-diz-onu.html>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Institucional**. Publicado: Terça, 26 de Maio de 2015, 14h18. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional.html>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagem (SBclass)**. Publicado: Sexta, 29 de Maio de 2015, 16h37. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/5021-sistema-brasileiro-de-classificacao-de-meios-de-hospedagem-sbclass.html>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Nacional); Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Índice de competitividade do turismo nacional: Bonito**. 2015. 41p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo**. Publicado: Quarta, 13 de janeiro de 2016, 19h31. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional/2015-04-06-14-27-38.html>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do turismo. Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo. Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo. Coordenação-Geral de Turismo Responsável. **Turismo e sustentabilidade: orientações para prestadores de serviços turísticos**. Brasília, 2016. 32p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Publicado: Quarta, 27 de maio de 2015, 08h59. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 578p.

BRASIL, E. R.; MAGALHÃES, Y. T.; CARVALHO, H. D. Estrada Real: do abstrato ao concreto - perspectivas locais. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.113-133.

BRASIL. **Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Brasília, 2 dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 ago. 1981.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Brasília, 17 set. 2008.

BRUSADIN, L. B. **Estudo do programa nacional de municipalização do turismo no Estado de São Paulo: Estudo de caso do município de Altinópolis - S. P.** 2005. 148f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.

BUENO, F. P.; MATURANA, M. S. Sustentabilidade no turismo: um estudo sobre a rede hoteleira de Bonito - MS. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 9, 2015, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: UNIVALI, 2015. Disponível em: <<http://www.anaisforumturismoiguassu.com.br/p/anais.html>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

CAMARGO, E. I.; JOIA, P. R. O gerenciamento do turismo em Bonito, MS. In: Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio Econômicos do Pantanal, 4, 2004, Corumbá. **Anais eletrônicos...** Corumbá: EMBRAPA, UFMS, UCDB, SEBRAE/MS, 2004. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/02pag.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CAMARGO, L. J. J.; CAMARGO, C. M. J.; RONDON, E. V.; QUEIROZ, H. P. B.; SANTOS, S. R.; FÁVERO, S.; MERCANTE, M. A. Análise da sustentabilidade do turismo ecológico no município de Bonito, Mato Grosso do Sul na promoção do desenvolvimento regional. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p.65-75, 2011.

CAMPOS, M. P.; FELICIANO, G. A. P.; MARIANI, M. A. P. Interfaces do desenvolvimento local na atividade do turismo no Pantanal de Aquidauana-MS. In: Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 11, 2010, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2010. p.1001-1020.

CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998. 432p.

COIMBRA, J. A. A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: CETESB, 1985. 204p.

COIMBRA, J. A. A. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas: Millennium, 2002. 527p.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; LEITÃO, C. S.; VASCONCELOS, F. P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.29-47.

CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARND, J. R. L. Racionalidades e mitos no contexto do turismo, sustentabilidade e meio ambiente. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARND, J. R. L. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.7-14.

COSTA, P. G. G. **Bonito, cidade das águas: na trilha das construções identitárias de Mato Grosso do Sul (1948 - 2010)**. 2010. 204f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CRUZ, R. C. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. 176p.

DE CONTO, S. M. Gerenciamento de resíduos sólidos em meios de hospedagem. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p.817-826.

DIAS, B. Prefácio. In: Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. **Turismo favorecendo a Biodiversidade - Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo**. Montreal, 2015. p.5.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003. 226p.

DIAS, R.; PIMENTA, M. A. **Gestão de Hotelaria e Turismo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 296p.

DIETRICH, L. C. D.; OLIVEIRA, A. K. M.; GARCIA, D. S. The relationship between environmental education and tourist activity in accordance with the brazilian laws. **Athens Journal of Tourism**, Athens, v. 3, p.139-154, 2016.

DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 51, n. 2, p.15-26, 2004.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2010. p.99-129.

ENRIQUEZ, M. A. R. S. **Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. São Paulo: Signus Editora, 2008. 396p.

FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: UNB, 2001. 95p.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120p.

FIORILLO, C. A. P.; RODRIGUES, M. A. **Direito ambiental e patrimônio genético**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 285p.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 7ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. 535p.

FONSECA, G.; PRADO, D. M. Discussão sobre o conceito de meio ambiente natural, antrópico e de mosaico e sua apropriação didática no ensino de ecologia e educação ambiental no Baixo Vale do Ribeira/SP. **Revista Didática Sistêmica**, Rio Grande, v. 8, s/n, p.101-112, 2008.

FRATA, A. M.; MICHELS, I. L.; MARIANI, M. A. P.; CAMPELO, E. H. R.; ARAÚJO, G. C. O ciclo de vida do destino turístico de Bonito, Mato Grosso do Sul. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2007.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações.** Caxias do Sul: Educs, 2014. p.39-64.

FREITAS, V. P. **Direito administrativo e meio ambiente.** 3ed. Curitiba: Juruá, 2001. 209p.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

GELINSK, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1 e 2, p.227-240, 2008.

GONÇALVES, L. C. **Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem.** São Paulo: Aleph, 2004. 160p.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** 2ed. Brasília: UnB, 2010. 340p.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas: coletânea.** Brasília: ENAP, 2006. 2v. p. 61-89.

HOWLETT, M.; RAMESH, M; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 305p.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003. 2005p.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Encarte 2. Brasil: Ministério do Meio Ambiente, 2013. 85p.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano**. Brasília: Ipea, 2010. 640p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=50&search=mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

JARDIM. Prefeitura Municipal de Jardim. FLORES, J. J. B. **Jardim aparece em reportagem no caderno de turismo da Folha de São Paulo**, Jardim, 10 ago. 2016. Disponível em: <[http://jardim.ms.gov.br/noticiasView/2813\\_Jardim-aparece-em-reportagem-no-caderno-de-turismo-da-Folha-de-Sao-Paulo..html](http://jardim.ms.gov.br/noticiasView/2813_Jardim-aparece-em-reportagem-no-caderno-de-turismo-da-Folha-de-Sao-Paulo..html)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

KANNI, F. Desenvolvimento turístico e gestão da sustentabilidade - perspectivas de novos processos de certificação In: TELES, R. M. S. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p.205-216.

KOTLER, F. **Administração de marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle**. 5ed. São Paulo: Atlas, 1998. 725p.

LE BOURLEGAT, C. A. Cultura organizativa do APL de ecoturismo em Bonito, Serra da Bodoquena. In: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P.; LASTRES, H. M. M. **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: e-papers, 2008. p.309-342.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969. 367p.

LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. A natureza das políticas públicas: ecoturismo e conservação ambiental em Bonito-MS. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.1-15, 2009.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008. 486p.

LOMBA, R. M. **O Comércio na atividade turística em Bonito, MS**. Dourados: UFGD, 2011. 98p.

LUNAS, J. R. S. **Ecoturismo Sociedade Anônima: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena – MS**. 2006. 316f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 14ed. São Paulo: Malheiros, 2006. 1094p.

MALTA, M. C. M.; MARIANI, M. A. P. Estudo de caso da sustentabilidade aplicada na gestão dos hotéis de Campo Grande, MS. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 15, n. 1, p.112-129, 2013.

MARIANI, M. A. P. **Turismo e meio ambiente no paraíso das águas**. Campo Grande: UCDB, 2003. 63p.

MELGAR, E. **Fundamentos de Planejamento e Marketing em Turismo**. São Paulo: Contexto, 2001. 120p.

MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, Curitiba, v. 7, n. 2, p.49-59, 2009.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. G. **Turismo: impactos socioambientais**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p.19-25.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n. 16, p.22-41, 2004.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário**. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 783p.

MOLETTA, V. B. F.; GARCIA, R. K. O. **Qualidade nos Serviços Turísticos**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000. 64p.

MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 4ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1988. 222p.

NOGUEIRA, S. M. B. Planejamento do ecoturismo em unidades de conservação no Brasil. In: TELES, R. M. S. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p.87-131.

NOGUEIRA, S. M. B. Ações sustentáveis para o desenvolvimento do ecoturismo em unidades de conservação. In: TELES, R. M. S. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p.61-86.

OLIVEIRA, A. K. M.; FERNANDES, V.; GARNÉS, S. J. A.; SANTOS, C. R. B. Avaliação da perda da vegetação arbórea nativa na Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, por meio de sensoriamento remoto. **RA´e GA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 17, p.43-52, 2009.

OLIVEIRA, A. K. M.; SCHAEGLER, G. E.; FAVERO, S.; VARGAS JUNIOR, F. M. Gestão ambiental: uma questão de sustentabilidade. In: BAUER, F. C.; VARGAS JUNIOR, F. M. **Produção e gestão agroindustrial**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2008. p. 263-285.

OLIVEIRA, M. T. C. **Bonito para quem? Um estudo sobre um destino turístico no Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas, Bonito, MS, Brasil.** 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, C. S. A “insustentabilidade” do conceito de desenvolvimento sustentável. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. (Orgs.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.73-92.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos ambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré-Bahia.** 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001. 370p.

PETROCCHI, M.; BONA, A. **Agências de turismo: planejamento e gestão.** São Paulo. Futura, 2003. 216p.

PIMENTA, M. A. **Gestão de pessoas em turismo: sustentabilidade, qualidade e comunicação.** Campinas: Editora Alínea, 2004. 218p.

PIMENTA, M. A.; CEZAR, L. A. A sustentabilidade econômica e a preservação ambiental: as (im)possibilidades dos parques nacionais brasileiros. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. (Orgs.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.183-207.

PIMENTEL, M. P. C. A dimensão institucional das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações.** Caxias do Sul: Educs, 2014. p.15-38.

PINTO, A. C. B. **Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos**. Campinas: Papirus, 1998. 192p.

PROVINCIALI, V. L. N.; SARAIVA, L. A. S. O uso da zona costeira de Aracaju é sustentável? Olhares de empresários e frequentadores do setor de alimentos e bebidas. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. (Orgs.). **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.249-269.

REBELLO FILHO, W.; BERNARDO, C. **Guia prático de direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen, 1998. 273p.

RIZZO, M. R. **Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: um estudo do município de Bonito – MS**. 2010. 519f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RODRIGUES, A. B. (Org). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e Limites**. São Paulo: Contexto, 2003. 136p.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. 94p.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2012. 134p.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3ed. Campinas: Papirus, 1997. 199p.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P.; BESSA, E. Ecoturismo - Valorizar a natureza para gerar negócios sustentáveis e renda. In: SABINO, J. **Ecoturismo: nas trilhas da biodiversidade brasileira**. Campo Grande: Natureza em Foco, 2012. p.13-21.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95p.

SAMPAIO, J.; ARAÚJO JR., J. L. Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, Recife, v.6, n. 3, p.335-346, 2006.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E (Orgs.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. 2v. p.21-42.

SEBRAE-SP. **Cadernos de Atrativos Turísticos. Caderno 1: Entendendo o Atrativo Turístico**. s/d. 28p.

SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. **Qualidade em prestação de serviços**. 2ed. (HARGREAVES, L.; ZUANETTI, R.; LEE,, R.; Orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2001. 112p.

SCBD. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. **Turismo favorecendo a Biodiversidade - Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo**. Montreal, 2015. 56p.

SENADO FEDERAL. **Turismo**. 3ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 102p.

SILVA, C. C. D. S. Sustentabilidade Corporativa. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 6, 2009, Resende. **Anais eletrônicos...** Resende: AEDB, 2009. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos2009.php?pag=74>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional**. 5ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 349p.

SILVA, M. H. S. **Análise da Paisagem do Pantanal da Nhecolândia: estudo de caso das lagoas salitradas sob a perspectiva do Modelo GTP (Geossistema, Território e Paisagem)**. 2012. 279f. Tese (Doutorado em

Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA JÚNIOR, J. H. O século XXI e o Turismo. **PRETEXTO**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p.77-82, 2002.

SILVA, P. V; PADILHA, M. R. Turismo em Bonito/MS: a opinião dos moradores sobre as mudanças ocorridas na cidade. In: Congresso Latino Americano de Investigação Turística, 5, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <[gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/Silva\\_Padilha.pdf](http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/Silva_Padilha.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

SILVA, P. V. **A importância da água para a percepção turística na bacia do rio Formoso em Bonito - MS**. 2015. 258f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

SILVA, P. J; GODOY, W. P. K.; CARUSO, L. G. Avaliação técnico-econômica dos mármores da região de Bonito-Mato Grosso do Sul. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 34, 1986, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 1986. p.2397-2401.

SILVA, T. C. **O meio ambiente na Constituição Federal de 1988**. 2009. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4873/O-meio-ambiente-na-Constituicao-Federal-de-1988>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J.; PAIXÃO, D. L. D. Política pública de turismo no Brasil: evolução estrutural, alterações da lógica partidária e tendências recentes de apoio ao turismo massificado. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 65-90.

SOLHA, K. T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D. M.; SOLHA, K. T. (Org.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006. p. 89-100.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p.20-45, 2006.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p.65-86.

TRENTIN, F.; SANZOLO, D. G. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito - MS. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 8, n.1, p. 61-74, 2006.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. Política nacional de turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. In: International Conference on Tourism & Management Studies, 1, 2011, Algarve. **Anais...** Algarve: University of the Algarve, 2011. p.839-848.

TRIGO, L. G. G. **Turismo básico**. 3ed. São Paulo: SENAC, 1999. 100p.

UNWTO. World Tourism Organization. **Sustainable Tourism for development Guidebook**. First edition. Madrid: WTO, 2013. 228p.

UNWTO. World Tourism Organization. 2015. **United Nations declares 2017 as the international year of sustainable tourism for development**. Press Release. Disponível em: <<http://media.unwto.org/press-release/2015-12-07/united-nations-declares-2017-international-year-sustainable-tourism-develop>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

VARGAS, I. A. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. Campo Grande: Chronos, 2001. p.127-149.

VIEIRA, J. F. L. **Voucher único: um modelo de gestão da atividade turística em Bonito – MS**. 2003. 138f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

WALIGORA, I. Turismo de natureza: os desafios do crescimento. In: SABINO, J. **Ecoturismo: nas trilhas da biodiversidade brasileira**. Campo Grande: Natureza em Foco, 2012. p.79-86.

## **6. Artigos**

### **Artigo I**

#### **A sustentabilidade do ambiente natural da Serra da Bodoquena no contexto das políticas públicas de turismo de Mato Grosso Sul**

**Luciana Correia Diettrich**

#### **Resumo**

A Serra da Bodoquena, localizada no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, possui características naturais *sui generis*, as quais se destacam como importantes elementos de atratividade turística, principalmente para o município de Bonito. Considerando que o turismo deve preocupar-se com a sustentabilidade do ambiente natural e que as políticas públicas de turismo são instrumentos de ordenação desta atividade com vistas ao seu desenvolvimento e manutenção, este estudo objetivou avaliar a sustentabilidade ambiental no município de Bonito, no âmbito das políticas públicas de turismo e seu potencial de efetividade para este município. O levantamento das políticas mencionadas foi realizado por meio de trabalhos publicados e de ferramentas de pesquisa da internet, bem como diretamente na Secretaria e na Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, no Conselho Municipal de Turismo de Bonito e na Secretaria de Turismo de Bonito. Foi ainda aplicado um questionário em cada um dos mencionados órgãos públicos com a finalidade de identificar as políticas mais relevantes e o conhecimento que estes têm sobre as mesmas. Pôde-se constatar que, embora existam políticas públicas de turismo de Mato Grosso do Sul e de Bonito que presumam a conservação do meio natural, não há consenso entre tais políticas e os gestores públicos de turismo, assim como a sustentabilidade nelas prevista não objetiva verdadeiramente a proteção do ambiente natural. Ademais, os gestores não possuem conhecimento suficiente para garantir a aplicabilidade das políticas existentes.

**Palavras-chave:** Meio ambiente, Atividade turística, Bonito, Conservação.

#### **Abstract**

**The sustainability of the natural environment of the Serra da Bodoquena in the context of the public policies of tourism of Mato Grosso do Sul**

The Serra of Bodoquena, located in the southwestern state of Mato Grosso do Sul, has *sui generis* characteristics that stand out as important elements of tourist attractions mainly from the city of Bonito. The tourism should be concerned with the sustainability of the natural environment and that public policies are instruments of order this activity with a view to their development and maintenance. Thus, the objective of this study was to evaluate the environmental sustainability in the city of Bonito in the context of public policy on tourism and its potential for the effectiveness of this municipality. The lifting of the policies mentioned was carried out by means of published works and research tools on the internet, as well as directly with the Secretariat and the foundation of tourism in the state of Mato Grosso do Sul, in the Municipal Council of Bonito and the Secretariat of Tourism of Bonito. It was also applied a questionnaire to each of the listed public bodies with the purpose of identifying the most relevant and the knowledge that they have on them. It was found that, although there are public policies of tourism de Mato Grosso do Sul and Bonito, which assume the conservation of the natural environment, there is no consensus between these policies and the public managers of tourism, as well as sustainability in them will not want to truly protect the natural environment. In addition, managers do not have sufficient knowledge about the existing policies, to ensure their applicability.

**Keywords:** Environment, Tourism, Bonito, Conservation.

## **Introdução**

Turismo e meio ambiente correlacionam-se por meio de interferências, impactos e dependência entre ambos pela qual, inevitavelmente, este meio se transforma. Os elementos da natureza, através da atividade turística, são, ora motivo de atração, de lazer e de entretenimento, ora recursos dos quais o turismo necessita para sua existência.

Essa relação é bastante complexa e pode causar vários efeitos ambientais adversos e/ou benéficos pois, se por um lado o turismo é capaz de prejudicar o ambiente, por outro, ele tem a capacidade de contribuir para com sua conservação (OLIVEIRA, 2008).

Para MORETTI (2000), conciliar sustentabilidade ambiental e atividade turística torna-se difícil, pois o turismo está associado ao consumo, à produção

de espaço e de mercadorias, destruindo o ambiente natural para construir um ambiente propício à atividade turística.

Já MENDONÇA (2001), em relação à atividade turística e seus efeitos ambientais, destaca duas vertentes: se por um lado o turismo possibilita impactos negativos nas localidades receptoras sob as mais diversas circunstâncias, por outro, ele é capaz de proporcionar o contato direto do homem com a natureza. Como consequência, uma relação intensa e direta, a troca de aprendizado, o respeito e um maior conhecimento, o que gera melhor qualidade de percepção das características ambientais locais, levando tudo isso ao afeto, ao respeito e à solidariedade para com as populações locais e futuras.

Quanto a expressões como “turismo sustentável” e “desenvolvimento sustentável” (as quais abarcam desenvolvimento, crescimento, preservação e conservação e, portanto, complexos), as mesmas têm sido cada vez mais utilizadas para tratar deste liame, mas o paradigma sobre seus conceitos carece de amadurecimento, pois tem sido tratado de forma bastante superficial pelos pesquisadores de turismo (HUNTER, 1997; MEBRATU, 1998; BUTLER, 1999). Porém, para o setor, não há dúvidas em relação aos benefícios que o turismo deve e/ou pode proporcionar ao ambiente.

Por meio da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), o setor se apresenta atento à sustentabilidade ambiental, assegurando que as principais preocupações da atividade turística estão centradas nos impactos que o meio ambiente sofre, decorrentes das atividades econômicas e, em especial, na degradação dos recursos e no grau de irreversibilidade.

Para a *World Tourism Organization* (UNWTO), o turismo tem um significativo papel a ser desempenhado em relação ao desenvolvimento sustentável e, se bem gerido, pode beneficiar as comunidades locais e os ambientes naturais e culturais dos quais depende. Em reconhecimento ao potencial apresentado pelo turismo, as Nações Unidas declararam o ano de 2017 como o Ano Internacional de Turismo para o Desenvolvimento Sustentável (UNWTO, 2013; 2015; DIETRICH *et al.*, 2016).

Em 2015, a cúpula das Nações Unidas admitiu que o turismo tem a capacidade de monitorar os impactos ambientais e gerir os recursos naturais (BRASIL, 2015).

Pelo prisma da legislação brasileira, a atividade turística, por meio da Lei 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, deve alcançar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção da natureza, uma vez que estabelece que as viagens devem “[...] gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade” (SENADO FEDERAL, 2015).

Tal Lei corrobora o estabelecido pela Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 225, o qual determina que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos os seus cidadãos, assim como sua preservação é um dever do poder público e da coletividade que devem defendê-lo e preservá-lo, pois é fundamental à qualidade de vida.

Assim sendo, as políticas públicas tornam-se importantes mecanismos do poder público para garantir a sustentabilidade do ambiente por meio da atividade turística e suas políticas na medida em que compete a estas a promoção de normas, diretrizes, estímulos, controle, entre outros meios, que apoiem e/ou orientem as ações adotadas pela área, pois de tais políticas devem se originar ações necessárias para o desenvolvimento sustentável e para a proteção dos interesses da sociedade (SOLHA, 2006).

No campo conceitual, política pública diz respeito a um conjunto de regras e ações elaboradas e executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade (DIAS, 2003), enquanto política de turismo se refere aos fatores condicionantes e de diretrizes básicas que definem os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país. Logo, aos órgãos públicos de turismo são designadas as funções de: determinar prioridades, criar normas, administrar recursos e estímulos, dar as diretrizes e promover as facilidades do planejamento das empresas do setor (BENI, 2001).

Finalmente, é oportuno mencionar a relevância da formalização das políticas públicas, pois é ela que propicia a comunicação e o entendimento entre governo e cidadania, tornando-se a base de referência. Todavia, para que uma política pública ocorra, é preciso, sobretudo, que haja ações que materializem uma intenção oficial (HEIDEMANN e SALM, 2010).

No sudoeste de Mato Grosso do Sul, a Serra da Bodoquena é uma região de grande beleza que se destaca pelas suas características naturais singulares, das quais a atividade turística se prevalece, com os seus rios sendo considerados como os principais atrativos turísticos, devido a sua cristalinidade (LOBO e MORETTI, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2009). As águas cristalinas são decorrentes da grande quantidade de calcário que possuem e que promovem a deposição de partículas nos sedimentos (SILVA, 2015).

Tal beleza é resultado das peculiaridades geográficas da região, localizada em uma área de transição entre o bioma Cerrado e o Pantanal (uma planície de inundação) e assentada sobre rochas carbonáticas. Da associação desse tipo de rocha com o sistema hidrográfico, emergem rios subterrâneos, sumidouros, ressurgências e cascatas (SILVA, 2015).

Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho são os municípios que integram a Serra, onde também se localiza o Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Embora a atividade turística já ocorra, de alguma forma, em todos esses municípios, em Bonito o turismo já se encontra consolidado, destacando-se entre os demais.

Neste município, o turismo se vale de sua beleza e riqueza para ofertar atividades e roteiros diversificados. São grutas, rios de águas cristalinas, cachoeiras, fauna e flora diversificada, entre outros elementos naturais que viabilizam atividades de interação, tais como trilhas, mergulhos, flutuação, rapel, entre outros (ICMBio, 2013).

O desenvolvimento do turismo em Bonito se deu de forma repentina e rápida. Pode-se considerar que esta atividade surge na década de 1970 e se desenvolve expressivamente entre 1980 e 1990, devido às várias iniciativas com a finalidade de impulsionar, organizar e profissionalizar esta atividade (VARGAS, 2001; TRENTIN e SAN SOLO, 2006).

No âmbito de sua ordenação, desde então, os governos federal, estadual e municipal já manifestavam interesse pelo incremento do turismo, demonstrado por meio do envolvimento e do apoio aos projetos e estudos realizados. Além disso, organizaram-se vários grupos em forma de conselhos, comissões, associações, ONGs e cooperativas, representando os diversos setores econômicos públicos e/ou privados, com vistas à organização das estruturas, dos serviços e das atividades oferecidas aos visitantes. Leis foram

promulgadas, ações tomadas, políticas estabelecidas e investimentos realizados, entre outras medidas em busca de melhorias (BOGGIANI, 2001; OLIVEIRA, 2010; RIZZO, 2010; SILVA, 2015).

Todavia, é importante esclarecer que, não obstante tudo isso, muitas vezes o ambiente natural sofreu as consequências das iniciativas que visavam ao desenvolvimento do setor turístico, como por exemplo, as obras de pavimentação da rodovia MS-382, ligando a cidade de Guia Lopes da Laguna a Bonito, considerada como uma infraestrutura básica para a atividade turística, que contribuiu para a degradação do ambiente, devido aos desmatamentos ocorridos (CAMARGO e JOIA, 2004).

Acompanhando o desenvolvimento do turismo, a infraestrutura turística assim como o número de empregos gerados e o fluxo de turistas no município expandiram-se vertiginosamente (SILVA e PADILHA, 2012).

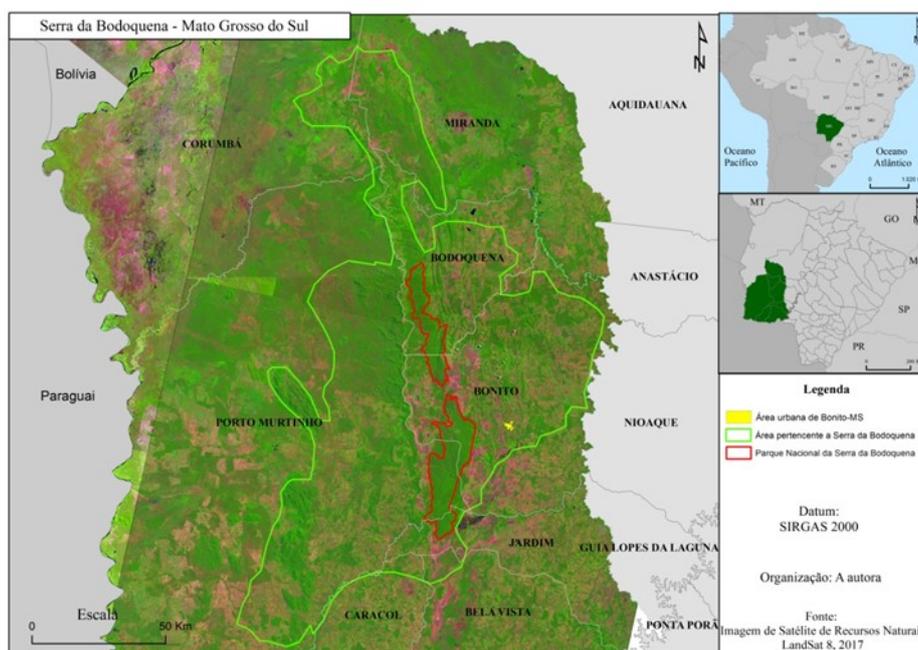
Ressalte-se, no entanto, que a inserção da atividade turística no município não substituiu as demais atividades econômicas já existentes, quais sejam, agropecuária e extrativismo do calcário, mas interferiu na distribuição demográfica de sua população, de rural para, predominantemente, urbana. Atualmente o turismo é considerado a segunda atividade econômica, após a pecuária (VARGAS, 2001; SILVA e PADILHA, 2012).

Desta maneira, levando-se em consideração a atividade turística e seu potencial de alteração, objetiva-se com este trabalho avaliar a sustentabilidade ambiental no município de Bonito, no âmbito das políticas públicas estaduais e municipais de turismo e seu potencial de efetividade para este município.

### **Procedimentos Metodológicos**

- **Área de estudo:**

O estudo foi desenvolvido no município de Bonito, localizado na Serra da Bodoquena, Mato Grosso de Sul, Brasil (Figura 1).



**Figura 1.** Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Brasil. Elaboração: Flávio C. Santos (2017).

- **Políticas públicas e órgãos selecionados:**

As políticas restringiram-se àquelas propostas pelos órgãos públicos dos governos estadual e municipal de turismo e o levantamento foi realizado junto à Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (SECTEI), Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), Secretaria de Turismo de Bonito (SECTUR) e Conselho Municipal de Turismo de Bonito (COMTUR).

- **Coleta de dados:**

Quanto à existência de políticas públicas de turismo de Mato Grosso do Sul, os dados foram coletados tanto junto às instituições determinadas para esta investigação, quanto via consulta à internet e suas ferramentas de pesquisa, buscando-se documentos, artigos e/ou demais trabalhos publicados que contivessem tais informações.

A partir destes elementos, elaborou-se um questionário com a finalidade de identificar as políticas que norteiam a atuação das instituições públicas de turismo de Mato Grosso do Sul e o conhecimento que estas entidades têm em

relação às políticas anteriormente identificadas. Este instrumento de coleta foi aplicado aos órgãos aqui delimitados.

Os documentos (projetos, leis, planos e outros) mencionados como importantes e aqueles reconhecidos pelos respondentes foram avaliados, buscando-se: (1) verificar a existência de políticas que vislumbrem a sustentabilidade ambiental natural, (2), aquelas efetivamente conhecidas e utilizadas e, (3) aquelas que são, de fato, passíveis de resultar na sustentabilidade ambiental do município de Bonito.

As informações foram, ora compiladas em quadros, ora evidenciadas e relacionadas à teoria acerca do assunto em questão.

## **Resultados e Discussão**

A organização e gestão das políticas de turismo do Estado atualmente é ordenada pela Secretaria de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (SECTEI) e pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR).

À SECTEI compete a função de estabelecer as políticas públicas de turismo em nível estadual, além de apoiar ações e os diversos segmentos que compõem a atividade em Mato Grosso do Sul com vistas ao seu crescimento e sua sustentabilidade. Já a FUNDTUR, que é vinculada à SECTEI, tem como missão a promoção do turismo do Estado como atividade econômica, ambiental e socialmente justa.

No município de Bonito, a gestão pública do turismo está vinculada à Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (SECTUR) e ao Conselho Municipal de Turismo de Bonito (COMTUR). Cabe à SECTUR coordenar e implementar ações para o desenvolvimento do turismo local por meio de tarefas básicas e, como missão, promover o desenvolvimento sustentável através da política municipal de turismo para o fortalecimento dos segmentos de turismo, indústria e comércio e a valorização da comunidade bonitense.

Quanto ao COMTUR, este tem por objetivo formular a política municipal de turismo, visando criar condições para o incremento e desenvolvimento da atividade turística no município, sendo este responsável pelo planejamento e organização do setor, caracterizando-se como um órgão de maior poder do município.

As principais políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito se configuram, em sua maioria, em proposições, ações desenvolvidas e/ou objetivos a serem alcançados.

Este formato converge para a definição de políticas públicas descritas por HEIDEMANN e SALM (2010, p.29), que as consideram como “[...] ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade”.

No contexto estadual, as seguintes políticas públicas de turismo foram mencionadas como as principais norteadoras das ações da FUNDTUR: (1) o Plano Estadual de Turismo, (2) a promoção e apoio à comercialização e (3) à implantação de infraestrutura receptiva no Estado.

Também foi mencionado o apoio a eventos municipais geradores de fluxo e as melhorias na malha aérea como outras importantes políticas públicas de turismo para esta fundação.

Já a SECTEI informou que as políticas de turismo mais relevantes são: (1) o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), (2) o apoio ao desenvolvimento de projetos turísticos organizados em cinco componentes: estratégia de produtos turísticos, de comercialização, fortalecimento institucional, infraestrutura, serviços básicos e gestão ambiental e, (3) as propostas, orientações, formulação e acompanhamento de programas e projetos, visando à implementação das políticas públicas de fomento e aperfeiçoamento do turismo e dos serviços.

Também foram assinaladas como importantes políticas públicas para essa secretaria, (1) o apoio às micro, pequenas e médias empresas turísticas estabelecidas no Estado, (2) a manutenção de articulação com instituições e agentes produtivos, visando à atração e ao desenvolvimento de iniciativas turísticas, (3) o acompanhamento das ações relativas à implantação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado e (4) proposições de medidas de apoio à exploração sustentável dos recursos naturais, culturais e históricos para o turismo.

Em relação ao município de Bonito e SECTUR, foram listadas como as mais importantes políticas públicas: (1) inovar na promoção e na divulgação do destino turístico, (2) conhecer o turista, o mercado, o território e (3) qualificar

profissionais. Além destas, para esta secretaria, outras políticas orientam suas ações, quais sejam: (1) a gestão da Gruta do Lago Azul e do Balneário Municipal, (2) conhecer a comunidade e valorizá-la, (3) fortalecer a cultura local e a produção associada e (4) apoiar a captação e realização de eventos no município.

O COMTUR informou como políticas mais relevantes para ele, (1) a promoção e divulgação do turismo do Mato Grosso do Sul nos mercados nacionais e internacionais, (2) a política de apoio à captação e promoção de eventos indutores de fluxo turístico em baixa temporada e (3) a política de incentivo fiscal para ampliação da aviação regional. A qualificação dos prestadores de serviços turísticos e o Observatório do Turismo foram também mencionados por este órgão como políticas que norteiam suas ações.

Os resultados indicam que na esfera estadual apenas uma de suas políticas de turismo consideradas relevantes para suas ações se apresenta formalmente formatada, o PRODETUR, já que o Plano Estadual de Turismo se encontra em fase de elaboração. Em nível municipal, todas as políticas destacadas como mais importantes, referem-se a intenções, ou ações realizadas, nenhuma delas encontra-se formalizada.

Contudo, importante esclarecer aqui que esta constatação não significa uma avaliação sobre a relevância de tais ações, tampouco de seus resultados.

SOLHA (2006) explica que nesta área, as preocupações em se estabelecer políticas adequadas só começam quando o setor adquire importância econômica ou começa a causar problemas. Antes disso, ocorrem ações espontâneas, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento, guiando-se apenas pelas leis do mercado.

Indispensável também é informar que, quanto ao PRODETUR, este se refere a uma política nacional, ou seja, uma política bastante abrangente que tem como objetivo

“[...] fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e

renda, em especial para a população local” (BRASIL, 2015).

Desta maneira, o Estado tenta seguir as diretrizes nacionais, embora ainda necessite de ações mais pontuais e integradas para que os objetivos sejam atingidos. Neste sentido, é possível apoiar-se no alerta do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (SCDB, 2015) que aponta para a necessidade de consolidação ou o desenvolvimento de políticas em um âmbito subnacional (p.e., em regiões e estados) e *in loco* em nível local.

Cada localidade contém suas especificidades no que diz respeito às suas características socioeconômicas, culturais, tecnológicas, legais, ecológicas, geográficas, entre outras. Por isto, não há modelos de gestão ou fórmulas que sejam universais, ou seja, a generalização de administração, atuação e implementação de políticas públicas é realmente inviável (SILVEIRA *et al.*, 2014).

Assim, compreende-se necessária a adaptação das políticas pelas diferentes regiões, tornando-se inócua apenas a aceitação dos planos maiores.

Sobre o papel da formalização das políticas públicas, se comparado à definição de política de turismo de GOELDNER *et al.* (2002), é possível inferir que é por meio dessa formalização que as intenções governamentais se tornam abrangentes na medida em que as deixam evidentes a todos os envolvidos e/ou interessados.

A formalização, na perspectiva de HEIDEMANN e SALM (2010), é o que permite a comunicação e o entendimento entre governo e cidadania, tornando-se a base de referência sobre as políticas públicas vigentes.

À luz da teoria, as políticas públicas se concretizam por meio de um processo (conforme o modelo adotado). Este, resumidamente, efetua-se da seguinte forma: são, primeiramente, politicamente decididas com a finalidade de resolver problemas sociais previamente estudados; e, em seguida, formuladas e implementadas. Ressalte-se que isto acontece quando as políticas são colocadas em ação, desdobrando-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas (SOUZA, 2006; HEIDEMANN e SALM, 2010).

A partir daí, verifica-se se as partes interessadas foram satisfeitas em suas demandas e, finalmente sujeitas a sistemas de acompanhamento, sendo avaliadas a fim de continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade (SOUZA, 2006; HEIDEMANN e SALM, 2010).

Considerando a importância de cada uma das etapas mencionadas, pode-se entender que estas se tornam mais fáceis de ocorrerem se as políticas estiverem documentadas, ou seja, a falta de formalização pode dificultar o cumprimento de todo o ciclo que envolve o processo das políticas públicas.

Porém, RODRIGUES (2010) acredita que o processo de formação das políticas dificilmente servirá como referência a um fato real. Uma das principais causas apontada por SAMPAIO e ARAUJO (2006) é o fato de que há uma desconexão entre o saber dos formuladores e o dos implementadores das políticas. Para estes autores (p. 344), “as políticas são formuladas por profissionais que têm conhecimentos teóricos e compreendem a problemática em tela, diferentemente dos atores que de fato as implementam”.

Quanto à análise das políticas públicas de turismo levantadas e considerando a vertente da sustentabilidade do ambiente natural, é plausível afirmar que esta não é uma das principais preocupações do governo estadual e municipal, na medida em que estas políticas estão muito mais direcionadas à promoção, divulgação, comercialização e infraestrutura dos destinos, inclusive de Bonito.

Esta realidade conflui para os estudos de FRATUCCI (2014) e de SILVEIRA *et al.* (2014), que indicam que o setor turístico tem, costumeiramente, priorizado a promoção, comercialização e desenvolvimento de produtos turísticos diversificados. Suas políticas públicas têm, em sua maioria, evidenciado o negócio e a atividade em si e desconsiderado todos os demais agentes sociais responsáveis pela atividade.

Os dados apontados não concorrem aos propósitos estabelecidos para cada um destes órgãos, principalmente se forem consideradas as características naturais da Serra da Bodoquena e do município de Bonito e a preocupação com a sustentabilidade da atividade turística, bem como não estão de acordo com as tipologias de turismo ofertadas por este município, as quais estão, em sua maioria, alicerçadas em seus atrativos naturais.

Ademais, estes resultados não correspondem também à preocupação que o Governo Federal demonstra em relação à biodiversidade por meio do turismo, expressada pela Lei 11.771 que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

BUTLER (1999), contudo, adverte que o setor público, como um dos componentes da indústria do turismo, deve estar disposto tanto a comprometer-se com os princípios de sustentabilidade quanto disposto a aplicar políticas e ações sustentáveis para que todos os esforços neste sentido surtam efeitos.

O levantamento sobre as políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul permitiu identificar a existência de diversas políticas, além das mencionadas pelos respondentes e quando perguntado se estas políticas são de conhecimento destes órgãos públicos, a maior parte respondeu que sim (Quadro 1).

Os resultados obtidos permitem outras constatações: (1) existem políticas públicas de turismo para o Estado que se encontram formalizadas por meio de planos, leis, programas e estratégias, as quais foram elaboradas e estabelecidas; (2) em sua maioria, são de conhecimento de todos os investigados; e, (3) mesmo assim, nenhuma delas não se encontra dentre aquelas consideradas como as mais importantes.

De forma concisa e prática, o que ocorre é que o Plano Estadual de Turismo, a única política local a ser formalizada e declarada importante, encontra-se em fase de elaboração, enquanto que as políticas já elaboradas/oficializadas/estabelecidas não são julgadas como as mais relevantes, figurando-se em esforços desperdiçados.

**Quadro 1.** Conhecimento de algumas políticas públicas de turismo pelos órgãos governamentais de Mato Grosso do Sul e Bonito

Políticas públicas	SECTEI		FUNDTUR		SECTUR		COMTUR	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2008 a 2020-Região Bonito-Serra da Bodoquena		X	X		X		X	
Estratégia de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2009 a 2020		X	X		X		X	
Lei 2.135 de 14 de agosto de 2000. Política para o desenvolvimento do Ecoturismo de MS		X	X			X		X
Lei 689/95. Torna obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais (Bonito)		X	X		X		X	
Lei nº 919/2002 - Dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local (Bonito)		X	X		X		X	
Plano de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Turismo: Rota Pantanal/Bonito	X		X		X		X	
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Região Bonito Serra da Bodoquena	X		X		X		X	
Plano de Marketing - Polo turístico de Mato Grosso do Sul - Polo Bonito -Turismo Serra da Bodoquena (2014)	X		X		X			X
Plano Municipal de Turismo de Bonito - Lei 1.302		X	X		X		X	
Programa de classificação dos municípios		X	X		X		X	
Resolução Normativa nº 01/95 - Regulamenta a instituição do voucher único		X	X		X		X	

Por meio dos dados apresentados no quadro 1, pode-se entender também que, se há uma integração entre o Estado de Mato Grosso do Sul, a região da Serra da Bodoquena e o município de Bonito, esta não ocorre por meio das políticas públicas de turismo já formalizadas, na medida em que a SECTEI nem ao menos conhece a maioria destas políticas (conhece apenas 27,3%). Já o COMTUR tem conhecimento de 81,8% das políticas e a SECTUR conhece 90,9%. Apenas a FUNDTUR revelou conhecer 100% das políticas aqui estudadas. Embora a maioria dos órgãos pesquisados possua conhecimento de boa parte das políticas, vale frisar que em nível estadual, as políticas de turismo são diretamente atreladas à SECTEI.

Sobre a integração das políticas acima mencionadas, o SCDB (2015) acredita que é necessário que esta ocorra verticalmente entre todos os níveis de governo.

Em relação à análise das políticas públicas existentes, identificadas e apresentadas (Quadro 1), as primeiras constatações se referem a seus proponentes, suas dimensões e à promoção da sustentabilidade do meio natural por essas políticas (Quadro 2).

Foi identificada a existência de 7 políticas públicas de turismo, que envolvem, de alguma forma e medida, a sustentabilidade ambiental (Quadro 2), as quais, consoante a delimitação e propósitos deste estudo, serão abordadas com mais atenção.

**Quadro 2.** Proponentes, abrangências e promoção da sustentabilidade do meio natural por algumas políticas públicas de turismo de Mato Grosso do Sul

<b>POLÍTICA</b>	<b>PROPONENTE</b>	<b>ABRANGÊNCIA</b>	<b>Medida que promove a sustentabilidade do meio natural</b>
Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2008 a 2020 - Região Bonito -Serra da Bodoquena	FUNDTUR	Serra da Bodoquena	Envolve ações focalizadas na promoção da conservação do ambiente.
Lei 2.135 de 14 de agosto de 2000. Política para o desenvolvimento do Ecoturismo de MS	Deputado Londres Machado	Estadual	Na medida em que está pautada no conceito de ecoturismo.

Lei 689/95. Torna obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais (Bonito)	Prefeitura municipal de Bonito	Bonito	Não promove.
Lei nº 919/2002 - Dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local (Bonito)	Prefeitura municipal de Bonito; Secretaria Municipal de Turismo.	Bonito	Institui o limite máximo de pessoas por visita (guia) nos atrativos.
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Serra da Bodoquena	SEPROTUR*	Serra da Bodoquena	Entre outros: -Reconhece as peculiaridades e a importância das características ambientais naturais para a atividade turística da região, bem como de sua fragilidade; -Dentre as estratégias necessárias para o turismo, encontra-se o respeito ao meio ambiente; -Sugere 18 ações para a gestão ambiental com vistas à qualidade ambiental; -Identifica como oportunidade a ordenação do crescimento, preservação do meio ambiente e os atrativos turísticos; -Apresenta diversas sugestões de ações para a melhoria do meio.
Plano de Marketing Turístico - Polo Bonito - Serra da Bodoquena	SEPROTUR; PRODETUR NACIONAL; FUNDTUR	Bonito / Serra da Bodoquena	-Dentre as ações é sugerida campanha envolvendo temas de prevenção e redução de impactos socioambientais do turismo; -Compreende a fragilidade ecológica da região e vislumbra a garantia de sua sustentabilidade.

Plano Municipal de Turismo de Bonito – Lei 1.302	Prefeitura Municipal de Bonito	Bonito	-Envolve a conservação do meio ambiente; -A sustentabilidade é prevista por meio da proteção, preservação e conservação do meio ambiente como um de seus princípios; e - O turismo é compreendido como um fator de conservação do meio ambiente.
Programa Classificação dos Municípios	FUNDTUR	Estadual	Um dos 4 critérios de avaliação para classificação é a sustentabilidade do município.
Resolução Normativa nº 01/95 - Regulamenta a instituição do Voucher Único	COMTUR	Bonito	Não promove.

\*Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - de onde se originou a SECTEI

O Governo de Mato Grosso do Sul, por meio da FUNDTUR, elaborou estratégias que visam ao desenvolvimento do turismo abrangendo o período de 2008 a 2020 para cada uma das 10 regiões turísticas do Estado e as entende como diretrizes das ações em prol do desenvolvimento do turismo.

Referente à região da Serra da Bodoquena, tal documento primeiramente apresenta as potencialidades e os diferenciais da região para os seguintes segmentos turísticos: (1) ecoturismo, (2) turismo cultural, (3) de estudos e intercâmbio, (4) de aventura, (5) de negócios e eventos e (6) turismo de pesca. Em seguida são expostas 8 macro-estratégias, 22 estratégias e diversas ações relacionadas à governança e gestão pública, estruturação dos segmentos turísticos e roteirização, infraestrutura turística e de apoio, qualificação da atividade turística e marketing.

Pelo prisma da sustentabilidade ambiental, pode-se afirmar que esta é pontualmente contemplada pela referida política por meio de diversas ações, com destaque àquelas relacionadas à infraestrutura (Quadro 3).

**Quadro 3.** Ações propostas pela política “Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2008 a 2020 - Região Bonito e Serra da Bodoquena” que abarcam a sustentabilidade

CATEGORIAS	AÇÕES
<b>Infraestrutura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientar a implantação de novos empreendimentos turísticos com sustentabilidade ambiental e sócio-econômica;</li> <li>• Melhorar a infraestrutura, estudo de capacidade de carga, elaboração do plano de manejo do Parque Municipal Cachoeira do Apa, Porto Murtinho;</li> <li>• Ampliar e estruturar o sistema de coleta de resíduos sólidos;</li> <li>• Buscar alternativas de equipamentos ambientalmente corretos;</li> <li>• Criar e/ou melhorar o aterro sanitário;</li> <li>• Sensibilizar e implementar coleta seletiva nas cidades.</li> </ul>
<b>Capacitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar Monitores Ambientais;</li> <li>• Formatar curso de Guia de Turismo e Monitores Ambientais para requalificação dos guias e monitores já credenciados e formação de novas turmas;</li> <li>• Promover treinamento municipal para sensibilização visando à separação do lixo;</li> <li>• Realizar a qualificação da população local através de programas que abordem a importância de atender bem aos turistas e preservando o meio ambiente.</li> </ul>
<b>Sensibilização Conscientização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientar, incentivar e apoiar para que os empresários busquem a licença ambiental definitiva;</li> <li>• Buscar parcerias para sensibilização das empresas quanto à importância da conscientização ambiental: reflorestamento, energias alternativas e tratamento de água e de resíduos;</li> <li>• Criar mecanismos que possibilitem a sensibilização ambiental dos turistas.</li> </ul>
<b>Gestão pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilizar os gestores públicos (legislativo e judiciário) das Unidades de Conservação quanto à inserção à atividade turística sustentável.</li> </ul>

Importante ressaltar que tal política é proposta por um órgão estadual (FUNDTUR) e direcionada para uma importante região turística do Estado mas

não é de conhecimento de outra instituição da mesma área e nível (SECTEI) que, supõe-se, terem interesses em comum.

Outra interessante constatação em relação ao conhecimento pela política acima descrita é a de que, embora a SECTUR tenha afirmado conhecer tal política, não soube informar se a mesma está sendo e/ou foi aplicada, ou seja, este conhecimento é bastante restrito.

Sobre a Lei 2.135 de 14 de agosto de 2000, a qual institui a Política para o Desenvolvimento do Ecoturismo do Estado de Mato Grosso do Sul, se forem considerados os propósitos (teóricos) deste segmento turístico, não há como discordar da contribuição desta lei para com a conservação do ambiente.

Todavia, se for considerado que este tipo de responsabilidade não deve estar restrito a esta tipologia de turismo, pouca seria a diferença que tal lei causaria. Conforme o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser aplicado a qualquer segmento do turismo e em qualquer escala, desde o turismo de massa e seus grandes *resorts* até aquele desenvolvido em pequena escala e em lugares ambientalmente frágeis, de ecossistemas únicos e natureza preservada.

Para BUTLER (1999), supor que o turismo centrado na natureza será automaticamente sustentável pode ser, além de ser incorreto, prejudicial. Em relação ao ecoturismo, por exemplo, se for pensado que esta tipologia ocorre em ambientes altamente sensíveis e vulneráveis, os impactos decorrentes desta atividade talvez sejam bastante graves e seus efeitos cumulativos.

Cabe ressaltar que a mencionada Lei (Lei 2.135) não está regulamentada.

Quanto à promoção da sustentabilidade ambiental por meio da Lei nº 919, de 13 de maio de 2002 (dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local e sobre a obrigatoriedade de seu acompanhamento nos passeios turísticos em Bonito), esta limita-se em estabelecer o número máximo de visitantes nos atrativos.

A este respeito, AZEVEDO (2014) acredita que estes profissionais, por manterem o contato direto com os visitantes quando da prática turística, podem assumir o papel de educadores ambientais, orientando os visitantes, tanto de forma prévia como durante as visitas, levando-os a refletir sobre a

necessidade de respeito ao ambiente e incentivando-os quanto à adoção de práticas sustentáveis.

O PDITS da região de Bonito e da Serra da Bodoquena aqui estudado diz respeito a sua segunda versão. Datado de dezembro de 2011, é uma revisão e adequação de 2004. Pode-se entendê-lo como uma importante política para o turismo da região, pois se caracteriza como “[...] um instrumento de planejamento do turismo no Polo da Serra da Bodoquena [...] a fim de dotar este instrumento de atualidade e eficácia”.

Trata-se de um documento bastante minucioso que se inicia com a avaliação da versão anterior e apresentação de alguns resultados por ela alcançados. Especificamente em relação ao ambiente no município de Bonito, a maioria destes resultados está relacionada à infraestrutura (embora é sabido que esta, muitas vezes, pode mitigar a depredação da natureza).

Contudo, tais ações restringiram-se a uma visita de especialistas para avaliar o potencial turístico da região e prováveis impactos ambientais causados pelas ações do programa, além de verificar os sistemas de esgoto sanitário e de água existentes. Então, foram estabelecidas as premissas para a realização dos projetos de água, esgoto, ambiental e análise econômica e financeira, entregues em agosto de 2004 ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além de obras de drenagem urbana.

Na versão 2011, o PDITS objetiva:

- Promover o aumento dos níveis de competitividade do Polo Serra da Bodoquena no mercado turístico internacional;
- Coordenar as ações de políticas públicas e articular de forma convergente os investimentos públicos e privados;
- Promover a qualificação profissional e a capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade* para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística;
- Ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura econômica, social e urbana no polo;

- Promover ações de sustentabilidade econômica e ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida da população local;
- Diversificar os segmentos turísticos do polo e aumentar o número de atrativos.

A partir dos objetivos estabelecidos, observa-se que a sustentabilidade do meio natural se apresenta subjacente às prioridades do PDITS, ou seja, pode ser contemplada (ou não) por cada uma destas intenções. Isto é, pode ser uma forma de competitividade, pode estar inserida nas políticas públicas e ser condição para a melhoria da infraestrutura. Porém, da forma como se apresenta, são apenas possibilidades.

Apesar disto, é importante esclarecer que o PDITS reconhece que a biodiversidade da região da Serra é um importante elemento para o crescimento e consolidação do turismo e, sendo assim, este quesito encontra-se dentre as estratégias e ações sugeridas. Neste sentido, destacam-se as estratégias de fortalecimento do ecoturismo e a melhoria da qualidade ambiental.

Considerados os princípios do ecoturismo e os elementos naturais como um dos componentes do ambiente, infere-se que esta estratégia irá interferir positivamente na natureza.

Por fim, é conveniente esclarecer que a versão anterior não foi totalmente implementada.

Referente à ocorrência das ações do PDITS, estas, de acordo com o Estado, estão acontecendo (para a FUNDTUR, as ações estão sendo aplicadas e para a SECTEI, encontram-se em fase de andamento), mas na perspectiva de Bonito, elas não ocorrem (conforme o COMTUR, não estão sendo aplicadas e a SECTUR não soube informar). Diante destes dados, inferem-se algumas possibilidades: (1) na prática o Plano não tem atingido o município, (2) não há parceria entre os órgãos na implementação desta política, mesmo sendo pertinente a todos eles e/ou (3) as ações têm sido irrelevantes para o turismo de Bonito.

Em se tratando do “Plano de Marketing Turístico - Polo Bonito - Serra da Bodoquena” e sua relação com a sustentabilidade, esta se dá pela perspectiva

da competitividade de mercado, ou seja, as características naturais da região conservadas e o comportamento ecologicamente correto são fatores de atratividade.

Sendo assim, tal plano sugere, dentre as diversas ações, algumas que compreendem a melhoria do meio e a redução dos impactos provocados pelo turismo. Dentre elas estão: (1) a campanha envolvendo temas de prevenção e redução de impactos socioambientais do turismo (como a geração de resíduos e a depredação ambiental) e, (2) medidas de saneamento e destinação de resíduos sólidos.

A respeito da aplicabilidade de tal plano, a FUNDTUR e o COMTUR informaram que não está ocorrendo, a SECTEI esclareceu que as ações estão aguardando financiamento, e a SECTUR não soube informar sobre sua ocorrência.

A Lei 1.302 de 20 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Municipal de Turismo de Bonito – MS, o define como

“[...] um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no Município, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população e a conservação do meio ambiente” (Art. 1º).

Embora a conservação do meio tenha sido mencionada, o exame deste documento permitiu considerar que o desenvolvimento e até mesmo o aumento do turismo em Bonito são as prioridades do governo municipal. Isto ocorre na medida em que os eixos estratégicos do mencionado plano demonstram (1) priorizar a promoção, divulgação, cultura e produção associada ao turismo, (2) o relacionamento do turismo com a comunidade, (3) as pesquisas e os estudos, (4) a qualificação dos serviços e, (5) o planejamento e a gestão.

Cabe ressaltar ainda que dentre as ações determinadas para cada um dos eixos estratégicos, não há nenhuma que se refira à sustentabilidade da biodiversidade.

Esta questão encontra-se mencionada entre os 10 princípios estabelecidos como orientadores do Plano:

“I - sustentabilidade, buscando equidade social, eficiência econômica, valorização e respeito da cultura regional, proteção, preservação, e conservação do meio ambiente, que permita uma maior qualidade de vida aos atores envolvidos na atividade, direta e indiretamente” (Art. 4º).

Assim sendo, depreende-se que esse quesito não recebe do Plano Municipal de Turismo de Bonito a mesma ênfase dada ao município pelos meios de comunicação (divulgação), quando mencionam a atividade turística na região. A exemplo disto, o Governo do Estado noticiou:

“Bonito é um dos grandes destaques no cenário turístico nacional quando o assunto é natureza. Os cenários únicos aliados à preservação ambiental proporcionam aos turistas uma variedade de atrativos naturais. Nesta quinta-feira (24), o município recebeu o título de “Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil” - Prêmio O Melhor de Viagem e Ecoturismo- 2015/2016, da Revista Viagem e Turismo, em parceria com o Guia Quatro Rodas, da Editora Abril” (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

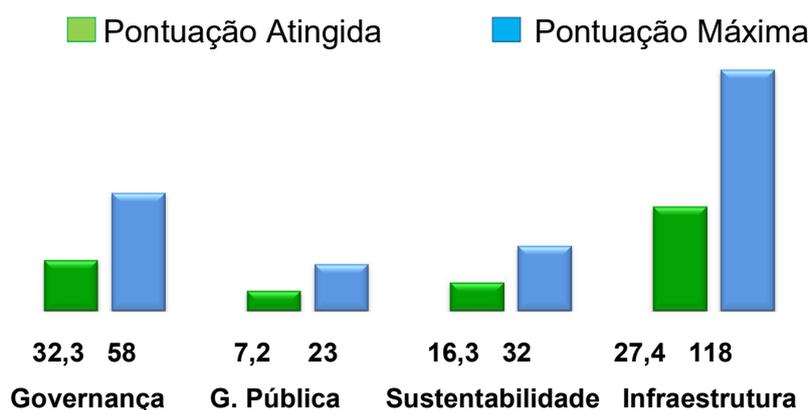
O Programa “Classificação dos Municípios”, da FUNDTUR, “visa induzir o desenvolvimento da atividade turística a partir do levantamento da infraestrutura turística e de apoio ao turismo disponíveis nos municípios [...]”.

Por meio de critérios técnicos, o mencionado programa busca identificar o nível de desenvolvimento dos municípios e direcionar apoio técnico e financeiro. São 4 critérios estabelecidos: (1) governança, (2) gestão pública municipal, (3) sustentabilidade do município e, (4) infraestrutura turística. Quanto ao quesito sustentabilidade, este corresponde à infraestrutura básica de apoio ao turismo no que concerne à sustentabilidade ambiental, produção cultural, proteção à infância e a juventude.

Poder-se-ia entender tal quesito como um critério capaz de motivar (em alguma medida) a sustentabilidade ambiental; no entanto, os resultados deste programa em 2014 apresentam resultados (Figura 2) que levam a discordar deste pensamento, pois, além ser um quesito de peso proporcionalmente

menor que os demais, as ações, os incentivos e os benefícios a serem recebidos do Governo do Estado não envolvem, claramente, a sustentabilidade dos recursos naturais.

De qualquer forma, em se tratando desta política relacionada ao município de Bonito, os órgãos locais informaram que sua aplicabilidade não ocorreu.



**Figura 2.** Critérios utilizados para avaliação da infraestrutura dos municípios - pontuação média - 2014. **Fonte:** FUNDTUR (2014).

Por último, é importante registrar também as constatações abaixo descritas:

Foi percebido um enorme desencontro de informações em relação a algumas políticas públicas de turismo em Mato Grosso do Sul. A respeito das “Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2009 a 2020” e sua aplicabilidade, a FUNDTUR informou que está ocorrendo, mas que não se trata de uma política e sim de um planejamento; a SECTUR afirmou não saber, pois esta política é de âmbito Estadual, já segundo o COMTUR, a aplicação da mesma encontra-se atrasada. Assim, foi impossível ter acesso a esta política e, conseqüentemente, avaliá-la.

Necessário esclarecer que tais estratégias revelam-se muito importantes, pois são mencionadas como instrumentos tanto do “Plano Municipal de Turismo de Bonito” quanto do “Plano de Marketing do Polo turístico de Mato Grosso do Sul, Bonito/Serra da Bodoquena”, da mesma forma

que o “Plano Estadual de Turismo” é inexistente e mencionado como um dos instrumentos do “Plano Municipal de Turismo de Bonito”.

Sobre o “Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Turismo: Rota Pantanal/Bonito”, embora todos tenham afirmado conhecê-lo, foram obtidas as seguintes informações: “este plano está em andamento”, “não sei se está e/ou foi aplicado”, “não está atualizado”, “não foi formalizado”, “foi alterado” e, “parece que foi abandonado”.

Estas discrepâncias podem representar indicativos de falta de coesão entre os órgãos de turismo de Mato Grosso do Sul, entre as políticas e as ações e entre o que é (teoricamente) idealizado e sua aplicabilidade.

Além disso, a dificuldade enfrentada para acessar as informações e os documentos (as políticas públicas), retrata que os mesmos não estão facilmente disponíveis, o que não se considera como ideal, levando-se em consideração sua importância estratégica.

## **Conclusão**

O Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Bonito possuem políticas públicas de turismo envolvendo a sustentabilidade do ambiente natural, contudo, tais políticas encontram-se num contexto de completo descompasso entre estas, a legislação, seu conhecimento e a aplicação por parte dos órgãos responsáveis pela atividade turística.

Os principais gestores de turismo do Estado e município ainda não possuem o necessário conhecimento das políticas existentes, tampouco da legislação que regula o setor. O insuficiente conhecimento, por parte desses órgãos acerca das poucas políticas e leis existentes, resulta na ausência de sua aplicabilidade.

Ademais, apesar da existência do termo sustentabilidade nos diversos documentos, os mesmos, quando examinados a fundo, demonstram que tal termo não tem sido utilizado corretamente. Em sua maior parte, a sustentabilidade do ambiente natural se refere a questões estruturais, de propaganda e de crescimento da área, sem vínculos diretos com a preservação ambiental.

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade da biodiversidade da região é pouco beneficiada pelos órgãos públicos de turismo e suas políticas.

## **Agradecimentos**

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de estudo concedidas.

## **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, A. S. C. A educação ambiental no turismo como ferramenta para a conservação ambiental. **AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Belém, v. 3, n.1, p. 77- 86, 2014.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001. 517p.

BOGGIANI, P. C. Ciência, meio ambiente e turismo em Bonito: a combinação que deu certo? In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. São Paulo: Chronos; Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001. p.151-165.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 126p

BRASIL. Ministério do Turismo. **Desenvolvimento sustentável depende do turismo, diz ONU**. Publicado: Segunda, 28 de setembro de 2015, 18h30. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5538-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-depende-do-turismo,-diz-onu.html>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Publicado: Quarta, 27 de maio de 2015, 08h59. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: A state-of-the-art-review. **Tourism Geographies**, Routledge, v. 1, n. 1, p.7-25, 1999.

CAMARGO, E. I.; JOIA, P. R. O gerenciamento do turismo em Bonito, MS. In: Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio Econômicos do Pantanal, 4, 2004, Corumbá. **Anais eletrônicos...** Corumbá: EMBRAPA, UFMS, UCDB, SEBRAE/MS, 2004. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/02pag.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003. 226p.

DIETRICH, L. C. D.; OLIVEIRA, A. K. M.; GARCIA, D. S. The relationship between environmental education and tourist activity in accordance with the brazilian laws. **Athens Journal of Tourism**, Athens, v. 3, p. 139-154, 2016.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 39-64.

FUNDTUR. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. **Programa de Classificação dos Municípios 2014 - 2ª Fase**. 2014. 21p.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002. 478p.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2ed. Brasília: UnB, 2010. 340p.

HUNTER, C. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Science, v. 24, n. 4, p. 850-867, 1997.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Encarte 2. Brasil: Ministério do Meio Ambiente, 2013. 85p.

LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. A natureza das políticas públicas: ecoturismo e conservação ambiental em Bonito - MS. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2009.

MATO GROSSO DO SUL. FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Bonito é eleito o melhor destino de Ecoturismo do Brasil**. 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.ms.gov.br/bonito-e-eleito-o-melhor-destino-de-ecoturismo-do-brasil/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, New York, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A. I. G. **Turismo: impactos socioambientais**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 19-25.

MORETTI, E. C. Ecoturismo: uma proposta (in)sustentável de produção e consumo do espaço pantaneiro. In: III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: Os desafios do novo milênio, 3, 2000, Corumbá. **Anais...** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2000.

OLIVEIRA, A. K. M.; FERNANDES, V.; GARNÉS, S. J. A.; SANTOS, C. R. B. Avaliação da perda da vegetação arbórea nativa na Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, por meio de sensoriamento remoto. **RA´e GA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 17, p. 43-52, 2009.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos ambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré-Bahia**. 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus.

OLIVEIRA, M. T. C. **Bonito para quem? Um estudo sobre um destino turístico no Mato Grosso do Sul: situação atual e perspectivas, Bonito, MS, Brasil**. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 370p.

RIZZO, M. R. **Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade: um estudo do município de Bonito – MS**. 2010. 519f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. 94p.

SAMPAIO, J.; ARAÚJO JR., J. L. Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, Recife, v. 6, n. 3, p. 335-346, 2006.

SCBD. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. **Turismo favorecendo a Biodiversidade - Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo**. Montreal, 2015. 56p.

SENADO FEDERAL. **Turismo**. 3ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 102p.

SILVA, P. V.; PADILHA, M. R. Turismo em Bonito/MS: a opinião dos moradores sobre as mudanças ocorridas na cidade. In: Congresso Latino Americano de Investigação Turística, 5, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/Silva\\_Padilha.pdf](http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/Silva_Padilha.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

SILVA, P. V. **A importância da água para a percepção turística na bacia do rio Formoso em Bonito - MS**. 2015. 258f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J.; PAIXÃO, D. L. D. Política pública de turismo no Brasil: evolução estrutural, alterações da lógica partidária e tendências recentes de apoio ao turismo massificado. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 65-90.

SOLHA, K. T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D. M.; SOLHA, K. T. (Org.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006. p. 89-100.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TRENTIN, F.; SANSOLO, D. G. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito - MS. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 8, n.1, p. 61-74, 2006.

UNWTO. World Tourism Organization. **Sustainable Tourism for development Guidebook**. First edition. Madrid (Spain), 2013. 228p.

UNWTO. World Tourism Organization. 2015. **United Nations declares 2017 as the international year of sustainable tourism for development.** Press Release. Disponível em: <<http://media.unwto.org/press-release/2015-12-07/united-nations-declares-2017-international-year-sustainable-tourism-develop>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

VARGAS, I. A. A gênese do turismo em Bonito. In: BANDUCCI JÚNIOR, A.; MORETTI, E. C. **Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal.** Campo Grande: Chronos, 2001. p.127-149.

## **Artigo II**

### **Análise das ações dos prestadores de serviços turísticos pela perspectiva da sustentabilidade do ambiente natural de Bonito – MS**

**Luciana Correia Diettrich**

#### **Resumo**

A sustentabilidade do ambiente natural é condição *sine qua non* para o turismo e sua própria sustentabilidade. Dentre os componentes da atividade turística, os serviços turísticos destacam-se como aqueles que atuam, positiva ou negativamente, interferindo diretamente no meio ambiente. Em Bonito, os recursos naturais se apresentam como os principais elementos de atratividade. Tendo em vista estes aspectos, este artigo objetivou analisar as ações dos prestadores de serviços turísticos, pela perspectiva da sustentabilidade do ambiente natural de Bonito. A metodologia, de caráter quantitativo e qualitativo e de natureza descritivo-exploratório, utilizou como ferramenta para coleta de dados um questionário semi-estruturado, aplicado junto às agências de turismo, aos atrativos turísticos e aos meios de hospedagem. Para tabulação dos dados, foi utilizado o *software Sphinx Léxica*. Estes dados identificaram que as ações desenvolvidas são ainda insuficientes para promover a sustentabilidade do ambiente, tanto no que se refere à quantidade bem como à significância destas ações, demonstrando pouco envolvimento com o meio natural.

**Palavras-chave:** Turismo, Agências de turismo, Atrativos turísticos, Meios de hospedagem, Recursos naturais.

#### **Abstract**

### **Analysis of the actions of the providers of tourist services from the perspective of the sustainability of the natural environment of Bonito – MS**

The sustainability of the natural atmosphere is condition *sine qua non* for the tourism and his own sustainability. Among the components of the tourist activity, the tourist services stand out as those that act, positive or negatively, interfering directly in the environment. In Bonito, the natural resources come as the main attractiveness elements. Tends in view those aspects, this article had as objective analyzes the actions from the perspective of tourist services, from

the perspective of the sustainability of the natural atmosphere of Beautiful. The methodology, of quantitative and qualitative character and of descriptive and exploratory nature, it used, as tool of collection of data, a questionnaire semi structured, applied in the travel agencies, to the tourist attractions and the lodging means. For tabulation of the data, the software was used Sphinx Lexica. Those data identified that the developed actions are still insufficient to promote the sustainability of the environment, as in what it refers to the amount as well as to the meaningfulness of those actions, showing little participation of tourist services with the natural environment.

**Keywords:** Tourism, Tourism agencies, Tourist attractions, Means of hosting, Natural resources.

## **Introdução**

Em Bonito, o turismo se destaca como a segunda atividade econômica (pecuária é a primeira) devido às características naturais da região. O número de empregos gerados por esta atividade (aproximadamente 4.000, direta e indiretamente) representa cerca de 40% do PIB do município (SILVA e PADILHA, 2012; BONITO, 2016).

A singularidade da região, localizada em uma área cárstica (rica em rochas calcárias), é evidenciada pela presença de grutas, cascatas e cachoeiras, sumidouros, ressurgências e, principalmente, pelos diversos rios de águas cristalinas (Formoso, Prata, Peixe, Sucuri e o Perdido), que aliadas à riqueza da biodiversidade, com fauna e flora exuberantes, viabilizam atividades de interação, tais como trilhas, mergulhos, flutuação e rapel, entre outras, e roteiros diversificados (SILVA, 2015).

A diversidade ambiental permitiu a inserção da atividade turística em Bonito na década de 1970, com crescimento expressivo entre os anos de 1980 e 1990, assim como possibilitou transformações no panorama econômico-social para atender a demanda desta atividade.

Este crescimento pode ser fundamentado pelo número de turistas que visitaram o município em datas distintas: em 1997 Bonito recebeu 143.037 turistas; em 2003, 227.963; em 2016 foi registrado que 212.817 turistas visitaram a cidade. Em 2017, até o mês junho, Bonito já recebeu 91.118 turistas (BONITO, 2015/2016; 2017).

O ambiente natural, assim como sua sustentabilidade é, muitas vezes, enfatizado pelos meios de comunicação e divulgação, ao tratarem do turismo neste município. A exemplo disto, o Governo do Estado noticiou: “Bonito é um dos grandes destaques no cenário turístico nacional quando o assunto é natureza. Os cenários únicos aliados à preservação ambiental proporcionam aos turistas uma variedade de atrativos naturais” (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

O município também já recebeu títulos e prêmios que o destaca como um dos mais importantes destinos de ecoturismo do Brasil (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Sobre a definição de sustentabilidade, esta diz respeito à capacidade de se sustentar, de se manter para sempre. Tal significado representa, como característica mais significativa, a justiça em relação às futuras gerações. Nesta perspectiva e, em se tratando de recursos naturais, sua exploração não implica (nunca) seu esgotamento. Tais recursos destacam-se entre os demais por ser impossível sua reprodução e, portanto requerem uma atenção especial. Além do mais, é dos elementos naturais que o homem, de fato, depende para sua sobrevivência (MIKHAILOVA, 2004).

O tema sustentabilidade dos recursos naturais tem sido objeto de discussões, sobretudo em torno de suas causas, consequências, responsabilidades e aplicabilidade. O termo sustentável é mencionado pela primeira vez em 1987, na proposta da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), envolvendo os princípios de equidade social, eficiência econômica e prudência ecológica (CORIOLANO *et al.*, 2009).

A partir de então, passa a ser alvo das causas sociais e ambientais, principalmente quando relacionadas à sociedade industrial e seu modo de desenvolvimento (BACHA *et al.*, 2010). Embora seu conceito ainda não esteja completamente/unanimemente resolvido, FARIA e CARNEIRO (2001, p. 14) declaram que nas inúmeras conceituações existentes, é possível identificar componentes comuns a todas elas, quais sejam: “[...] a manutenção em certo nível, evitando o declínio; a continuidade de certo recurso, sistema, condição ou relacionamento.”

Tal relevância é amparada pela legislação brasileira (em especial pela Lei nº 6.938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente), a qual considera o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido e, assim sendo, a proteção e o equilíbrio ecológico norteiam seus princípios, objetivos, instrumentos e demais conteúdos nela contidos (BRASIL, 1981).

O meio empresarial é também envolvido neste debate, especialmente na década de 1990 com o advento da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente (conhecida também como Rio-92 ou Eco-92), que propagou o assunto e envolveu definitivamente as empresas neste propósito (SOUZA, 1993).

Neste cenário (o qual envolve turismo e sustentabilidade dos recursos naturais) encontram-se, inevitavelmente, os serviços turísticos como um dos responsáveis pela efetivação desta atividade e das interações que ocorrem entre ambos, além de serem possíveis instrumentos de proteção ou degradação do meio e, sendo assim, tornam-se responsáveis pela sua conservação.

Conceitualmente, serviços turísticos se referem àqueles prestados exclusivamente para o turista durante toda a cadeia de produção (MOLETTA e GARCIA, 2000).

Em Bonito, acompanhando o desenvolvimento da atividade turística, grande parte dos hotéis, restaurantes e agências foi instalada a partir de 1993 e, desde então, o número destes empreendimentos cresceu vertiginosamente.

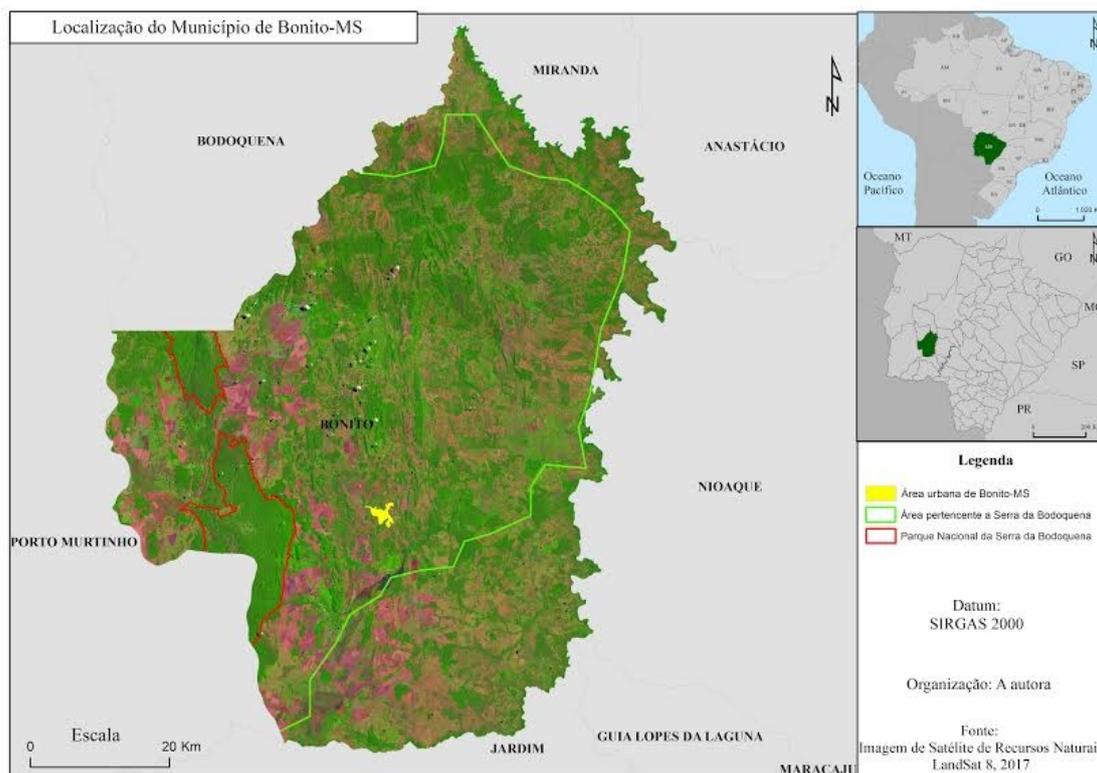
Atualmente, o município conta com 46 agências de turismo, 70 meios de hospedagem e 33 atrativos turísticos, sendo estes últimos, em sua maioria, localizados na área rural (BONITO, 2015/2016).

Isto posto, compreende-se que o turismo e especialmente o município de Bonito possuem uma estreita relação com os recursos naturais, impactados pelos serviços turísticos; sendo assim, objetivou-se analisar as ações dos prestadores de serviços turísticos, pela perspectiva da sustentabilidade do ambiente natural de Bonito.

## Procedimentos Metodológicos

- **O lócus do estudo**

Município de Bonito, localizado no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, na região da Serra da Bodoquena e a 265 Km de distância de sua capital, Campo Grande (Figura 1).



**Figura 1.** Localização do município de Bonito, Mato Grosso do Sul e Serra da Bodoquena. Elaboração: Flávio C. Santos (2017).

Bonito possui uma diversidade de ambientes, resultado das peculiaridades geográficas da região, tais como a localização na borda sudeste do Pantanal Mato-Grossense, em uma área de transição entre o Cerrado e o Pantanal, vegetação predominantemente do bioma Cerrado, com presença de florestas estacionais decíduais e semidecíduais, clima tropical úmido com temperatura média de 22 °C no período de seca, estrutura geológica predominantemente sobre rochas carbonáticas (calcários e dolomitos) e sistema hidrográfico (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

- **População investigada**

O estudo foi desenvolvido junto aos serviços turísticos delimitados em: agências de turismo, atrativos turísticos e meios de hospedagem. Além destes, foram incluídos três atrativos localizados no município de Jardim por possuírem escritórios em Bonito e serem divulgados e comercializados por esta cidade.

Quanto aos meios de hospedagem, este estudo excluiu: albergues, campings, cama e café e as casas de aluguel.

O levantamento do universo teve como fonte o Observatório de Turismo de Bonito e a amostra foi calculada a partir da população composta por 149 serviços turísticos divididos em: 46 agências de turismo, 33 atrativos turísticos e 70 meios de hospedagem. A amostragem foi aleatória e proporcional ao número de serviços turísticos e o dimensionamento da amostra foi feito de acordo com FONSECA e MARTINS (2010).

- **Metodologia e análise de dados**

A abordagem foi de caráter quantitativo e qualitativo, de natureza descritivo-exploratório, por meio da aplicação de um questionário semi-estruturado dirigido aos responsáveis pelos empreendimentos investigados, abordados pessoalmente ou via endereço eletrônico.

Tal questionário foi submetido ao Comitê de Ética (Parecer número 1.325.194), aprovado e acompanhado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O questionário, aplicado em 2016, envolveu questões que identificaram: o perfil do empreendimento (tipologia, tipo de gestão, tempo de existência, classificação e serviços ofertados); compreensão acerca da sustentabilidade, da importância e da relação desta com a atividade turística, com o município de Bonito e com o empreendimento. Além destas perguntas, o instrumento buscou aferir as ações dos investigados com vistas à sustentabilidade do meio natural.

As informações coletadas foram tabuladas no *software Sphinx Léxica* 5.0 aplicando-se análises univariadas, nas quais observaram-se as frequências das variáveis.

## Resultados e Discussão

Os serviços turísticos de Bonito, em relação às agências de turismo, caracterizam-se em sua maioria como receptoras (80%) e estas, por sua vez, também como operadoras e especializadas na destinação Bonito e Pantanal e/ou nos segmentos relacionados ao turismo de natureza (ecoturismo, vida silvestre e turismo de aventura). Tais características estão de acordo com a expressiva demanda de turistas no município, pois as agências são as únicas responsáveis pela comercialização dos atrativos e dos serviços de guias locais.

Os serviços ofertados pelas agências correspondem ao perfil de suas atividades, sendo que para a maioria, resumem-se em passeios e atrativos turísticos, meios de hospedagem, serviços de guia de turismo, traslados, locação de automóveis e pacotes turísticos.

São de gestão independente e o tempo de existência de 36% não chega a 5 anos. As demais têm entre 6 a 10 anos (28%) e 28%, há mais de 10 anos, trabalham no setor.

Em se tratando do perfil dos atrativos turísticos, exceto 3 deles, todos os demais são da tipologia natural (90,5%), os quais oferecem atividades bastante diversificadas, principalmente trilha em áreas naturais, flutuação e mergulho nos corpos hídricos, cavalgada, tirolesa, observação de aves e contemplação. Além dessas, mas numa proporção menor, estes serviços dispõem de boiacross, arvorismo e passeios de bicicletas, entre outras atividades.

Muitos atrativos agregam serviços de alimentos e bebidas (restaurantes, bares e lanchonetes), lojas de suvenires e aluguel de equipamentos (roupas e acessórios para mergulho, caiaque, *standup* e pedalinhos). Estes serviços, por sua vez, propiciam diversidades de formas e maior aproveitamento dos recursos naturais, além de conforto a seus visitantes. Significam ainda uma forma de aumentar a renda desses empreendimentos.

Dentre os atrativos, apenas 2 estão sob a gestão pública municipal, e os demais, gestão privada, indicando que o processo turístico em Bonito se baseia na iniciativa privada.

A grande maioria dos atrativos de Bonito existe há mais de 10 anos (71,4%) e uma pequena parcela (19%) tem entre 6 e 10 anos de existência. Entende-se assim, que muitas localidades e seus respectivos recursos já são explorados há bastante tempo pelo turismo.

Devido à complexidade de características dos diferentes atrativos turísticos, o número mensal de visitantes varia bastante, sendo que há desde atrativos que recebem, em média, 30 visitantes/mês até aqueles que atendem 2800 pessoas mensalmente.

A respeito dos meios de hospedagem, estes se concentram na tipologia pousada (46,7%) e hotel (33,3%), de categoria mediana (40% - 3 estrelas; 16,7% - 2 estrelas e 20%, econômicos), sendo a maior parte de gestão independente (90,0%).

Proporcionalmente às tipologias e classificação dos meios de hospedagem, estes, em sua grande maioria, não alcançam o número de 100 unidades habitacionais (e destes, a metade tem entre 8 a 15 UH). Também proporcionais são os serviços e equipamentos disponibilizados por esses empreendimentos, concentrando-se nos mais básicos, tais como: estacionamento, piscina, lavanderia, agência de turismo, bar e serviço de copa. Alguns, em proporção bem menor, oferecem atividades, estrutura e/ou equipamentos voltados à recreação, como: salão de jogos, academia e/ou sala de ginástica, hidromassagem, quadras e campos esportivos, *playground*, etc, assim como são poucos os que possuem restaurante e salões para eventos.

É possível notar, de acordo com as descrições apresentadas, similaridades entre os segmentos, as quais atestam o crescimento da atividade (ainda nos dias de hoje) e o perfil (necessidades, interesses e/ou expectativas) dos turistas de Bonito que são atendidos por serviços básicos, de categoria mediana e negócios familiares.

Em relação ao entendimento dos serviços turísticos acerca da sustentabilidade ambiental dos recursos naturais na região, uma parcela destes serviços não respondeu ao questionário, sendo 28% das agências, 4,75% dos atrativos e 40% dos meios de hospedagem. Levando-se em consideração estes percentuais, pode-se supor que os atrativos, por relacionarem-se diretamente ao ambiente natural, tenham maior percepção e interesse pela problemática ambiental. Por outro lado, os meios de hospedagem e as agências, ao que parece, não se consideram diretamente ligados a este ambiente, demonstrando um certo distanciamento da questão e uma falta de compreensão do problema.

Assim, para as agências de turismo, a sustentabilidade dos recursos naturais na região de Bonito relaciona-se ao mínimo impacto que pode ocorrer no ambiente se a utilização dos recursos, através das atividades desenvolvidas pelo turismo no meio natural, acontecer de forma organizada, controlada e monitorada. Isso é possível, segundo as respostas obtidas, havendo conhecimento, consciência e responsabilidade de todos os envolvidos. Além disso, a sustentabilidade ambiental tem a ver com o fortalecimento, desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda que beneficiem a comunidade local ao mesmo tempo que promova a conservação das áreas e seus recursos naturais, especialmente dos atrativos turísticos e das águas de Bonito, garantindo desta forma sua manutenção a longo prazo.

Porém, para uma das agências pesquisadas, este cuidado e consciência ambiental não acontecem em Bonito.

Já os atrativos turísticos, além de convergirem com os apontamentos das agências, acrescentaram ações e atitudes capazes de manter o ecossistema inalterado, em particular, os atrativos de Bonito, quais sejam: capacidade de carga controlada, visitação limitada e com acompanhamento de guia de turismo, monitoramento dos impactos ambientais das atividades e recuperação das áreas de margens de rio. Para estes atrativos, os procedimentos indicados são possíveis de ocorrer com um planejamento eficiente, o que possibilitaria a real efetivação de um turismo sustentável.

Eles explicam ainda que os impactos muitas vezes são causados por componentes químicos que os turistas trazem no corpo, tais como: creme de cabelo, esmalte, talcos, protetor solar, protetor labial, batom e repelente.

De qualquer forma, segundo relatos dos atrativos, a atividade turística promove em Bonito e na Serra da Bodoquena, de certa forma, a preservação do ambiente, uma vez que esses empreendimentos (privados) têm demonstrado preocupação por meio de investimentos em estudos de capacidade de carga, de impactos ambientais, entre outros.

Porém, pode-se questionar se estas ações, que levariam ou permitiriam a sustentabilidade têm, de fato, por finalidade a preservação do meio ou são executadas sob a ótica do empresariado, visando apenas sua fonte de renda.

Por outro lado, alguns atrativos alegaram que o turismo provoca erosões nas trilhas, bem como o uso indiscriminado das águas de Bonito, além da poluição do ambiente.

Para os meios de hospedagem, a sustentabilidade está relacionada ao equilíbrio entre a prática do turismo e a conservação dos recursos naturais do município (rios, nascentes, fauna e flora) e dos atrativos turísticos. Tal equilíbrio pode advir do gerenciamento responsável e de ações do dia-a-dia (compostagem, coleta seletiva, reciclagem e limitação de visitação dos passeios, por exemplo) de uma população e clientes preocupados e envolvidos.

Uma das declarações, no entanto, chama a atenção para a relação de interferência dos demais setores da economia no turismo sustentável e a forma como isto ocorre em Bonito: “Acho que as extrações de calcário e brita, também a criação de gado e o cultivo de grãos são prejudiciais a esta localidade”.

Não se pretendeu com esta indagação avaliar o domínio dos respondentes em relação a qualquer um dos conceitos que envolve a questão formulada (sustentabilidade, meio ambiente, sustentabilidade ambiental, recursos naturais, entre outros) mas apenas averiguar o conhecimento que os mesmos têm sobre tais temas.

Assim, considerando que as respostas compreendem conteúdos como: mínimo impacto, fragilidade dos recursos naturais, ações e atitudes positivas na utilização destes recursos sem desconsiderar as atividades econômicas e responsáveis com o futuro, percebe-se que tais respostas se aproximam do que está posto pela teoria, demonstrando um conhecimento elementar acerca da sustentabilidade. Além disso, os argumentos revelam ainda um quê de preocupação com o meio natural.

De qualquer modo, teoricamente, sustentabilidade, ambiente, sustentabilidade ambiental, recursos naturais, desenvolvimento sustentável, entre outros termos e expressões, são bastante complexos e ainda não se encontram totalmente amadurecidos (HUNTER, 1997; MEBRATU, 1998; BUTLER, 1999; CORRÊA *et al.*, 2009).

No entanto, contrapondo os argumentos apresentados pelos pesquisados e alguns conceitos e critérios de sustentabilidade, de

sustentabilidade ambiental (também chamado de sustentabilidade ecológica) e/ou desenvolvimento sustentável, por exemplo, é possível vislumbrar afinidades entre os mesmos, de acordo com CAVALCANTI (1998), MIKHAILOVA (2004), MENDES (2009) e SACHS (2009).

Quanto aos impactos negativos causados pela atividade turística e descritos por alguns prestadores de serviços, os mesmos estão de acordo com os estudos de BUCKLEY (2012), os quais concluíram que o turismo contribui para a poluição da atmosfera e das águas e que os impactos do turismo derivam das emissões atmosféricas, resíduos sólidos e líquidos, consumo de água, energia e materiais.

Tal ideia é admitida por CORIOLANO *et al.* (2009), que entendem que o turismo é um tipo de consumo do espaço, o qual envolve a natureza, e por isso, fazer turismo significa viver a própria natureza. Sendo assim, mesmo protegendo-a, é sempre uma atividade de risco que implica (in)sustentabilidade.

Considerando que o turismo está relacionado a impactos ambientais provocados e/ou evitados pelos componentes desta atividade (dentro estes, os serviços turísticos), foi questionado aos investigados se os mesmos contribuem para a depredação do meio natural.

Os resultados demonstram que a maioria (72% das agências de turismo, 71,4% dos atrativos turísticos e 63,3% dos meios de hospedagem) não acredita serem, de nenhuma forma, causadores de impactos negativos no ambiente natural de Bonito (Quadro 2).

**Quadro 2.** Contribuição dos serviços turísticos para a depredação do ambiente natural, de acordo com respostas obtidas no município de Bonito, Mato Grosso do Sul

	<b>Agências</b>	<b>Atrativos</b>	<b>Hospedagem</b>
<b>Não resposta</b>	12,0%	9,5%	13,3%
<b>Não</b>	72,0%	71,5%	63,4%
<b>Sim</b>	16,0%	19,0%	23,3%
<b>Total</b>	100%	100%	100%

Desta forma, infere-se que o entendimento sobre sustentabilidade ambiental, anteriormente apresentado, não se sustenta completamente quando as empresas não se veem, de fato, correlacionadas ao ambiente natural. Tal inferência se apoia tanto naqueles que afirmaram não depredar o ambiente quanto nos que não responderam este questionamento (12,0% das agências, 9,5% dos atrativos e 13,3% dos meios de hospedagem), pois todos demonstram não saber como o ambiente pode ser afetado pelas ações cotidianas.

Todavia, algumas (poucas) respostas foram afirmativas e assim justificadas pelas agências de turismo: a depredação ocorre quando consumimos o papel por meio de impressões de documentos; também por meio das vendas realizadas que promovem o consumo e este, por sua vez, causa na natureza, a perda da sua essência. Uma das agências reconheceu que “todos atingimos o meio de alguma forma, contudo, boas práticas são fundamentais”.

Os atrativos consideram que a depredação do meio natural se dá apenas com a produção de resíduos, mesmo quando destinados à reciclagem.

Já os meios de hospedagem, dos quais se obteve o maior número de respostas afirmativas, demonstraram não compreender o significado do termo "depredação" e/ou o conteúdo da questão, pois as respostas, em sua maioria, não confluíram para a afirmação anterior. Apenas três respostas foram então consideradas, sendo estas: “só de estarmos aqui, usarmos energia elétrica, estamos impactando, não depredando”; “todos contribuimos de alguma forma” e pelo “consumo de energia”.

Acredita-se que esta consciência pode favorecer um melhor comportamento com vistas à sustentabilidade.

Assim, relacionando estes últimos dados às tipologias e características dos empreendimentos apresentadas anteriormente, pode-se entender que talvez os profissionais de turismo de Bonito ainda não tenham formação suficiente, adequada e/ou completa que abarque, inclusive, a problemática ambiental.

A fim de identificar a relevância da conservação dos elementos naturais para a atividade turística sob a avaliação dos serviços turísticos, foi

questionado como estes consideram a sustentabilidade do meio: fundamental, muito importante, importante, pouco importante ou desnecessária.

Os resultados desta questão (Quadro 3) demonstram que para a maioria dos investigados a sustentabilidade dos recursos da natureza é fundamental, tanto para a atividade turística quanto para as empresas e o município de Bonito e região. Todavia, mesmo que poucos respondentes não tenham assim considerado, acredita-se que já seja motivo de atenção. Tal crença considera as peculiaridades do ecossistema do município e região e a dependência do turismo em relação a estes recursos.

Também foi possível identificar que, para uma parcela dos empreendimentos turísticos, isto é indiferente, pois não se preocuparam nem mesmo em responder este questionamento (Quadro 3).

**Quadro 3.** Avaliação da sustentabilidade dos recursos naturais em relação à atividade turística, aos próprios serviços e ao município de Bonito e região, pelos serviços turísticos

	Pelas agências			Pelos atrativos			Pelas hospedagens		
	AT	AG	Bonito	AT	ATR	Bonito	AT	MH	Bonito
<b>Não resposta</b>	4,0%	4,0%	4,0%	9,5%	9,5%	9,5%	3,3%	3,3%	3,3%
<b>Fundamental</b>	84,0%	44,0%	80,0%	71,4%	71,4%	76,0%	76,0%	56,0%	83,0%
<b>Muito importante</b>	12,0%	32,0%	12,0%	14,3%	9,5%	14,0%	16,6%	23,0%	10,0%
<b>Importante</b>	0,0%	8,0%	4,0%	4,8%	9,5%	0,0%	3,3%	13,0%	3,3%
<b>Pouco importante</b>	0,0%	12,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,3%	0,0%
<b>Desnecessária</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

AT= Atividade turística. AG= Agências. ATR= Atrativos. MH= Meios de hospedagem

Assim sendo, os serviços turísticos de Bonito não compactuam com a ideia de DIAS (2015, p.5) ao acreditar que “um ambiente natural saudável e funcionando adequadamente é uma importante atração turística e ajuda a elevar a consciência do valor intrínseco da natureza para todos nós”.

Para SABINO *et al.* (2012), a relação do ser humano com os recursos naturais é quase uma necessidade. Estes autores consideram que o ser

humano possui uma ligação emocional inata com a natureza e por isso busca aproximar-se dela, resgatando muitas vezes inconscientemente, sua própria natureza e recuperando elementos da paz interior que perde no cotidiano. A natureza possui o poder restaurador e revigorante e ao aproximar-se dela o homem pode perceber a grande afinidade que tem com a biodiversidade.

Além disso tudo, para o decorrer do século XXI esperam-se turistas cada vez mais exigentes, os quais terão maior consciência ambiental e social e desejarão, cada vez mais, agregar mais conhecimento às atividades de lazer. Serão preocupados com a sustentabilidade dos recursos naturais, mais experientes e mais numerosos, entre outras características (SILVA JÚNIOR, 2002).

Desta maneira, a conservação da natureza é indispensável para o turismo, para o turista, para o município de Bonito e para o ser humano, e assim deveria ser para os serviços turísticos deste município que depende de todos esses componentes para sua perenidade.

Talvez mais importante do que entender o significado de sustentabilidade e/ou a necessidade de conservação dos recursos naturais, seja colocar em prática tal compreensão e, sendo assim, considera-se que os serviços turísticos de Bonito ainda estão bem aquém do ideal. Foi avaliado que uma grande parcela dos empreendimentos (Quadro 4) ainda não incorporou estas práticas nas ações cotidianas relacionadas ao uso da água, energia e resíduos.

**Quadro 4.** Ações dos serviços turísticos de Bonito, Mato Grosso do Sul, que visam minimizar o uso de água, energia, resíduos e outros

AÇÕES	Agências			Atrativos			Hospedagem		
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
<b>Energia</b>	28,0%	72,0%	100%	42,8%	57,2%	100%	30,0%	70,0%	100%
<b>Água</b>	44,0%	56,0%	100%	47,6%	52,4%	100%	33,3%	66,7%	100%
<b>Resíduos</b>	40,0%	60,0%	100%	38,1%	61,9%	100%	36,6%	63,3%	100%
<b>Outras</b>	84,0%	16,0%	100%	47,6%	52,4%	100%	86,7%	13,3%	100%

Como afirma BUTLER (1999), embora seja importante debater sobre o significado de desenvolvimento sustentável, mais importante ainda deve ser sua operacionalização e aplicabilidade, tendo em vista tanto o aumento do impacto do turismo sobre o meio quanto da consciência ambiental (DOWLING, 2015).

Os resultados revelam que as agências de turismo e os meios de hospedagem, embora com uma diferença pouco expressiva, são os que mais envolvem ações voltadas ao uso mínimo desses recursos (tais como energia e água). No entanto, uma parcela bastante significativa desses empreendimentos não vai além destas iniciativas (outras ações) (Quadro 4).

Entre os números que representam as ações positivas, os atrativos de Bonito são motivo de atenção, pelo fato de que, dentre os demais, são os serviços turísticos mais próximos e dependentes dos recursos naturais e, decerto, esperava-se serem eles os mais sensatos. Porém, estes atrativos afirmaram que outras ações são realizadas para mitigar os impactos ambientais.

Além da natureza em si, a importância de ações rotineiras que visem à conservação do ambiente pode ser sustentada pelas exigências atuais dos turistas que, em sua maioria, não selecionam especificamente produtos sustentáveis, mas esperam uma boa gestão ambiental incorporada às suas rotinas (BUCKLEY, 2012). Para SOUZA (1993), os consumidores atuais esperam das empresas uma mentalidade ambiental.

Dentre aqueles que afirmaram agir no sentido de contribuir para a conservação do ambiente, a grande maioria relatou que isso se dá por meio de ações cotidianas, e para alguns poucos mediante a estrutura física ou pelo uso de equipamentos apropriados.

Quanto às ações das agências de turismo com vistas à sustentabilidade, estas afirmaram que economizam energia por meio de equipamentos com maior eficiência energética (lâmpadas de led e ar condicionado classe A), desligando os aparelhos (luzes, ar condicionado, computadores e monitores, etc) quando não estão sendo utilizados, limitando o uso dos mesmos àquilo que é indispensável, diminuindo as impressões de materiais e documentos e, substituindo-os por digitais. Algumas possuem estrutura com boa luminosidade e ventilação, instalaram capacitadores, observam a qualidade das instalações

elétricas e encerram suas atividades mais cedo. Vale lembrar que esse tipo de empreendimento possui área de trabalho bem menor que os demais, o que facilita o desempenho das atitudes descritas.

Com relação à água, a grande maioria das respostas está relacionada à economia do consumo diário, restringindo a sua utilização ao estritamente necessário. Apenas para três agências a economia se dá também por meio da sua infraestrutura, com a instalação de cisternas para captação de água da chuva, torneiras com fluxo reduzido e poço.

Sobre os resíduos, as agências mencionaram as seguintes ações: separação do lixo para coleta seletiva (apenas um pouco mais da metade das agências), reciclagem e reutilização de papéis, preferência pelo envio de arquivos e documentos via internet, utilização mínima de papéis e compostagem.

Importante mencionar que poucas agências realizam mais de duas ações e algumas foram muito genéricas na resposta, afirmando apenas que economizam.

Em se tratando das ações dos atrativos turísticos para minimizar o uso de energia, a grande maioria destes empreendimentos utiliza o aquecimento solar, sendo para muitos destes a única ação realizada neste sentido. Os demais economizam energia por meio do uso de lâmpadas e equipamentos de baixo consumo e/ou pelo aproveitamento da luz solar com ambientes mais abertos.

Quanto à água, a metade dos atrativos limita-se a sua reutilização e a outra metade se divide em captar a água da chuva, utilizar torneiras com temporizador ou com desligamento automático, uso de poços e registros de descargas com opção de utilizar mais água ou menos.

A coleta seletiva de lixo foi mencionada por todos os atrativos turísticos como atitude positiva relacionada aos resíduos e à minimização de seus impactos no ambiente. Além disto, a reciclagem, o tratamento de esgoto, fossas orgânicas e compostagem também foram mencionados por alguns destes atrativos. Um deles mencionou a construção de uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) moderna e eficiente.

Os meios de hospedagem, os quais se destacam, quantitativa e positivamente em relação aos demais serviços turísticos, informaram que a

economia de energia se dá por meio da utilização mínima e principalmente da infraestrutura disponível, como: utilização de energia solar (placas solares), cartões chave (bloqueadores) nas unidades habitacionais, luzes com sensor de movimento ou com timer, equipamentos e eletrodomésticos econômicos e capacitadores. Além disso, algumas práticas foram também mencionadas, como: manter as luzes acessas somente quando estão sendo utilizadas, fechar alas na baixa temporada, utilizar placas de avisos e incentivos à economia, políticas internas e orientações aos funcionários.

Quanto à conservação da água, uma grande parcela dos meios de hospedagem informou reutilizar e/ou captar água da chuva para ser utilizada de diversas formas (na piscina, sauna, plantas e limpeza) e alguns poucos empreendimentos contam com cisternas para isso. A economia de água também acontece (em poucos casos) com torneiras, regadores e sistema de descarga econômicos. A atenção e correção de vazamentos, o fechamento de alas na baixa temporada, placas informativas, troca mínima de toalhas de banho e utilização mínima também foram atitudes mencionadas por alguns dos investigados.

No que se refere aos resíduos relativos àqueles meios de hospedagem que informaram ter cuidados com isso, a grande maioria os separa e faz seu descarte de maneira correta, isso quando não os reaproveitam de alguma forma (reciclagem, compostagem e/ou encaminhamento para instituições). Fora isso, alguns respondentes mencionaram outras maneiras, como: diminuem o uso de produtos de limpeza, possuem fossas orgânicas e separam o óleo de cozinha.

A respeito das ações com vistas à sustentabilidade, mencionadas pelos investigados, importante ponderar sobre o que, de fato, vislumbra a sustentabilidade ambiental e não o interesse econômico dessas empresas, e quanto destas ações são, realmente, capazes de proteger o meio. Sobre o lixo, por exemplo, embora exista em Bonito a coleta seletiva, a maioria dele acaba sendo destinada a um aterro controlado.

Neste contexto, vale ainda lembrar que, atualmente, diversas das ações mencionadas pelas empresas investigadas já integram naturalmente o cotidiano de muitas pessoas e, portanto, possivelmente, estas não representem nenhum diferencial, mas um comportamento elementar.

Além das ações mencionadas anteriormente, a pesquisa indagou sobre a existência de outras práticas que corroborem a conservação do meio natural, e as respostas representam que: 72% das agências de turismo, assim como 23% dos atrativos e 80% dos meios de hospedagem se restringem apenas às atitudes já mencionadas. Os demais mencionaram outras ações (Quadro 5), das quais, uma parcela significativa é externa ao empreendimento.

**Quadro 5.** Outras ações dos empreendimentos turísticos mencionadas como fator de preservação dos recursos naturais, município de Bonito, Mato Grosso do Sul

Serviço	Ações
<b>Agências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Priorização do transporte coletivo em viagens de trabalho;</li> <li>✓ Redução de deslocamentos ao optar por manter moradia e escritório no mesmo local;</li> <li>✓ Cessão de imagens da natureza da região para entidades socioambientais sem fins lucrativos;</li> <li>✓ Projetos artísticos com temática socioambiental;</li> <li>✓ Apresentação gratuita de palestras;</li> <li>✓ Exposições e cursos durante eventos que fomentem a consciência ambiental através do ecoturismo, observação de vida silvestre, fotografia de natureza e outras atividades que podem trazer benefícios socioambientais;</li> <li>✓ Palestras sobre importância do meio ambiente para os funcionários;</li> <li>✓ Envolvimento com ações de Organizações Não Governamentais (ONGs).</li> </ul>
<b>Atrativos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Trilhas suspensas;</li> <li>✓ Limpeza anual dos rios de nossa divisa;</li> <li>✓ Áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN);</li> <li>✓ Possuir uma RPPN ou estar em processo de possuir;</li> <li>✓ Ser uma Área de Preservação Permanente (APP);</li> <li>✓ Comprometimento com a sustentabilidade da fazenda, da empresa e do destino;</li> <li>✓ Estudo de impacto ambiental e de capacidade de carga;</li> <li>✓ Monitoramento ambiental através de biólogos contratados;</li> <li>✓ Promover educação ambiental;</li> <li>✓ Monitoramento e organização da visitação;</li> <li>✓ Parceria com a ONG Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB) na recuperação de mata ciliar.</li> </ul>

**Hospedagens**

- ✓ Participação e contribuição financeira ao IASB e seus projetos (Green Tax e Plante Bonito);
- ✓ Contribuição financeira ao projeto Fibra Viva;
- ✓ Participação no projeto Turismo Sustentável;
- ✓ Desenvolvimento de ações de sustentabilidade;
- ✓ Atividades recreativas com as crianças voltadas para sustentabilidade;
- ✓ Trilhas sustentáveis;
- ✓ Limpeza anual dos rios de nossa divisa;
- ✓ Participação no projeto Turismo Sustentável desenvolvido pelo SEBRAE.

SOUZA (1993) adverte que compatibilizar as atividades desenvolvidas pelas empresas com a preservação do meio natural é uma responsabilidade da qual nenhuma delas pode fugir e, portanto, deve fazer parte da estratégia empresarial. Tal advertência pode servir de alerta aos serviços turísticos de Bonito que demonstram serem ainda incipientes neste aspecto.

A teoria indica ainda que cada um dos serviços turísticos tem uma parcela de responsabilidade pelo ambiente natural e por isso deve preocupar-se verdadeiramente com a sua conservação.

As agências de turismo, por exemplo, são consideradas formadoras de opinião e, sendo assim, podem influenciar e persuadir o consumidor em suas escolhas e suas ações e por isso devem assumir uma postura exemplar (LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2008). RUSCHMANN (1997) sugere que estas agências elaborem roteiros ecologicamente ajustados às práticas de proteção ambiental, difundindo assim os preceitos da educação ambiental para que utilizem papel reciclado em seus folhetos e façam uso também de transporte não poluente nos destinos. NOGUEIRA (2011) acrescenta que as agências de turismo podem ainda propor ações de “*marketing* responsável” sugerindo práticas sustentáveis aos visitantes e às comunidades, ou seja, deixar delimitar-se apenas às questões operacionais.

Aos meios de hospedagem, os estudos sugerem que a ética ambiental deve ser parte das suas responsabilidades, obrigações e metas (GONÇALVES, 2004). É necessário que as práticas sustentáveis sejam permanentes e envolvam tanto os hóspedes quanto os funcionários (colaboradores em geral) (BUENO e MATURANA, 2015).

DE CONTO (2005) complementa que o comprometimento dos hotéis se dá ainda por meio do cumprimento da legislação ambiental, da prática da educação ambiental, da parceria com fornecedores responsáveis ambientalmente e da acessibilidade de suas políticas e de suas práticas ambientais a qualquer interessado.

Este comportamento, porém, demanda monitoramento constante dos impactos e medidas preventivas e/ou corretivas, se necessário (MALTA e MARIANI, 2013).

Em relação aos atrativos turísticos e dada sua capacidade de influenciar a decisão dos turistas quanto à escolha de um destino e levando-se em conta ainda a sua característica de negócio, os mesmos se tornam muito importantes para a economia, para a atividade turística e para a sustentabilidade ambiental.

Além disso, estes atrativos representam mais um motivo para a proteção e conservação do meio, pois, à medida que aumenta a demanda de turistas é possível que o poder público local e os empresários do setor invistam em medidas de conservação para manter a qualidade e a consequente atratividade (BRASIL, 2007).

Após a implantação, as práticas sustentáveis devem permanecer e envolver tanto os hóspedes, cientes que deverão contribuir e colaborar com os preceitos da empresa, quanto os funcionários (colaboradores em geral), preparados, conscientes e incentivados a agirem (todos) com vistas à sustentabilidade. Sendo assim, é possível vislumbrar a continuidade de uma postura ambientalmente ética para além da empresa e a longo prazo (BUENO e MATURANA, 2015).

Desta forma, a pesquisa procurou averiguar se funcionários, clientes e fornecedores são orientados pelos serviços turísticos de Bonito sobre a sustentabilidade dos recursos naturais. Destaca-se, neste quesito, que as agências de turismo são as que menos envolvem estes indivíduos, enquanto que os atrativos são os que mais o fazem, principalmente em relação a seus funcionários e clientes (Quadro 6). Considerando que em Bonito a natureza é o principal recurso dos atrativos, torna-se fácil compreender este resultado, pois para esses empreendimentos, ter funcionários e clientes conscientes, promove a sua própria sustentabilidade.

**Quadro 6.** Orientações aos funcionários, clientes e fornecedores sobre a sustentabilidade dos recursos naturais pelos serviços turísticos de Bonito, Mato Grosso do Sul

	Aos funcionários			Aos Clientes			Aos prestadores de serviços/Fornecedores		
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
<b>Agências</b>	44,0%	56,0%	100%	36,0%	64,0%	100%	76,0%	24,0%	100%
<b>Atrativos</b>	14,3%	85,7%	100%	9,5%	90,5%	100%	52,4%	47,6%	100%
<b>Hospedagem</b>	23,3%	76,7%	100%	33,4%	66,6%	100%	83,3%	16,7%	100%

Aqueles serviços turísticos que afirmaram orientar funcionários, clientes e fornecedores, fazem da seguinte forma:

Agências aos funcionários - através de práticas adotadas e incorporadas à rotina diária; em reuniões; por meio de orientações e informações com a finalidade de serem incorporadas ou repassadas aos clientes; oportunizando aos funcionários o conhecimento dos atrativos locais; seguindo a metodologia já implementada que vale para todo o município.

Agências aos clientes - informando-os diretamente no momento da venda e/ou durante os passeios, através dos guias de turismo, a respeito do funcionamento dos passeios, da importância de não danificar o meio ambiente, das formas e procedimentos sustentáveis de usufruir das atividades e da necessidade de acatar as orientações dos guias de turismo. Além dessas, a orientação também acontece quando é necessário justificar e argumentar os preços cobrados pelas atividades em Bonito.

Agências aos prestadores de serviços - orientações acerca dos procedimentos específicos ligados às operações que envolvem o turismo de Bonito; solicitação de atendimento diferenciado para estas demandas e redução do uso de papel para emissão de notas fiscais ou recibos; preferência por traslados compartilhados (minimizando combustível no ambiente).

Atrativos aos funcionários - por meio de: orientações de seus gestores em reuniões e/ou conversas informais; procedimentos diários; políticas internas estabelecidas; missão, visão e valores da empresa; atendimento à legislação vigente e envolvimento e apoio a projetos externos e pesquisas (análise das águas, por exemplo).

Apenas um dos atrativos relatou que os funcionários, para serem contratados, são submetidos a um curso.

Atrativos aos visitantes - principalmente através de seus profissionais/funcionários (guias de turismo, monitores e/ou salva-vidas) no momento da recepção dos turistas e durante o desenvolvimento das atividades; postura e práticas de conservação assumidas; placas indicativas, murais, cartazes de aviso e sites; política interna e sistema de gestão. Foi citada ainda uma atividade que permite que os visitantes conheçam projetos ambientais.

Atrativos aos prestadores de serviços - por meio de: cumprimento da política interna determinada, suas regras pré-estabelecidas e gestão de segurança; comunicação que ocorre em conversas informais, reuniões, comunicados, sites e cursos; imposição do atendimento aos requisitos estabelecidos aos funcionários.

Meios de hospedagem aos funcionários - através das práticas empregadas regularmente que evitam os desperdícios, ou seja, pelo exemplo; em conversas informais e reuniões, além de cursos específicos.

Meios de hospedagem aos clientes - pelas atitudes rotineiras como exemplos; uso de placas informativas (sobre a utilização das toalhas e descarte do lixo, por exemplo); informalmente; na divulgação das ações desempenhadas e da política interna de sustentabilidade.

Meios de hospedagem aos prestadores de serviços - pelas atitudes rotineiras como exemplos; pela oportunidade de conhecer os passeios e atrativos de Bonito; imposição dos padrões de qualidade assumidos por estes empreendimentos.

É necessário salientar aqui que nem todas as maneiras de orientação mencionadas pelos investigados são empregadas por todos eles. Evidenciam-se as ações desempenhadas (os exemplos) e as orientações informais como as formas mais utilizadas pelos prestadores de serviços turísticos de Bonito.

Observa-se, no entanto, que muitas das condutas aludidas pelos investigados (quicá todas) são plausíveis de serem realizadas por todos e, conseqüentemente, de fortalecer condutas capazes de contribuir com a conservação dos recursos naturais de Bonito.

Os dados demonstram que, tanto quantitativa quanto qualitativamente, os serviços turísticos de Bonito carecem de maior consciência e envolvimento com o meio natural.

O município de Bonito tem adotado o “marketing ecológico”, mas deve fazer jus a ele e isso requer que todas as áreas que compõem esta atividade, por meio de seus serviços, estejam verdadeiramente envolvidas de forma consciente e que esta consciência se traduza em ações que possam promover a sustentabilidade dos recursos naturais do município e região.

Tais atitudes iriam não apenas atestar a imagem desse município, como também atenderiam as diversas orientações que vêm sendo passadas por diversas instituições ao turismo, dentre as quais pode-se mencionar: o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (SCDB, 2015) que declara que as empresas privadas do setor turístico têm uma grande influência sobre a biodiversidade, bem como sobre os consumidores e, portanto, são consideradas agentes de mudança; o Programa de Regionalização do Turismo que sugere que os empreendimentos turísticos adotem práticas sustentáveis e o Ministério do Turismo que orienta os empreendedores a adotarem medidas capazes de tornar os estabelecimentos mais sustentáveis e agentes multiplicadores de práticas que beneficiem o meio ambiente, as comunidades locais e os destinos (BRASIL, 2007; 2016).

Além do mais, talvez seja preciso que se entenda ainda que considerar a importância dos recursos naturais não significa desconsiderar ou colocar em patamar diferenciado as outras questões que o turismo abarca; muito pelo contrário, é reconhecer que todas são interdependentes.

## **Conclusão**

As ações dos prestadores de serviços turísticos do município de Bonito relativas à sustentabilidade do ambiente natural ainda estão bem aquém do ideal. Talvez não pudesse ser diferente, já que a compreensão que estes serviços têm em relação ao significado da expressão “sustentabilidade dos recursos naturais” e da relevância desta para a atividade turística, para o município e para cada um deles ainda não esteja suficientemente clara e precisa.

Quantitativamente, as ações, tanto das agências quanto dos atrativos turísticos e dos meios de hospedagem, ainda não correspondem ao necessário para um ambiente sustentável. Em média, 50% dos empreendimentos não realizam as ações mínimas desejáveis à sustentabilidade ecológica (relacionadas ao consumo de energia, de água e de resíduos) e nem todos procuram envolver os seus funcionários, clientes e/ou fornecedores neste processo (os responsáveis), demonstrando que não há grandes esforços, empenho e/ou preocupação dos serviços turísticos com vistas à sustentabilidade do ambiente natural.

### **Agradecimentos**

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de estudo concedidas.

### **Referências Bibliográficas**

BACHA, M. L.; SANTOS, J.; SCHAUN, A. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 7, 2010, Resende. **Anais eletrônicos...** Resende: AEDB, 2010. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos2010.php?pag=94>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BONITO. Prefeitura de Bonito. **Dados do município**. 2016. Disponível em: <<http://www.bonito.ms.gov.br/bonito/dados-do-municipio>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BONITO. **Observatório de Turismo e Eventos de Bonito**. 2017. Disponível em:< <https://otbonito.com.br/dados/boletim-mensal/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BONITO. Observatório do Turismo e Eventos de Bonito - MS. **Inventário turístico de Bonito e região**. 2015/2016. 18p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 126p.

BRASIL. Ministério do turismo. Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo. Departamento de Formalização e Qualificação no Turismo. Coordenação-Geral de Turismo Responsável. **Turismo e sustentabilidade: orientações para prestadores de serviços turísticos**. Brasília, 2016. 32p.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 ago. 1981.

BUCKLEY, R. Sustainable tourism: research and reality. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Ltd, v. 39, n. 2, p. 528-546, 2012.

BUENO, F. P.; MATURANA, M. S. Sustentabilidade no turismo: um estudo sobre a rede hoteleira de Bonito - MS. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 9, 2015, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: UNIVALI, 2015. Disponível em: <<http://www.anaisforumturismoiguassu.com.br/p/anais.html>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: A state-of-the-art-review. **Tourism Geographies**, Routledge, v. 1, n. 1, p.7-25, 1999.

CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998. 432p.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; LEITÃO, C. S.; VASCONCELOS, F. P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARNDT, J. R. L. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 29-47.

CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARND, J. R. L. Racionalidades e mitos no contexto do turismo, sustentabilidade e meio ambiente. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. M.; ARND, J. R. L. **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 7-14.

DE CONTO, S. M. Gerenciamento de resíduos sólidos em meios de hospedagem. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 817-826.

DIAS, B. Prefácio. In: Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. **Turismo favorecendo a Biodiversidade - Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo**. Montreal, 2015. p. 5.

DOWLING, R. Tourism and environmental integration: the journey from idealism to realism. In: SHARPLEY, R. **Tourism and development**. London: SAGE Publication Ltda, 2015. p. 33-46.

FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: UNB, 2001. 95p.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G, A. **Curso de Estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 322p.

GONÇALVES, L. C. **Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004. 160p.

HUNTER, C. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Science, v. 24, n. 4, p. 850-867, 1997.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008. 486p.

MALTA, M. C. M.; MARIANI, M. A. P. Estudo de caso da sustentabilidade aplicada na gestão dos hotéis de Campo Grande, MS. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 15, n. 1, p. 112-129, 2013.

MATO GROSSO DO SUL. FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Bonito é eleito o melhor destino de Ecoturismo do Brasil**. 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.ms.gov.br/bonito-e-eleito-o-melhor-destino-de-ecoturismo-do-brasil/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, New York, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.

MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 49-59, 2009.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n. 16, p. 22-41, 2004.

MOLETTA, V. B. F.; GARCIA, R. K. O. **Qualidade nos Serviços Turísticos**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000. 64p.

NOGUEIRA, S. M. B. Planejamento do ecoturismo em unidades de conservação no Brasil. In: TELES, R. M. S. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p.87-131.

OLIVEIRA, A. K. M.; FERNANDES, V.; GARNÉS, S. J. A.; SANTOS, C. R. B. Avaliação da perda da vegetação arbórea nativa na Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, por meio de sensoriamento remoto. **RA´e GA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 17, p. 43-52, 2009.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 3ed. Campinas: Papirus, 1997. 199p.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P.; BESSA, E. Ecoturismo - Valorizar a natureza para gerar negócios sustentáveis e renda. In: SABINO, J. **Ecoturismo: nas trilhas da biodiversidade brasileira**. Campo Grande: Natureza em Foco, 2012. p. 13-21.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 96p.

SCBD. Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. **Turismo favorecendo a Biodiversidade - Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo**. Montreal: SCDB, 2015. 56p.

SILVA JÚNIOR, J. H. O século XXI e o Turismo. **PRETEXTO**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 77-82, 2002.

SILVA, P. V; PADILHA, M. R. Turismo em Bonito/MS: a opinião dos moradores sobre as mudanças ocorridas na cidade. In: Congresso Latino Americano de Investigação Turística, 5, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <[gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/Silva\\_Padilha.pdf](http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo2/Silva_Padilha.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

SILVA, P. V. **A importância da água para a percepção turística na bacia do rio Formoso em Bonito - MS**. 2015. 258f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

SOUZA, M. T. S. Rumo à prática empresarial sustentável. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 40-52, 1993.

### **Artigo III**

## **Políticas públicas de turismo, serviços turísticos e sustentabilidade do ambiente natural: as correlações existentes em Bonito, Mato Grosso do Sul**

**Luciana Correia Diettrich**

### **Resumo**

As políticas públicas de turismo e os serviços turísticos são meios que possibilitam a organização e concretização desta atividade. Em Bonito, o ambiente natural é o grande responsável pela demanda de turistas, o qual, e não apenas por isso, deve receber atenção de órgãos públicos e privados com vistas à sua sustentabilidade. A existência ou não e a forma como se dão as relações entre os componentes da atividade turística interferem no seu desenvolvimento. Desta forma, este artigo objetiva verificar a existência e compreender as relações entre as políticas públicas de turismo e as ações dos serviços turísticos em Bonito, na perspectiva do ambiente natural. Para isto, utilizou-se como ferramenta de coleta de dados um questionário semi-estruturado aplicado junto aos serviços turísticos de Bonito, avaliado com auxílio do *software Sphinx*. Os resultados indicaram que tanto as políticas de turismo quanto as ações desenvolvidas pelos seus serviços, são ainda insuficientes para garantir a conservação do meio natural. São poucas as ações realizadas pelo setor e destas, uma parcela insignificante acontece por influência dos órgãos governamentais por meio de suas políticas, demonstrando assim que as relações são ainda inexpressivas.

**Palavras-chave:** Atividade turística, Agências de turismo, Atrativos turísticos, Meios de hospedagem.

### **Abstract**

## **Public politics of tourism, tourist services and sustainability of the natural environment: the existent correlations in Bonito, Mato Grosso do Sul**

The public politics of tourism and the tourist services are means that make possible the organization and materialization of that activity. In Bonito, the natural environment is the great responsible for the tourists' demand, which, and not just for that, it should receive attention of public and private organs

seeking his sustainability. The existence, or no, and the form as they feel the relationships among the components of the tourist activity interfere in his development. Like this, this article intends to verify the existence and to understand the relationships between the public politics of tourism and the actions of the tourist services, in Bonito, in the perspective of the natural environment. For that, it was used, as tool of collection of data, a questionnaire applied semi structured in the tourist services of Bonito, appraised with the aid of the software Sphinx. The results indicated that as much the politics of tourism as the actions developed by their services are still insufficient to guarantee the conservation of the natural way. They are few the actions accomplished by the section and, of those, an insignificant portion happens for influence of the government organs through their politics, demonstrating, like this, and that the relationships are still inexpressive.

**Keyword:** Tourist activity, Tourism agencies, Tourist attractions, Means of hosting.

## **Introdução**

Algumas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente a da Serra da Bodoquena e do Pantanal, buscam na atividade turística uma forma de desenvolvimento econômico, servindo-se das singularidades naturais que estas regiões dispõem e ofertando principalmente modalidades relacionadas à natureza, como: ecoturismo, turismo rural, de pesca, de contemplação, entre outros.

Na região da Serra da Bodoquena se encontra o município de Bonito, o qual se destaca entre os demais destinos turísticos, pois, além de possuir recursos naturais ímpares, já se encontra estruturado por meio da oferta de diversos serviços e atrativos que exploram esses bens. O município é reconhecido pelo Ministério do Turismo como um destino indutor, pois influencia e impulsiona a dimensão do turismo nas cidades vizinhas.

As especificidades geográficas da região de Bonito são as responsáveis pelas belezas naturais desse município que, por sua localização (borda sudeste do Pantanal Mato-Grossense, em uma área de transição entre o Cerrado e o Pantanal), assenta-se principalmente sobre rochas carbonáticas (ricas em calcário).

Da associação desse tipo de rocha com o sistema hidrográfico emergem águas cristalinas, decorrentes da grande quantidade de calcário que possuem e que promovem a deposição de partículas nos sedimentos. Os rios e suas cachoeiras, entre outras formações geológicas, além da fauna e a flora, são os recursos turísticos que se destacam e propiciam atividades de interação, como: trilhas, mergulhos, flutuação e rapel, entre outras, transformando-se em atrativos.

As características e peculiaridades do ambiente natural de Bonito bem como a relação de dependência existente entre o ambiente natural e a atividade turística e/ou ambiente natural e a vida, requerem e justificam atenção e cuidados com vistas à sustentabilidade dos recursos naturais, sobretudo pela atividade turística que deles necessita.

Para BENI (2001), a sustentabilidade do meio natural pelo turismo tem como consequência a sustentabilidade da própria atividade e, portanto, proteger os recursos naturais significa beneficiar-se disto a médio e longo prazo. O autor salienta ainda que os interesses econômicos que comumente ameaçam esta postura, não são impeditivos para os cuidados com os recursos naturais. Além disso, é do ambiente natural que o homem, de fato, depende para sua sobrevivência (FIORILLO e RODRIGUES, 1996; REBELLO FILHO e BERNARDO, 1998; SILVA, 2004).

Atualmente o turismo em Bonito é uma de suas principais atividades econômicas (depois da pecuária) e representa cerca de 40% do PIB do município (BONITO, 2016). A região tem se destacado no cenário turístico nacional não somente pelas suas peculiaridades naturais, mas também como modelo de gestão e qualidade de seus equipamentos que possibilitam a conservação do ambiente e justificam os vários títulos recebidos, como: Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil (2003 a 2009, Revista Viagem e Turismo), Melhor Projeto Sustentável do Brasil 2008 (Revista 4 Rodas), Melhor Modelo de Gestão Ambiental do Prêmio TOP de Turismo 2007 (Associação de Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil e Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil (2015 e 2016, da Revista Viagem e Turismo/Guia Quatro Rodas).

Porém, HUNTER (1997) ressalta a necessidade de prudência quando um destino se serve de um rótulo (como ecoturismo ou turismo alternativo, por exemplo) para que isto não seja motivo de acomodação ou de esconderijo para

os pormenores necessários à sustentabilidade. Para o autor, os títulos frequentemente dissimulam a retórica do equilíbrio.

Ressalte-se que o turismo é constituído e ocorre por meio dos serviços que possibilitam o acesso e o consumo desta atividade: os serviços turísticos. Ou seja, a experiência turística está atrelada ao consumo de diversos serviços turísticos, tornando-os não somente importantes, mas componentes necessários (BENI, 2001).

Bonito atualmente conta com os serviços de diversas agências de turismo, meios de hospedagem e de transporte e serviços de alimentação e de recreação para atender a demanda de turistas que visitam o município que possui uma população de 21.267 habitantes (estimativa para 2016) e recebe, em média, mais de 200.000 turistas anualmente (212.817 em 2016) (BONITO, 2017; IBGE, 2017).

Quanto à relação e à responsabilidade dos serviços turísticos com a sustentabilidade do meio natural, estas já foram previstas em 1999 pelo Código Mundial de Ética para o Turismo, publicado pela Organização Mundial do Turismo, da seguinte forma: “todos os agentes de desenvolvimento turístico têm o dever de proteger o meio ambiente e os recursos naturais [...]”. Tal relação se reforça nos dias de hoje por meio das Nações Unidas que declaram o ano de 2017 como o Ano Internacional de Turismo para o Desenvolvimento Sustentável (UNWTO, 2013).

Por meio da legislação brasileira, a Lei 6.938 (que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente) reconhece o turismo como uma das diversas atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais (embora em pequeno grau) (BRASIL, 1981). Os impactos do turismo afetam diretamente o ar, a água, o solo e a biota e, indiretamente, pela fabricação de materiais e pelos meios de transporte, por exemplo. Os impactos derivam das emissões atmosféricas; da produção de resíduos sólidos e líquidos; do consumo de água, energia e materiais. Em parques e áreas naturais há impactos adicionais na vegetação, danos e perturbação na vida selvagem (BUCKLEY, 2012).

Por outro lado, a Lei 11.771 (que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo) estabelece que as viagens devem ser promotoras da preservação da

biodiversidade e reconhece o turismo como fator de desenvolvimento sustentável e de conservação do patrimônio natural (BRASIL, 2008).

Corroborando a perspectiva de um turismo sustentável, compete às políticas públicas do setor a promoção de normas, diretrizes, estímulos, entre outros meios, que apoiem e/ou orientem as ações adotadas pelos serviços turísticos. Tal afirmação pode ser subsidiada pela definição de política pública de turismo concebida por CRUZ (2000, p. 40), a qual diz respeito a

“[...] conjunto de intenções, diretrizes, diretivas e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”.

Para BENI (2001), em se tratando de políticas de turismo, aos órgãos públicos são designadas as funções de: determinar prioridades, criar normas, administrar recursos e estímulos, dar as diretrizes e promover as facilidades do planejamento das empresas, tornando-se muito importantes para o desenvolvimento do setor. À política de turismo, desta forma, confere sustentação à formulação, à intenção, à execução, à reprogramação e ao fomento desta atividade.

Sendo o turismo um setor da economia e um causador de consideráveis mudanças no ambiente, convém ainda destacar que as políticas públicas têm a responsabilidade de conduzir as transformações advindas desta atividade com vistas ao desenvolvimento sustentável por meio do estabelecimento do ambiente regulatório no qual os negócios relacionados à atividade turística operam. Desta forma, tais políticas corroborarão a perspectiva de uma atividade com menores impactos ambientais negativos (SOLHA, 2006; SILVEIRA *et al.*, 2014).

No âmbito estadual, pode-se afirmar que as políticas públicas de turismo estão sob a gestão da Secretaria de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (SECTEI) e da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), vinculada à SECTEI.

São funções da SECTEI: estabelecer as políticas públicas de turismo em nível estadual e apoiar as ações e os diversos segmentos que compõem a

atividade turística com vistas ao seu crescimento e sua sustentabilidade. Quanto aos encargos da FUNDTUR, os mesmos estão relacionados à promoção do turismo como atividade econômica, ambiental e socialmente justa.

Em âmbito local, a gerência pública do turismo em Bonito é regulada pelo Conselho Municipal de Turismo de Bonito (COMTUR) e pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (SECTUR).

Vale ressaltar que ambas as instituições foram criadas no ano de 1995, período em que o turismo em Bonito iniciava-se, mas também já se expandia vertiginosamente. Nesse mesmo ano é instituído o Voucher Unificado, instrumento utilizado para viabilizar o ordenamento da atividade turística, emitido e controlado pela SECTUR (LE BOURLEGAT, 2008).

O COMTUR ocupa-se em formular a política municipal de turismo, visando criar condições para o incremento e desenvolvimento da atividade turística no município; é responsável pelo planejamento e organização do setor, caracterizando-se como um órgão de maior poder do município. Embora tenha atualmente o caráter consultivo, direciona as ações conforme a vontade de seus membros. ALMEIDA (2013, p. 101) explica que “o poder público municipal acata quase que integralmente as decisões tomadas, fazendo com que na atividade do turismo a gestão seja compartilhada entre o poder público municipal e comunidade representativa local”.

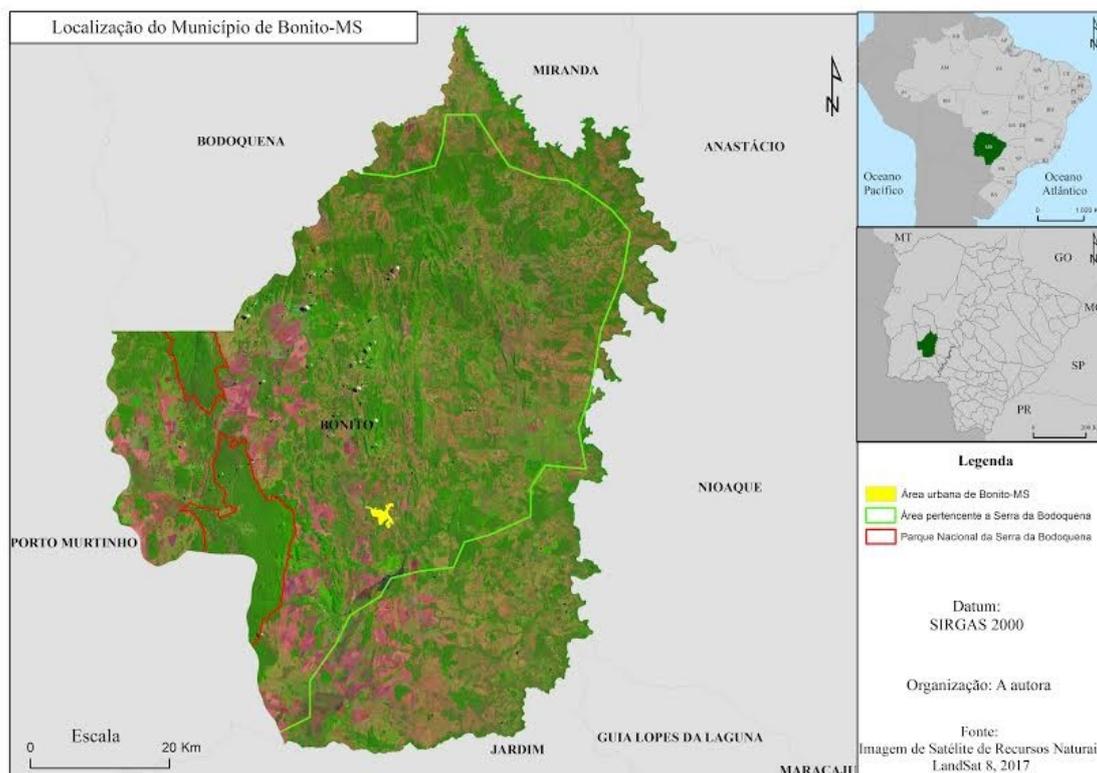
À SECTUR compete o papel de coordenar e implementar ações para o desenvolvimento do turismo local por meio de tarefas básicas e promover o desenvolvimento sustentável através da política municipal de turismo.

Diante deste relato depreende-se que as características do ambiente natural de Bonito, assim como a atividade turística desenvolvida nesse município por meio de seus serviços, indicam cuidados para com a sustentabilidade dos recursos naturais, os quais podem ser consolidados através de ações e de políticas públicas efetivas. Assim sendo, esta pesquisa objetiva, sob a ótica da sustentabilidade do ambiente natural, compreender as relações entre as políticas públicas de turismo e as ações dos serviços turísticos em Bonito, Mato Grosso do Sul.

## Procedimentos Metodológicos

- **Área de estudo**

A região de estudo está localizada no Município de Bonito, sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, na região da Serra da Bodoquena e a 265 Km de distância de sua capital, Campo Grande (Figura 1).



**Figura 1.** Localização do município de Bonito, Mato Grosso do Sul e Serra da Bodoquena. Elaboração: Flávio C. Santos (2017).

- **População investigada**

O estudo foi desenvolvido junto aos serviços turísticos delimitados em: agências de turismo, atrativos turísticos e meios de hospedagem. Além destes, foram incluídos três atrativos localizados no município de Jardim por possuírem escritórios em Bonito e serem divulgados e comercializados por esta cidade.

Quanto aos meios de hospedagem, este estudo excluiu: albergues, campings, cama e café e as casas de aluguel.

O levantamento do universo teve como fonte o Observatório de Turismo de Bonito e a amostra foi calculada a partir da população composta por 149 serviços turísticos divididos em: 46 agências de turismo, 33 atrativos turísticos

e 70 meios de hospedagem. A amostragem foi aleatória e proporcional ao número de serviços turísticos e o dimensionamento da amostra foi feito de acordo com FONSECA e MARTINS (2010).

- **Metodologia e análise de dados**

A abordagem foi de caráter quantitativo e qualitativo, de natureza descritivo-exploratório, por meio da aplicação de um questionário semi-estruturado dirigido aos responsáveis pelos empreendimentos investigados, abordados pessoalmente ou via endereço eletrônico.

Tal questionário foi submetido ao Comitê de Ética (Parecer número: 1.325.194), aprovado e acompanhado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O questionário, aplicado em 2016, envolveu questões que identificaram: o perfil do empreendimento (tipologia, tipo de gestão, tempo de existência, classificação e serviços ofertados); as contribuições dos serviços turísticos e das políticas públicas para com o turismo e a sustentabilidade ambiental; o acesso e o conhecimento dos serviços turísticos em relação às políticas públicas; as ações sustentáveis desenvolvidas pelos empreendimentos; as contribuições e influências das políticas de turismo em relação às ações sustentáveis desenvolvidas pelos empreendimentos turísticos.

As informações coletadas foram tabuladas no *software Sphinx Léxica* 5.0 aplicando-se análises univariadas, na qual observaram-se as frequências das variáveis.

## **Resultados e Discussão**

É importante, antes de mais nada, traçar o perfil dos serviços turísticos investigados por este estudo. Sobre as agências de turismo de Bonito, a grande maioria se caracteriza como receptivas, operadoras turísticas e especializadas nos destinos Bonito e Pantanal e nos segmentos relacionados à natureza, como: ecoturismo, vida silvestre e turismo de aventura. Portanto, ofertam os serviços necessários para efetivação destes tipos de viagem: passeios e atrativos turísticos, meios de hospedagem, guias de turismo, traslados, locação de automóveis e pacotes turísticos.

A maior parcela (36%) das agências de Bonito é recente e não chega a ter 5 anos de existência, sendo que as demais se dividem entre 6 a 10 anos (28%) e com mais de 10 anos, 28% de funcionamento.

Quanto aos atrativos turísticos, a grande maioria é da tipologia natural (90,5%) e localizados na área rural. Estes empreendimentos oferecem atividades como: trilha, flutuação, mergulho, cavalgada, tirolesa, observação de aves, contemplação, boiacross, arvorismo e passeios de bicicletas. Além disso, muitos agregam serviços de alimentos e bebidas (restaurantes, bares e lanchonetes), lojas de suvenires e aluguel de equipamentos (roupas e acessórios para mergulho, caiaque, *stand up* e pedalinhos).

A grande maioria dos atrativos está sob a gestão privada (85,7%) e existe há mais de 10 anos (71,4%) e uma parcela bem menor (19%) possui entre 6 a 10 anos de existência. A demanda mensal de visitantes nestes atrativos é bastante variada, sendo que há desde aqueles que recebem em média 30 visitantes/mês até os que atendem 2800 pessoas mensalmente.

Ressalte-se que todos os atrativos turísticos (e serviços de guias de turismo também) são comercializados somente por intermédio das agências de turismo local através do “Voucher Único” (sistema de controle e de organização do turismo em Bonito implantado em 1995). Este sistema dá às agências de turismo do município a incumbência de, não apenas comercializar os atrativos turísticos, mas também distribuir o montante pago pelos passeios aos atores do processo (à própria agência, à Prefeitura Municipal, aos guias de turismo e aos passeios) (ALMEIDA, 2013).

Em se tratando dos meios de hospedagem, estes se concentram na tipologia pousada (46,7%) e hotel (33,3%), de categoria mediana (classificam-se em 40% como 3 estrelas; 16,7%, 2 estrelas e 20%, econômicos) e de gestão independente (90,0%), não pertencendo a nenhuma grande rede de hotéis. A sua grande maioria não alcança o número de 100 unidades habitacionais (e destes, a metade tem entre 8 a 15 UH) e, sendo assim, poucos possuem mais de 100 leitos. A maior parte dos meios de hospedagem oferece apenas serviços e equipamentos básicos como: estacionamento, piscina, lavanderia, agência de turismo, bar e serviço de copa. Alguns, em proporção bem menor, oferecem atividades, estrutura e/ou equipamentos voltados à recreação, como: salão de jogos, academia e/ou sala de ginástica,

hidromassagem, quadras e campos esportivos e *playground*. Poucos também são os que possuem restaurante e salões para eventos.

A grande maioria dos serviços turísticos do município (80% das agências, 90,5% dos atrativos e 83,3% dos meios de hospedagem) acredita contribuir para o desenvolvimento de Bonito e/ou da região.

Quanto à forma de contribuição desses empreendimentos, para a maior parte deles ocorre através da geração de emprego e renda que promovem. Para outros, numa proporção menor, dá-se pela divulgação e promoção que fazem de Bonito, seja através de propagandas, fotografias, vídeos, redes sociais e mídia interna, ou por meio da comercialização da cidade como destino turístico, que acontece de diversas formas, inclusive durante viagens e participação em feiras.

Cabe aqui uma atenção e cuidado em relação ao significado de desenvolvimento, o qual, muitas vezes, é confundido com crescimento. Enquanto este último diz respeito ao aumento quantitativo e à multiplicação da riqueza material, desenvolvimento significa, principalmente, aumento qualitativo, objetivando a evolução do ser humano nos diversos aspectos que o realizam (ÁVILA, 2000; SACHS, 2002; OLIVEIRA *et al.* 2008). Sendo assim, uma observação mais acurada seria necessária para reconhecer se os empregos gerados e/ou o aumento da demanda de turistas (provocado pela divulgação) se configuram realmente como desenvolvimento ou interferem apenas no crescimento deste município.

Contudo, alguns empreendimentos mencionaram, como forma de colaboração para o desenvolvimento daquela localidade, atitudes com vistas à educação ambiental, à proteção, conservação e preservação dos recursos naturais, à inclusão e ao desenvolvimento social. Foram citadas as seguintes atitudes: realização de palestras sobre conservação do ambiente; participação, apoio institucional e financeiro às iniciativas locais, empresas, projetos e ONGs; participação em reflorestamento; conscientização dos turistas; promoção da integração de crianças no turismo; inserção do menor aprendiz; distribuição da colheita de hortas para a Casa da Criança e ao asilo; priorização de produtores, fornecedores e mão de obra local.

Uma parcela bem menor de investigados se divide entre ter afirmado não contribuir para o desenvolvimento de Bonito e/ou da região (12% das

agências, 4,8% dos atrativos e 6,7% dos meios de hospedagem) e não responder a esta questão (8,0% das agências, 4,8% dos atrativos e 10,0% dos meios de hospedagem), dando margem para o entendimento de que o interesse pela atividade desenvolvida é estritamente financeiro, sem a percepção da relação existente entre o desenvolvimento do local, do turismo e dos serviços turísticos.

Tal entendimento conflui para os estudos de FRATUCCI (2014) e de SILVEIRA *et al.* (2014), os quais indicam que o setor turístico tem, costumeiramente, priorizado a promoção, comercialização e desenvolvimento de produtos turísticos diversificados. Suas políticas públicas têm, em sua maioria, evidenciado o negócio e a atividade em si e desconsiderado todos os demais agentes sociais responsáveis pela atividade.

A fim de verificar se há contribuição para com a atividade turística também pelas políticas públicas de turismo, considerou-se necessário, antes de tudo, identificar sua existência. Sendo assim, na perspectiva da maioria dos serviços turísticos, tais políticas existem (Quadro 1). Porém, se for considerado que desconhecer seja tão grave quanto a não existência destas políticas, o resultado desta pesquisa aponta que para um número significativo de empreendimentos estas políticas não são indispensáveis para o cumprimento de suas funções.

**Quadro 1.** Existência de políticas públicas de turismo no Estado de Mato Grosso do Sul e no município de Bonito, na visão dos serviços turísticos

	Políticas públicas - Estado			Políticas públicas – município		
	Sim	Não	Desconhece	Sim	Não	Desconhece
<b>Agências</b>	64,0%	12,0%	24,0%	76,0%	0,0%	26,0%
<b>Atrativos</b>	71,4%	0,0%	28,5%	71,4%	14,3%	14,3%
<b>Hospedagem</b>	63,3%	3,3%	33,4%	63,3%	6,7%	30,0%

Sobre as políticas de turismo existentes, é possível mencionar algumas. Em âmbito estadual, as Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2008 a 2020 - Região Bonito/Serra da Bodoquena, o Plano

de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) Serra da Bodoquena, o Plano de Marketing Turístico - Polo Bonito/Serra da Bodoquena e o Programa de Classificação dos Municípios são alguns exemplos. Em nível municipal, além do Plano de Turismo, pode-se citar a Lei 689/95 que torna obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais, a Lei 919/2002 que dispõe sobre as atribuições destes guias e a Resolução Normativa nº 01/95 que regulamenta a instituição do Voucher.

É possível notar que a maioria destas políticas relaciona-se às necessidades do empresariado e não ao ambiente.

Dos serviços turísticos que afirmaram existirem políticas públicas de turismo, a maioria considera que estas contribuem para o desenvolvimento da atividade turística em Bonito (Quadro 2). Diferentemente do que seria natural imaginar, a maior contribuição, na percepção dos investigados, é proveniente das políticas estaduais. Em âmbito local, os serviços turísticos também entendem que há contribuição das políticas para com a atividade.

**Quadro 2.** Contribuição das políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito para o desenvolvimento da atividade turística pela compreensão dos serviços turísticos

		<b>Agências</b>	<b>Atrativos</b>	<b>Hospedagem</b>
<b>Políticas públicas de turismo - Estado</b>	Contribuem	81,25%	66,66%	68,45%
	Não contribuem	12,5%	13,34%	21,0%
	Não sabem	6,25%	20,0%	10,55%
<b>Políticas públicas de turismo - município</b>	Contribuem	58,0%	60,0%	68,6%
	Não contribuem	26,3%	13,4%	15,7%
	Não sabem	15,7%	26,6%	15,7%

Mesmo assim, vale destacar o percentual dos meios de hospedagem em relação às políticas estaduais (21%) e das agências de turismo em relação às políticas de Bonito (26,3%) que acreditam não haver contribuição alguma destas políticas para com o turismo local. Somando-se a isto, a parcela que representa o desconhecimento, principalmente em relação às políticas de Bonito pode significar, realmente, a inexistência da tal contribuição, falta de

interesse ou de envolvimento com a cadeia que compõe o turismo, representando, se for este o caso, um trabalho individualizado.

A atividade turística requer um trabalho sistêmico e este, de acordo com SILVEIRA *et al.* (2014), é papel dos Governos e de sua administração por meio de políticas que incluam todos os agentes e suas necessidades.

Para aqueles que acreditam não haver políticas públicas de turismo em Mato Grosso do Sul e em Bonito foi questionado, caso as mesmas existissem, se estas contribuiriam para o desenvolvimento do turismo. O resultado desta questão demonstra que a maioria dos empreendimentos não acredita nas políticas de turismo, pois poucos julgam que tais políticas seriam capazes de colaborar com a atividade turística, principalmente em relação às políticas locais (Quadro 3).

**Quadro 3.** Possível contribuição das políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito para o desenvolvimento da atividade turística pela compreensão dos serviços turísticos

		<b>Agências</b>	<b>Atrativos</b>	<b>Hospedagem</b>
<b>Políticas públicas de turismo - Estado</b>	Contribuiriam	25,0%	0,0%	33,0%
	Não contribuiriam	25,0%	50,0%	0,0%
	Não sabem	50,0%	50,0%	67,0%
<b>Políticas públicas de turismo – município</b>	Contribuiriam	0,0%	16,7%	0,0%
	Não contribuiriam	0,0%	16,7%	54,5%
	Não sabem	100,0%	66,6%	45,5%

Deduz-se, assim, que tal descrença possa estar atrelada não apenas à falta de conhecimento sobre as políticas locais, mas também sobre o papel que uma política bem estruturada e desenvolvida é capaz de cumprir e quais os benefícios por ela gerados.

Teoricamente, as políticas públicas efetuam-se por meio de um processo que ocorre da seguinte forma: são, primeiramente, politicamente decididas com a finalidade de resolver problemas sociais previamente estudados; em seguida, formuladas e implementadas (colocadas em prática). A partir daí, verifica-se se as partes interessadas foram satisfeitas em suas demandas e, finalmente

sujeitas a sistemas de acompanhamento e avaliadas a fim de continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade (SOUZA, 2006; HEIDEMANN e SALM, 2010).

Todavia, para RODRIGUES (2010), este modelo de política, embora considerado por especialistas como uma forma descomplicada de entender o processo de formação das políticas, dificilmente servirá como referência a um fato real.

Sendo assim, talvez as políticas de turismo, para alguns serviços turísticos de Bonito, representem uma utopia.

Apoiando-se em BUTLER (1999), quando indica deveres aos governos que vislumbram a sustentabilidade, verifica-se enorme variedade de ações possíveis de serem desempenhadas. Para se ter uma ideia, são sugeridas 18 ações, e delas os seguintes termos (utilizadas no texto pelo autor) foram extraídos a fim de representar as múltiplas opções, quais sejam: desenvolver, normas, regulamentos, avaliação, monitoramento, auditoria, setorial, regional, técnicas, processos, consultas, tomada de decisões, indicadores, elaborar, implementar, programas, sensibilizar, ferramentas, analisar, projetos, monitorar, ajustar, adequar, aplicar, controlar, incluir, planejamento, criar, envolver, regular, assegurar, informar, representar e garantir.

Tão importante quanto a existência de políticas públicas é o conhecimento que se tem sobre elas e, em Bonito, a proporção de conhecimento de seus serviços turísticos acerca das políticas públicas estadual e municipal, embora uma significativa parcela (Quadro 1) tenha afirmado que elas existem, poucos conhecem plenamente tais políticas.

O resultado deste questionamento mostra também que, daqueles que conhecem um pouco as políticas de turismo, os atrativos destacam-se entre os demais, tanto em relação às estaduais (57,1%), seguidos das agências de turismo (36%), quanto às políticas de Bonito (57,1%), seguidos dos meios de hospedagem (33,3%). As demais respostas, as quais importa ressaltar que representam uma parcela bastante significativa, dividem-se em: conhecem quase nada e não conhecem. Sobre estas últimas respostas, sobressaem-se os meios de hospedagem, seguidos das agências de turismo (Quadro 4).

Neste contexto, destacam-se duas respostas nas quais se percebe um tom irônico ao tratar do assunto. Um dos meios de hospedagem, em relação às

políticas do Estado, disse: «Ouve-se falar que existe...». E uma das agências, quanto às políticas do município, respondeu com outra pergunta: «Onde estão?».

**Quadro 4.** Conhecimento sobre políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito

Conhecimento	Políticas públicas – Estado			Políticas públicas - município		
	Agências	Atrativos	Hospedagem	Agências	Atrativos	Hospedagem
<b>Não conhece</b>	32,0%	23,8%	40,0%	28,0%	23,8%	40,0%
<b>Conhece quase nada</b>	28,0%	9,5%	23,3%	24,0%	9,5%	10,0%
<b>Conhece um pouco</b>	36,0%	57,1%	26,7%	28,0%	57,1%	33,3%
<b>Conhece muito</b>	4,0%	9,5%	10%	20,0%	9,5%	16,7%
<b>TOTAL</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Alguns dos entrevistados justificaram as respostas de pouco ou nenhum conhecimento das políticas de turismo devido à falta de divulgação como o maior motivo para isso. Além disso, argumentaram também que as políticas são de conhecimento apenas dos responsáveis pelos empreendimentos (proprietários e gerentes); restritas a grupos de interesses políticos; como também à captação de eventos durante feiras, das quais apenas as agências participam e há poucas oportunidades para falar sobre o assunto.

Uma das agências de turismo explicou que o acesso às políticas acontece a partir da ocorrência de fatos que demandam orientações e permitem, por consequência, o conhecimento, ou seja, por iniciativa própria e somente a partir de um questionamento.

Vale destacar e observar outra resposta dada, a qual retrata não somente a falta de políticas, mas também a insatisfação tanto em relação a sua inexistência quanto ao desejo de ações efetivas dos governos em benefício do turismo e da sustentabilidade. Segundo este respondente, « Não existe uma política definida (no papel) para o destino de Bonito. Os atrativos não têm

nenhuma regra. O poder público somente investe em divulgação. Deveriam também investir em segurança, saúde, etc., intervir na organização geral.»

Tal depoimento corrobora as ideias de HEIDEMANN e SALM (2010) ao entenderem que a formalização das políticas públicas é bastante relevante, pois propicia a comunicação e o entendimento entre governo e a cidadania, tornando-se a base de referência, e que as ações são necessárias para materializar uma intenção oficial.

Porém, alguns respondentes reconheceram que o motivo de desconhecerem as políticas de turismo é o pouco interesse e disposição que eles próprios possuem para buscar informações a respeito.

Por outro lado, em relação aos que conhecem as políticas, a justificativa mais frequente dada para tal conhecimento foi a participação do segmento no COMTUR. Conforme LUNAS (2006), esse conselho possui papel fundamental na organização da atividade turística do município.

Em relação às maneiras pelas quais as informações a respeito das políticas de turismo são obtidas, os serviços turísticos mencionaram diversas formas (Quadro 5).

**Quadro 5.** Formas de acesso às políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito pelos serviços turísticos

	<b>POLÍTICAS ESTADUAIS</b>	<b>POLÍTICAS MUNICIPAIS</b>
<b>Agências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mídia e notícias veiculadas pela internet ('Bonito Notícias', por exemplo);</li> <li>- Impostos;</li> <li>- FUNDTUR, SECTEI e SECTUR;</li> <li>- E-mail;</li> <li>- Palestras e reuniões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SECTUR , COMTUR e ATRATUR (diretamente e/ou pelos sites);</li> <li>- Eventos do <i>trade</i>, como: reuniões, palestras, cursos, convenções e feiras;</li> <li>- No portal da prefeitura (internet);</li> <li>- Audiências públicas;</li> <li>- Sendo participativo;</li> <li>- Somente quando o guia tem acesso a alguma informação e nos transmite.</li> </ul>

<p><b>Atrativos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ATRATUR, COMTUR ,</li> <li>SECTUR, FUNDTUR;</li> <li>- Internet, Portal on line;</li> <li>- Palestras e reuniões;</li> <li>- Somos um empreendimento público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões;</li> <li>- COMTUR e SECTUR;</li> <li>- Site do município;</li> <li>- Offícios recebidos;</li> <li>- Através das agências de turismo.</li> </ul>
<p><b>Hospedagem</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Internet, sites;</li> <li>- Associações, FUNDTUR e SECTEI;</li> <li>- Palestras;</li> <li>- Imprensa;</li> <li>- Buscando.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Internet: Google, sites, redes sociais e email;</li> <li>- Bonito Convention e Visitors Bureau;</li> <li>- COMTUR, SECTUR, ABH (Associação Bonitense de Hotelaria);</li> <li>- Ligando para a prefeitura ou para o passeio;</li> <li>- Reuniões.</li> </ul>

Os dados acima demonstram que a internet, por meio de suas várias ferramentas (portais, sites, e-mails, etc) é uma das principais formas de acesso dos serviços turísticos em relação às políticas de turismo, principalmente quando se trata das políticas estaduais. Isto demonstra que os empreendimentos não têm prioridade em receber este tipo de informações, que não fazem parte do processo de elaboração destas políticas e que tal conhecimento pode ser superficial. Tal inferência conflui para uma das respostas obtidas, qual seja: “recebemos e-mail sobre a existência, mas não sobre como e onde acessá-las.”

Além disto, o conhecimento vai depender do esforço, da iniciativa e/ou do interesse em buscá-lo; caso contrário, os serviços turísticos poderão ficar à margem dos acontecimentos.

Um dos investigados explica e sugere: « [...] talvez a divulgação possa melhorar e o acesso às políticas também. Por que não criar uma plataforma *on line* em que os agentes públicos e privados possam ter um acesso participativo? Com matrícula, login, fóruns de debate, programas com projetos participativos e com fins transparentes ?». Este depoimento demonstra que

algumas empresas de turismo se interessam não apenas pelas políticas, mas também pelo seu processo de elaboração.

Tal depoimento vai ao encontro do que acredita MCINTOSH *et al.* (2002) em relação a uma das funções das políticas públicas que é fornecer uma estrutura para discussões na qual instituições públicas e privadas possam opinar a favor do turismo e do desenvolvimento e, desta forma, todos os atores terão, de fato, clareza sobre as decisões tomadas.

Órgãos como associações e secretarias foram igualmente citados como maneiras de obtenção de informações acerca das políticas de turismo; todavia, os respondentes não informaram como isto ocorre de fato, se tais informações são buscadas ou levadas, de alguma forma, até os estabelecimentos. De qualquer maneira, é possível entender que tais instituições são importantes para a promoção e disseminação de informações.

Em um dos depoimentos é possível entender que a dificuldade de acesso às políticas está relacionada também à postura dos órgãos responsáveis pela condução dos procedimentos de elaboração. O empreendimento declarou: “Estamos abertos a toda forma de conhecimento e aprendizado. Políticas públicas devem prever a multiplicação das melhores práticas nas áreas aderentes e atingidas. Não há como se negar o acesso a políticas públicas quando bem conduzidas, participativas e transparentes”.

Depreende-se que, além da existência e do acesso às políticas públicas, compreendê-las seja também um dos quesitos necessários para torná-las, realmente, acessíveis. Com isto, buscou-se verificar se existem dificuldades por parte dos serviços turísticos, para compreender as políticas de turismo estaduais e/ou locais.

Deste modo, os dados constataram que a grande maioria daqueles que têm acesso às políticas, não possui muitas dificuldades em compreendê-las, dividindo-se em nenhuma e pouca dificuldade; apenas uma irrisória parcela afirmou ser muito difícil entender tais políticas (Quadro 6). Tal resultado demonstra que, neste caso (dos serviços turísticos), este requisito não representa um gargalo, como as questões da existência e da disponibilidade de acesso apresentados anteriormente.

**Quadro 6.** Existência de dificuldades por parte dos serviços turísticos para compreender as políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e/ou do município de Bonito

Dificuldade	Políticas públicas de turismo – Estado			Políticas públicas de turismo - município		
	Agências	Atrativos	Hospedagem	Agências	Atrativos	Hospedagem
<b>Não sabe</b>	56,0%	28,6%	50,0%	36,0%	47,6%	46,7%
<b>Nenhuma</b>	20,0%	19,0%	30,0%	28,0%	23,8%	30,0%
<b>Pouca</b>	24,0%	38,1%	10,0%	24,0%	19,0%	13,3%
<b>Muita</b>	0,0%	14,3%	10,0%	12,0%	9,5%	10,0%
<b>TOTAL</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Nota-se que uma grande parcela dos empreendimentos informou não saber se existem dificuldades para compreender as políticas de turismo (56,0% das agências, 28,6% dos atrativos e 50,0% dos meios de hospedagem em relação às políticas do Estado e 36,0% das agências, 47,6% dos atrativos e 46,7% das hospedagens em relação às políticas de Bonito), correspondendo àqueles que possuem conhecimento insuficiente para tal compreensão (não conhecem e/ou pouco conhecem).

Daqueles que consideram as políticas de turismo muito complexas, os argumentos apresentados foram os seguintes: falta de clareza, de conteúdo, de contato direto com os órgãos responsáveis, redação complexa, falta de conhecimento sobre o assunto e de maiores informações.

Em se tratando da relação específica e direta entre políticas públicas e os serviços turísticos, constatou-se que tais políticas pouco colaboram com o trabalho desenvolvido por estes serviços. Os maiores beneficiados têm sido os atrativos turísticos, embora esse benefício não seja tão expressivo, pois poucos (14,3% em relação às políticas estaduais e 9,5% em relação às políticas municipais) afirmaram haver muita contribuição. Interessante notar que este aporte é maior em relação às políticas estaduais e isto, por parte de todos os segmentos aqui investigados (Quadro 7). Este resultado sinaliza uma fragilidade no relacionamento entre a atividade turística e o poder público.

**Quadro 7.** Contribuição das políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito para os serviços turísticos

Contribuição	CONTRIBUIÇÃO					
	Políticas estaduais			Políticas municipais		
	Agências	Atrativos	Hospedag.	Agências	Atrativos	Hospedag.
<b>Muito</b>	12,0%	14,3%	10,0%	24,0%	9,5%	0,0%
<b>Pouco</b>	20,0%	38,1%	16,7%	12,0%	23,8%	30,0%
<b>Quase nada</b>	20,0%	14,3%	26,7%	20,0%	28,6%	16,7%
<b>Nada</b>	48,0%	33,3%	46,6%	44,0%	38,0%	53,3%
<b>TOTAL</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A parcela significativa de quase nada ou nada deixa margem para o entendimento de que, para estes respondentes, as contribuições são inexistentes, imperceptíveis e/ou insignificantes.

No que se refere aos recursos naturais e sua conservação, buscou-se averiguar a existência de investimentos financeiros, sejam estes por parte dos empreendimentos turísticos ou advindos do setor público. Sendo assim, constatou-se que um pouco mais da metade dos interrogados investem na sustentabilidade do meio, ou seja, 52% das agências, 66,7% dos atrativos e 53,3% dos meios de hospedagem. Neste aspecto, é possível considerar que os atrativos turísticos se apresentam como os mais comprometidos com a sustentabilidade ambiental e isto decorre, especialmente, do fato de que sua renda se origina principalmente do ambiente natural preservado.

Importa ressaltar que, daqueles que direcionam recursos à conservação do meio natural, uma ínfima parcela (4,0% das agências e 4,8% dos atrativos turísticos) afirmou que tais recursos se originam do setor público, seja ele municipal, estadual ou federal.

Estes dados demonstram que, se há apoio dos órgãos turísticos ao segmento, este não ocorre em forma de recursos financeiros e que uma considerável parcela das empresa turísticas não está disposta a investir na sustentabilidade do ambiente.

Quanto às demais origens de investimentos direcionados à sustentabilidade, estas são provenientes de empresas parceiras, aleatoriamente.

Porém, sabe-se que as ações sustentáveis não dependem exclusivamente de recursos financeiros, assim como o incentivo a essas ações pode acontecer de diferentes maneiras. Neste aspecto, o parecer da maioria dos serviços turísticos em relação ao incentivo governamental às práticas de sustentabilidade é de que não existe acompanhamento por parte do setor público para incentivar tais práticas, tampouco para verificar a existência e/ou a qualidade das mesmas (Quadro 8). Pode-se assim inferir que, neste quesito, não há unidade plena entre os governos, as agências, os atrativos e os meios de hospedagem.

**Quadro 8.** Acompanhamento público com a finalidade de incentivar e/ou verificar a existência de práticas sustentáveis nos serviços turísticos do município de Bonito, Mato Grosso do Sul

	Incentivo às práticas sustentáveis			Verificação da existência e/ou qualidade de práticas sustentáveis		
	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
<b>Agências</b>	76,0%	24,0%	100%	80,0%	20,0%	100%
<b>Atrativos</b>	47,6%	52,4%	100%	47,6%	52,4%	100%
<b>Hospedagem</b>	70%	30%	100%	76,7%	23,3%	100%

Os dados acima também revelam que, mesmo de maneira ainda não muito significativa, os atrativos são os serviços turísticos que recebem maior atenção do setor público, provavelmente porque eles representam o elemento crucial da cadeia turística e sem os quais esta atividade não existiria. Por outro lado, as agências são as menos acompanhadas.

Este resultado converge para a crença do Ministério do Turismo de que os atrativos podem ser motivo para a proteção e conservação do meio, pois, à medida que aumenta a demanda de turistas é possível que o poder público local e os empresários do setor invistam em medidas de conservação para manter a qualidade e a conseqüente atratividade do destino. Porém, este

mesmo Ministério adverte que o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser aplicado a qualquer segmento do turismo e em qualquer escala (BRASIL, 2007), o que não ocorre.

Devido à importância e responsabilidade destes empreendimentos para o turismo, para o município e para o ambiente natural, pois são eles que atraem os turistas para a região e os colocam em contato direto com a natureza do local, é que se considera ainda insignificante o quantitativo que representa o acompanhamento do setor público aos atrativos. Ressalte-se que tais colocações não eximem a responsabilidade nem o compromisso dos demais serviços em relação ao ambiente.

Daqueles que afirmaram haver acompanhamento do setor público com a finalidade de incentivar, verificar a existência e/ou a qualidade de práticas sustentáveis pelas agências de turismo, foi mencionado que tal fato decorre principalmente por meio do sistema de Voucher Único que, conforme declaração de uma das agências, permite “monitorar o cumprimento das licenças ambientais e garantir que as agências compreendam a importância de limitar a quantidade de vagas vendidas nos passeios”. Além do Voucher foi também mencionado que há fiscalização, orientações, reuniões, palestras e cursos como forma de acompanhar as referidas práticas.

Já os representantes dos atrativos, além do Voucher que controla a visitação em relação à capacidade de carga, referiram-se principalmente ao trabalho do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) no licenciamento ambiental. Também mencionaram que o acompanhamento público acontece pela Secretaria do Meio Ambiente, por ONGs ambientais e pelo Conselho de Meio Ambiente. Atividades como palestras educativas, desenvolvimento de pesquisas, tratamento do esgoto e reciclagem do lixo também foram citadas.

Os responsáveis pelos meios de hospedagem alegaram que o acompanhamento de incentivo e/ou de verificação das práticas sustentáveis pelo poder público ocorre especialmente em relação ao lixo produzido, seja por meio da coleta seletiva e/ou da fiscalização. Mencionaram ainda, de forma secundária, uso de panfletos e e-mails enviados com sugestões de práticas sustentáveis, reuniões para tratar desta temática e vistorias realizadas pelo IMASUL.

Observa-se que dentre os órgãos nomeados pelos respondentes, nenhum do setor de turismo foi mencionado, sinalizando talvez que, na prática, estes órgãos não entendem e/ou não assumem que a conservação do meio é também de responsabilidade do setor, já que o ambiente conservado é essencial para a sustentabilidade da atividade.

Por fim, em se tratando da contribuição das políticas públicas de turismo para com a sustentabilidade dos recursos naturais, sob o ponto de vista dos serviços turísticos, cerca de 70% destes empreendimentos declararam que a colaboração de tais políticas, tanto as estaduais quanto as municipais, é irrisória.

Porém, a maioria destes mesmos empreendimentos afirmou fazer sua parte e colaborar com a conservação do meio, através de ações que visam minimizar o uso de energia, de resíduos e de água. Neste ponto se destaca a preocupação com a energia, em que agências, atrativos e meio de hospedagem possuem entre 57,2% e 72% de ações para minimizar seu uso, índice provavelmente relacionado ao alto custo deste recurso natural. Já em relação ao consumo de água, o índice variou entre 52,4% e 66,7%, demonstrando menor preocupação, talvez devido ao menor custo deste insumo. As ações em relação aos resíduos, variaram entre 60% e 63,3% e esta proximidade de percentual pode estar associada à existência de coleta seletiva no município, embora a maior parte do material coletado termine em aterros controlados e não são encaminhados para a reciclagem.

HUNTER (1997) esclarece que o comportamento e funcionamento dos operadores turísticos em relação à utilização dos recursos naturais, além de outras coisas, vão definir a sustentabilidade da atividade e do ambiente. Porém, o que se observa é que ainda seria necessário um maior número de participantes nestas ações, para que realmente a sustentabilidade da região seja alcançada. Pode-se perceber que além das ações realizadas pelos serviços turísticos não representarem uma parcela significativa, um número bem menor delas ocorre por influência de políticas de turismo (Quadro 9).

Em ordem crescente (embora represente uma parcela quase insignificante), as ações relacionadas aos resíduos são as mais influenciadas pelas políticas de turismo, seguidas pelas atitudes relativas à energia e, por fim, à água. Pode-se acreditar que isto decorra pelo fato de existir um

programa de coleta seletiva no município (Recicla Bonito). Todavia, tal programa não é proposto e nem de responsabilidade dos departamentos e/ou órgãos de turismo.

**Quadro 9.** Ações de sustentabilidade influenciadas pelas políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Bonito

	Políticas públicas de turismo – Estado			Políticas públicas de turismo – município		
	Agências	Atrativos	Hospedagem	Agências	Atrativos	Hospedagem
	<b>Uso de energia</b>	8,0%	9,5%	3,3%	8,0%	4,8%
<b>Uso de água</b>	0,0%	4,8%	6,7%	0,0%	9,5%	10,0%
<b>Geração de resíduos</b>	12,0%	9,5%	3,3%	32,0%	14,3%	26,7%
<b>Outras</b>	4,0%	23,8%	0,0%	8,0%	28,6%	0,0%
<b>Nenhuma</b>	76,0%	52,4%	86,7%	52,0%	42,7%	63,4%

Dentre os dados expostos acima, destacam-se aqueles que representam a grande maioria, a qual não sofre nenhuma influência de políticas de turismo, principalmente das estaduais (Quadro 9), atestando a existência de um hiato entre os serços turísticos por meio de suas ações sustentáveis e a atividade turística por meio de suas políticas.

Além dessas, outras ações são desempenhadas a fim de preservar o ambiente, porém, por apenas algumas poucas empresas, sendo: 16% das agências, 52,4% dos atrativos e 13,3% dos meios de hospedagem. Dentre estas outras formas estão: exposições, palestras, cursos e atividades recreativas que fomentem a consciência ambiental; priorização do transporte coletivo e redução de deslocamentos; envolvimento com ONGs; contribuição financeira e participação em projetos diversos; trilhas suspensas; limpeza de rios; estudo de impacto ambiental e de capacidade de carga; monitoramento ambiental e organização da visitação.

Neste caso, diferentemente do que ocorre em relação à água, energia e resíduos, os atrativos demonstraram ser os mais empenhados, talvez pelo fato de que estas ações afetam mais diretamente os recursos visíveis aos olhos dos turistas.

Quanto à influência de políticas de turismo nas ações acima descritas, pode-se dizer que isto acontece de forma um pouco mais significativa apenas em relação aos atrativos turísticos (23,8% em relação às políticas do Estado e 28,6% às políticas do município) (Quadro 9). Como já discutido, os atrativos são os serviços de maior interesse do turismo e, por consequência, de suas políticas.

Estes últimos dados reforçam a ideia (construída ao longo deste trabalho) de que a relação entre as políticas públicas de turismo do Estado e do município de Bonito, os serviços turísticos e a sustentabilidade do ambiente natural, ainda é bastante inexpressiva, dada a capacidade, a importância e a necessidade de cada um destes elementos em prol de um turismo e de um ambiente sustentável, sobretudo, quando desenvolvidos em conjunto. Tal situação sinaliza ainda uma enorme fragilidade nas relações existentes. Para BUTLER (1999), sustentabilidade ambiental no turismo depende da disposição, da participação e do comprometimento com seus princípios, por parte de todos os interessados (setor público e privado, residentes e turistas).

## **Conclusão**

As relações existentes entre as políticas públicas de turismo do Estado e do município de Bonito, os serviços turísticos e a sustentabilidade do meio natural, além de muito limitadas, ocorrem de forma bastante pontual.

Tanto as políticas existentes quanto os serviços turísticos contribuem para o turismo local, mas, em ambos os casos, esta contribuição afeta bem mais o crescimento do que o desenvolvimento da atividade e, por conseguinte, o ambiente natural não representa, de fato, prioridade dos órgãos públicos e privados. As ações visam principalmente à propaganda direta e indireta do negócio, mesmo quando estas dizem respeito ao meio ambiente.

As políticas públicas não interferem nas atividades desenvolvidas pelos empreendimentos turísticos, especialmente quando se trata daquelas relacionadas à conservação do meio natural, pois neste caso, pouco incentivam, acompanham e investem em iniciativas com esta finalidade.

Dentre os serviços, os atrativos sobressaem-se tanto em relação aos próprios esforços, quanto aos benefícios oriundos do poder público. Embora isto ocorra também de forma ainda precária, estes empreendimentos mostram-

se um pouco mais dedicados e preocupados com a sustentabilidade. Em relação às políticas de turismo, estes serviços admitem que isto ocorre de forma ainda incipiente.

Entre os investigados, alguns demonstraram pouco interesse pelas políticas públicas, enquanto outros revelaram a insatisfação de não fazerem parte do processo que define uma política.

Sobre o acesso dos serviços às políticas de turismo, este ainda é precário, pois tais políticas se apresentam de maneira complexa.

Todavia, foram identificadas ações (embora não tanto quanto o ideal) que contribuem para a sustentabilidade do meio natural; porém, destas, quase nenhuma ocorre por influência das políticas públicas.

Isto posto, considera-se que as correlações existentes são ainda ineficazes para contribuir efetiva e consideravelmente com a sustentabilidade do ambiente natural de Bonito. Julga-se então necessária uma aproximação entre órgãos públicos de turismo e os serviços turísticos através de políticas claras, acessíveis e passíveis de efetivação que possam, ao menos, fortalecer e aumentar tanto a quantidade quanto a qualidade das ações já existentes.

### **Agradecimentos**

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas de estudo concedidas.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, N. P. **O processo de turistificação de Bonito**. Campo Grande: UFMS, 2013. 193p.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v.1, n.1, p. 63-76, 2000.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001. 517p.

BONITO. **Observatório de Turismo e Eventos de Bonito**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/22Wymf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BONITO. Prefeitura de Bonito. **Dados do município**. 2016. Disponível em: <<http://www.bonito.ms.gov.br/bonito/dados-do-municipio>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 ago. 1981.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Brasília, 17 set. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. **Roteiros do Brasil: Turismo e sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 126p.

BUCKLEY, R. Sustainable tourism: research and reality. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Ltd, v. 39, n. 2, p. 528-546, 2012.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: A state-of-the-art-review. **Tourism Geographies**, Routledge, v. 1, n. 1, p.7-25, 1999.

CRUZ, R. C. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. 176p.

FIORILLO, C. A. P.; RODRIGUES, M. A. **Direito ambiental e patrimônio genético**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 285p.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G, A. **Curso de Estatística**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2010. 322p.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 39-64.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2ed. Brasília: UnB, 2010. 340p.

HUNTER, C. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Science, v. 24, n. 4, p. 850-867, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=50&search=mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

LE BOURLEGAT, C. A. Cultura organizativa do APL de ecoturismo em Bonito, Serra da Bodoquena. In: CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P.; LASTRES, H. M. M. **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: e-papers, 2008. p.309-342.

LUNAS, J. R. S. **Ecoturismo Sociedade Anônima: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena – MS**. 2006. 316f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília.

REBELLO FILHO, W.; BERNARDO, C. **Guia prático de direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen, 1998. 273p.

MCINTOSH, R. W.; GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002. 478p.

OLIVEIRA, A. K. M.; SCHAEGLER, G. E.; FAVERO, S.; VARGAS JUNIOR, F. M. Gestão ambiental: uma questão de sustentabilidade. In: BAUER, F. C.; VARGAS JUNIOR, F. M. **Produção e gestão agroindustrial**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2008. p. 263-285.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. 94p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95p.

SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional**. 5ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 349p.

SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J.; PAIXÃO, D. L. D. Política pública de turismo no Brasil: evolução estrutural, alterações da lógica partidária e tendências recentes de apoio ao turismo massificado. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. **Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 65-90.

SOLHA, K. T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D. M.; SOLHA, K. T. (Org.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006. p. 89-100.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

UNWTO. World Tourism Organization. **Sustainable Tourism for development Guidebook**. 1ed. Madrid: WTO, 2013. 228p.

## **7. Conclusão Geral**

O turismo, constituído por uma série de atividades, serviços e produtos, interfere diretamente no ambiente natural, por vezes de forma positiva e outras negativamente; porém, é de um ambiente preservado que depende para sua existência. Tais interferências, muitas vezes decorrem de políticas e/ou de ações efetuadas pelos serviços turísticos que, em conjunto e em conformidade ao desenvolvimento sustentável, são capazes de apresentar resultados positivos.

As políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e de Bonito pouco beneficiam o ambiente natural desse município e região. As políticas existentes privilegiam especialmente o crescimento da atividade e a sustentabilidade apresenta-se vinculada às questões estruturais, de propaganda e de crescimento da área.

Ademais, as poucas políticas existentes não são de completo conhecimento e domínio dos gestores públicos de turismo, demonstrando um cenário bastante dissidente, no qual sua aplicabilidade torna-se improvável.

As ações desempenhadas pelos prestadores de serviços turísticos também são insuficientes para assegurar um ambiente sustentável; são centradas, principalmente em atitudes triviais (relacionadas ao consumo de energia, de água e geração de resíduos), revelando que os profissionais não estão plenamente preparados e empenhados em assegurar um ambiente protegido e, por conseguinte, um turismo sustentável.

Somando-se a isto, as relações entre os serviços turísticos e as políticas públicas, pelo viés da sustentabilidade, apresentam-se bastante superficiais e frágeis (quicá inexistentes), pois são inexpressivas as atitudes que acontecem por influência, acompanhamento e/ou incentivo destas políticas.

O acesso precário, políticas complexas e a falta de interesse de alguns empreendedores são algumas das causas para a existência deste hiato. Contudo, tal cenário também é motivo da insatisfação de alguns empreendedores.

Pelo exposto, é legítimo considerar que em Bonito, a maior parte dos órgãos públicos de turismo, por meio de suas políticas, e a maioria das empresas, através de suas ações, não contribuem, com efeito, para a sustentabilidade da biodiversidade desta região.

As constatações desta pesquisa somadas às características naturais de Bonito demonstram que o turismo tem se apoderado dos bônus advindos da natureza, mas não tem assumido completamente o ônus da sustentabilidade destes recursos e da atividade turística. O ambiente natural é visto (tanto pelas políticas, quanto pelos empreendimentos), principalmente, como o recurso para o negócio do turismo.

Assim sendo, espera-se que estes indicativos subsidiem não apenas discussões acerca do turismo, da sustentabilidade e de políticas públicas, mas, sobretudo, ações que possam aproximar políticas e empreendimentos verdadeiramente comprometidos e responsáveis para com o ambiente.

## Apêndices

## Apêndice 1. Questionário aplicado aos órgãos públicos de Turismo de Mato Grosso do Sul e de Bonito

**Pesquisa de doutorado: “A relação entre os serviços turísticos ofertados na serra de Bodoquena (Bonito) e as políticas públicas do Estado de Mato Grosso do Sul”**

**Objetivo:** Levantamento das Políticas Públicas de Turismo de Mato Grosso do Sul

1. Mencionar as 3 políticas públicas de turismo consideradas mais relevantes para este órgão.
2. Mencionar outras políticas públicas de turismo que norteiam as ações deste órgão.
3. Das políticas mencionadas acima, indicar:

Política	Proponente	Abrangência	Ações originadas		Abrangência das ações
1					
2					
3					
4					
5					
6					

4. Sobre as políticas públicas abaixo, informe:

Política	Conhece?		Está sendo ou Foi aplicada?		Em que situação?
	Sim	Não	Sim	Não	
Aplicativo “Rota Pantanal-Bonito”					
Campanha: “Visite o Mato Grosso do Sul”					
Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2009 a 2020					

Estratégias de Desenvolvimento do Turismo de MS para o período de 2008 a 2020- Região Bonito-Serra da Bodoquena					
Lei 2.135 de 14 de agosto de 2000. Política para o desenvolvimento do Ecoturismo de MS					
Lei 689/95. Torna obrigatório o acompanhamento de guias de turismo nos passeios turísticos locais (Bonito)					
Lei nº 919/2002 - Dispõe sobre as atribuições do Guia de Turismo local (Bonito)					
Plano de Ações 2016 do Bonito Convention & Visitors Bureau					
Plano de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do Turismo: Rota Pantanal/Bonito					
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Região Bonito Serra da Bodoquena					
Plano de Desenvolvimento Regional 2010 – 2030					
Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Bonito					
Plano de Marketing – Polo turístico de Mato Grosso do Sul – Polo Bonito-Turismo Serra da Bodoquena (2014)					
Plano Estadual de Turismo					
Plano Municipal de Turismo de Bonito – Lei 1.302					
Programa de classificação dos municípios					
Resolução Normativa nº 09/95 - Regulamenta a instituição do voucher único					
Sistema de Informação, Monitoramento e Gestão do Turismo					

5. Solicitamos, por gentileza, que nos forneça as políticas públicas da alçada deste Órgão.

Atenciosamente,  
**LUCIANA CORREIA DIETRICH**

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera Uniderp  
Bolsista FUNDECT

## Apêndice 2. Questionário aplicado junto aos serviços turísticos

### Agências de viagens

dezembro 2015 - Luciana

#### 1. Respondente: Função ou cargo

#### 2. Tipologia

- Operadora  
 GSA  
 Corporativa  
 Emissiva  
 Receptiva: \_\_\_\_\_ %Bonito \_\_\_\_\_ %  
outros destinos de MS  
 Mista  
 Especializada em: \_\_\_\_\_

*Você pode marcar diversas casas (3 no máximo).*

#### 3. Tipo de gestão

- Independente  Franquia  
 Rede: ( ) nacional ( ) MS

#### 4. Tempo de existência em Bonito

- Menos de 1 ano  1 a 5 anos  5 a 10 anos  
 Acima de 10 anos

#### 5. Serviços ofertados - Representação e venda de:

- Atrativos turísticos/passeios  
 Meios de hospedagem  
 Guia de turismo  
 cias aéreas  
 traslados  
 Empresas rodoviárias  
 Operadoras turísticas nacionais  
 Operadoras turísticas internacionais  
 Locadoras de automóveis  
 Pacotes  
 Outros \_\_\_\_\_

*Você pode marcar diversas casas.*

#### 6. Faixa etária

1. crianças 2. adolescentes 3. adultos 4. Idoso

*Ordenar 2 respostas.*

#### 7. Gênero

- feminino  masculino

#### 8. Estado civil

1. solteiro 2. casado 3. viúvo 4. separado/divorciado

*Ordenar 2 respostas.*

#### 9. Nível de escolaridade

1. Fundamental 2. Médio 3. Graduação  
4. Pós graduação 5. desconheço

*Ordenar 2 respostas.*

#### 10. Local de origem

1. Mato Grosso do Sul 2. Outros Estados brasileiros  
3. Outros países

*Ordenar 2 respostas.*

#### 11. Com quem a Bonito

1. Sozinho  
2. com o(a) cônjuge  
3. com o(a) cônjuge e filhos  
4. com a família (cônjuge, filhos e outros familiares)  
5. com amigos  
6. outro \_\_\_\_\_

*Ordenar 2 respostas.*

#### 12. O que você entende como sustentabilidade ambiental dos recursos naturais na região de Bonito?

#### 13. Há, de alguma forma, orientação sobre sustentabilidade ambiental dos recursos naturais por esta agência aos funcionários?

- não  sim. De que forma? \_\_\_\_\_

#### 14. Há, de alguma forma, orientação sobre sustentabilidade ambiental dos recursos naturais por esta agência aos clientes?

- Não  
 Sim. De que forma? \_\_\_\_\_

#### 15. Há, de alguma forma, orientação sobre sustentabilidade ambiental dos recursos naturais por esta agência aos prestadores de serviços contratados?

- Não  
 Sim. De que forma? \_\_\_\_\_

#### 16. Há, de alguma forma, contribuição desta agência para a depredação do ambiente natural?

- Não  
 Sim. De que forma? \_\_\_\_\_

#### 17. Esta agência contribui de alguma forma para o desenvolvimento de Bonito ou da região?

- Não  
 Sim. De que forma? \_\_\_\_\_

#### 18. A sustentabilidade dos recursos naturais é levada em consideração no momento da oferta, contratação e/ou venda de um serviço turístico?

- Não  
 Sim. De que forma? \_\_\_\_\_

19. Como avalia a sustentabilidade dos recursos naturais para a atividade turística?

- Fundamental  muito importante  importante  
 pouco importante  desnecessária

20. Como avalia a sustentabilidade dos recursos naturais para a agência?

- Fundamental  muito importante  importante  
 pouco importante  desnecessária

21. Como avalia a sustentabilidade dos recursos naturais para Bonito e região?

- Fundamental  muito importante  importante  
 pouco importante  desnecessária

22. Existe algum acompanhamento por parte do setor público para incentivar as práticas de sustentabilidade dos recursos naturais nas agências de viagem de Bonito?

- Não  
 Sim. Como? \_\_\_\_\_

23. Existe algum acompanhamento por parte do setor público para verificar a existência e/ou a qualidade das práticas de sustentabilidade dos recursos naturais nas agências de viagem de Bonito?

- Não  
 Sim. Como? \_\_\_\_\_

24. Existe algum investimento, nesta agência, direcionado à preservação dos recursos naturais?

- Não  Sim

25. Se a resposta anterior foi sim, o investimento é:

- Por parte da própria agência  
 Por parte do setor público: ( ) municipal, ( ) estadual, ( ) federal  
 Outro \_\_\_\_\_

26. É percebida alguma preocupação de seus clientes, através de ações e/ou comportamento, com a sustentabilidade dos recursos naturais?

- Sim: ( ) demonstram bastante preocupação, ( ) demonstram um pouco de preocupação  
 Não demonstram preocupação  
 Não percebemos

27. Qual a proporção aproximada de clientes que demonstram, através de ações e/ou comportamento, preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais?

- A maioria  A metade  A minoria

28. De que maneira seus clientes demonstram preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais? (usar o verso se preferir)

**Na visão da agência, quanto às Políticas Públicas de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul:**

29. Elas existem?

- Sim. E contribuem para o desenvolvimento do Turismo em Bonito? ( ) Sim, ( ) Não, ( ) Não sabemos  
 E contribuiriam para o desenvolvimento do Turismo em Bonito? ( ) Sim, ( ) Não, ( ) Não sabemos  
 Desconhecemos

30. Qual é a proporção do conhecimento que a agência tem sobre elas?

- Não conhecemos  Conhecemos quase nada  
 Conhecemos um pouco  Conhecemos muito

31. Justifique a resposta anterior

32. Há alguma dificuldade para acessá-la?

- Não sabemos  
 Nenhuma  
 Pouca  
 Muita. Por quê? \_\_\_\_\_

33. De que maneira se dá o acesso da agência às Políticas Públicas do Estado?

34. Há alguma dificuldade em compreendê-las?

- Não sabemos  
 Nenhuma  
 Pouca  
 Muita. Por quê? \_\_\_\_\_

35. Interferem no trabalho desenvolvido por esta agência?

- Muito: Um pouco  Quase nada  Nada

36. Justifique a resposta anterior

37. Contribuem para o trabalho desenvolvido por esta agência?

- Muito  Um pouco  Quase nada  Nada

38. Contribuem para a sustentabilidade dos recursos naturais do município de Bonito?

- Desconhecemos  Um pouco  Quase nada  
 Nada

**Na visão da agência, quanto às Políticas Públicas de Turismo do município de Bonito:**

**39. Elas existem?**

- Sim. E contribuem para o desenvolvimento do Turismo em Bonito? ( )Sim, ( )Não, ( )Não sabemos
- E contribuiriam para o desenvolvimento do Turismo em Bonito? ( )Sim, ( )Não, ( )Não sabemos
- Desconhecemos

**40. Qual é a proporção do conhecimento que a agência tem sobre elas?**

- Não conhecemos  Conhecemos quase nada
- Conhecemos um pouco  Conhecemos muito

**41. Justifique a resposta anterior**

**42. Há alguma dificuldade para acessá-las?**

- Não sabemos
- Nenhuma
- Pouca
- Muita. Por quê? \_\_\_\_\_

**43. Há alguma dificuldade em compreendê-las?**

- Não sabemos
- Nenhuma
- Pouca
- Muita. Por quê? \_\_\_\_\_

**44. Interferem no trabalho desenvolvido por esta agência?**

- Muito  Um pouco  Quase nada  Nada

**45. Justifique a resposta anterior**

**46. Contribuem para o trabalho desenvolvido por esta agência?**

- Muito  Um pouco  Quase nada  Nada

**47. Contribuem para a sustentabilidade dos recursos naturais do município de Bonito?**

- Desconhecemos  Um pouco  Quase nada
- Nada

**Influência das Políticas Públicas existentes nas ações**

**48. Há, pela agência, ações que visam minimizar o uso de energia?**

- Não
- Sim. Como? \_\_\_\_\_

**49. Há, pela agência, ações que visam minimizar o uso de água?**

- Não
- Sim. Como? \_\_\_\_\_

**50. Há, pela agência, ações que visam minimizar o uso de resíduos?**

- Não
- Sim. Como? \_\_\_\_\_

**51. Outras ações:**

**52. Das ações mencionadas acima, quais acontecem pela influência das Políticas Públicas do Turismo de Mato Grosso do Sul?**

- Uso de energia
- Uso de água
- Geração de resíduos
- Outras: \_\_\_\_\_

**53. Das ações mencionadas acima, quais acontecem pela influência das Políticas Públicas do Turismo de Bonito?**

- Uso de energia
- Uso de água
- Geração de resíduos
- Outras: \_\_\_\_\_

**54. Existem outras formas que revelem a contribuição desta agência para a preservação ou melhoria dos recursos naturais?**

- Não
- Sim. Quais? \_\_\_\_\_

**55. Se a resposta anterior foi sim,**

- Tiveram influência de Políticas Públicas do Turismo do Estado- MS
- Tiveram influência de Políticas Públicas do Turismo do município de Bonito

*Você pode marcar diversas casas.*

### Apêndice 3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “A RELAÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS TURÍSTICOS OFERTADOS NA SERRA DE BODOQUENA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL”, sob a responsabilidade da pesquisadora Luciana Correia Dietrich, a qual pretende analisar a relação entre os serviços turísticos ofertados em áreas da Serra da Bodoquena e as políticas públicas de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, relacionadas à sustentabilidade ambiental.

Sua participação é voluntária e se dará como respondente de um questionário. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são com possíveis desconfortos pelo tempo exigido, dedicado às questões. Se você aceitar participar, estará contribuindo para propiciar subsídios ao planejamento do Turismo responsável com os elementos da natureza e ao fortalecimento da relação entre a gestão pública e os serviços turísticos de Bonito

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador nos telefones (67) 98401-2214 e (67) 3309-6565 ou no endereço: Rua Alexandre Herculano, 1400 - Bairro Jd. Veraneio – Campo Grande-MS, CEP: 79037-280.

Informamos que o projeto e o questionário foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética, o qual também poderá ser consultado pelo telefone (67) 3348-8120, pelo endereço: Rua Ceará, 333 – Bairro Miguel Couto, CEP: 79003-010 ou pelo e-mail: cep.uniderp@anhanguera.com.

#### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_,  
fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_